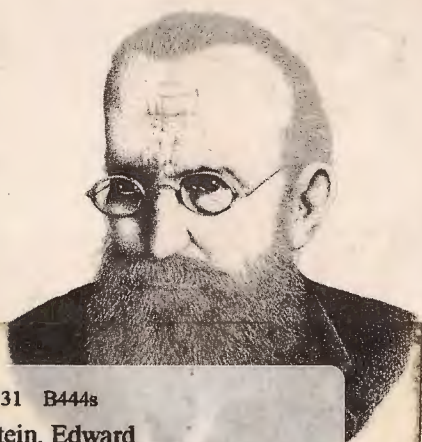
Coleção Pensamento Social-Democrata

Eduard Bernstein

Socialismo Evolucionário

Apresentação Antônio Paim

Instituto Teotônio Vilela

J·Z·E Jorge Zahar Editor

Título original:
Die Voraussetzungen des Sozialismus
und die Aufgaben der Sozialdemokratie

Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel: (021) 240-0226 / fax: (021) 262-5123

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

	Bernstein, Eduard, 1850-1932
B449s	Socialismo evolucionário / Eduard Bernstein; tradução, Manuel Teles. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Instituto Teotônio Vilela, 1997. — (Pensamento social democrata)
	Tradução de: Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie ISBN 85-7110-403-4
	Bernstein, Eduard, 1850-1932 — Contribuições ao socialismo. 2. Socialismo. 3. Capitalismo. I. Título. II. Série.
	CDD - 320.531
97-0864	CDU - 321.74

Sumário

Apresentação

Eduard Bernstein nasceu em Berlim a 6 de janeiro de 1850 numa família judia. Concluiu o bacharelado no Ginásio e estudou contabilidade e economia. Ingressou muito jovem, aos 22 anos, no Partido Social Democrata. Trabalhava então num banco e devido à vigência das leis anti-socialistas, sob Bismarck, emigrou para a Suíça. Ali trabalhou numa revista socialista. Mais tarde tornou-se responsável pela revista teórica da social-democracia também editada na Suíça. Em 1888, devido a exigências de Bismarck ao governo suíço, mudou-se para Londres, onde permaneceu até 1901. Na capital britânica mantinha estreito contato com Engels, até sua morte em 1895. Ainda que sua crítica às teses centrais do marxismo se tenham desenvolvido sob as vistas de Engels, o fato não abalou a confiança e a amizade entre os dois.

Bernstein apresentava suas idéias em forma de artigos, inclusive na revista editada por Kautsky. O primeiro livro em que sistematiza sua crítica ao marxismo — e propugna pela adequação dos princípios teóricos da social-democracia à pratica reformista que vinha seguindo — apareceu em 1901 e tinha por título *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia.*

A crítica de Bernstein — como veremos — é suficientemente ampla e diz respeito a vários aspectos do marxismo. Contudo, o mais relevante é que se haja detido no exame das crises cíclicas do capitalismo para concluir que aos social-democratas não cabia esperar por uma catástrofe que criasse premissas revolucionárias capazes de levá-los ao poder. Competia à social-democracia seguir o caminho parlamentar, promover alianças com outras agremiações e formular um programa de reformas que assegurasse a melhoria da situação da classe trabalhadora.

Embora a prática da social-democracia seguisse esse caminho, a linha reformista proposta por Bernstein foi condenada no Congresso do PSD de 1903. Essa condenação não impediu que os social-democratas seguissem o franco caminho reformista e que os sindicatos, sob sua liderança, abandonassem a fraseologia revolucionária e tratassem de obter acordos vantajosos para seus filiados.

De modo que, embora a análise do marxismo efetivada por Bernstein revista-se de grande amplitude, a sua contribuição fundamental é no sentido de atribuir o devido relevo à atuação parlamentar. Graças à sua grande competência é que esse caminho não se revestiu do caráter de simples pragmatismo, alcançando o merecido status teórico. Somente no Congresso do Partido Social Democrata Alemão de 1921 (o chamado Programa de Gorlitz) é que as idéias de Bernstein são consagradas. Ainda assim, como não mereceram a clara adesão da Internacional e Kautsky, em pleno confronto com os comunistas, não desejava desviar-se desse curso principal, a superação do abismo entre a prática e a teoria ainda tardaria muito. Apenas em 1959, com o Programa de Bad-Godsberg, a social-democracia assume feição própria renunciando à utopia socialista e desistindo de todo empenho de salvar o marxismo através do revisionismo, simplesmente deixando de atribuir-lhe qualquer primazia.

A par da atividade teórica, Bernstein foi deputado do *Reichstag* de 1903 a 1906, de 1912 a 1918 e de 1920 a 1928. Faleceu em 1932, aos 82 anos de idade.

Para bem compreender o sentido da análise que o leva a condenar a pretensão marxista de associar o socialismo à chamada "ditadura do proletariado", optando francamente pelo sistema democrático-representativo, passaremos em revista a linha de argumentação seguida por Bernstein na crítica ao marxismo

A presente reedição de seus principais textos, difundidos no Brasil por iniciativa de Jorge Zahar Editor, sob o patrocínio do Instituto Teotônio Vilela, permitirá ao leitor avaliar o significado de seu pensamento, cujos aspectos essenciais passaremos a destacar.

NÃO PODE HAVER SOCIALISMO CIENTÍFICO

O texto em que examina a questão apareceu com o título em forma interrogativa: *É possível o socialismo científico?* (Berlim, 1901).

Bernstein começa por indicar que não só Marx e Engels pretendiam que seu socialismo tivesse bases científicas. O mesmo aspiravam muitos outros, inclusive aqueles aos quais denominaram de "socialistas utópicos". Também os críticos de Marx do mesmo período viram sua doutrina como simples utopia. De todos os modos, não pairam dúvidas de que Marx e Engels acreditavam na possibilidade do socialismo científico.

Para Bernstein não basta constatar que muitas das teses ditas científicas se tenham revelado falsas. Enumera-as a começar da hipótese de que o socialismo seguir-se-ia necessariamente a uma catástrofe que afetaria o capitalismo. Escreve a este propósito:

> Toda experiência histórica e também muitos fenômenos do tempo presente testemunham que o modo capitalista de produção é tão passageiro como qualquer outro modo de produção anterior. Mas o que aqui devemos elucidar é se o seu final será uma catástrofe, ou se deve esperar que esta ocorra num futuro próximo e se conduzirá *necessariamente* ao socialismo. As respostas dadas a esta pergunta — ou perguntas — de parte dos socialistas não diferem pouco entre si.

Outras hipóteses que não mais aceitam: a idéia da pauperização crescente da classe trabalhadora; a do paralelismo entre o desenvolvimento da indústria e da agricultura; da fusão da classe capitalista, do desaparecimento das diferenças entre as ocupações — toda uma lista de teses que passavam por estar cientificamente demonstradas, e todas elas resultaram ser falsas; bem, não exageremos, e digamos que se revelaram *verdades parciais*. Não escapa deste descrédito a própria concepção materialista da história.

Em que pese essa situação no tocante à teoria, os partidos socialistas alcançam êxitos expressivos, aproximam-se cada vez mais da consecução das metas que se têm proposto, ao mesmo tempo em que formulam com clareza crescente as suas reivindicações. Paralelamente, o que se está apoderando dos representantes teóricos do socialismo, em lugar de segurança, é dúvida e confusão. Nesse contexto e como um aspecto é obstáculo ao outro resulta absolutamente lógico que surja a pergunta se existe verdadeiramente um nexo intrínseco entre socialismo e ciência, se possível um "socialismo científico", ou ainda se é necessário.

Para responder a esta pergunta Bernstein irá tomar por modelo a *Crítica da razão pura* de Kant, que aborda estas questões: É possível realmente a metafísica; e mais: é possível a metafísica como ciência? Adianta:

> Creio que esta forma de proceder do grande filósofo nos pode servir de guia para saber como devemos proceder a fim de solucionar satisfatoriamente o problema com que nos defrontamos. Naturalmente, não é preciso que nos sujeitemos ao pé da letra ao modo de colocar as perguntas do próprio Kant, senão que devemos adaptarmos à natureza distinta do objeto de nossas reflexões; mas, sem dúvida, devemos colocá-las com o mesmo espírito crítico adotado por Kant, com o espírito que, com igual decisão, se pronuncia contra o *ceticismo* — que obstaria todo pensamento teórico — como contra o dogmatismo que dá tudo por concluído de uma vez por todas. Em primeiro lugar devemos esclarecer o que entendemos, em verdade, por socialismo quando falamos de uma vinculação do mesmo com a ciência para logo passar à questão se é possível um socialismo científico e em que consiste.

No entendimento de Bernstein, a raiz que denota o sentido do socialismo é *socius* (sócio, cooperador, de onde deriva associação cooperativa) e não de *societas* (sociedade). Social, no sentido derivado de sociedade, pode ser muitas coisas. Vincular o socialismo a essa idéia é distanciá-lo das aspirações dos partidos socialistas operários. Ao mesmo tempo, não há nenhuma de suas reivindicações que não possa ser abarcada nos marcos conceituais do associativo. O socialismo é, pois, um *movimento em busca da associação cooperativa.*

O socialismo moderno é produto da luta de classes, existente na sociedade entre possuidores e despossuídos, entre burgueses e assalariados. A luta de classes é uma luta de *interesses*. E ainda que pressuponha um conhecimento bastante avançado da realidade social, trata-se de uma luta em que estão em jogo os interesses de uma classe ou de um partido e não algumas proposições teóricas. E somente se considera estas últimas quando associadas àqueles interesses.

Objetiva-se a transformação da ordem social capitalista numa economia regulada coletivamente. E, acrescenta:

> A meta não é, entretanto, um fato simplesmente determinado de antemão pela teoria cuja realização se espera que ocorra de modo mais ou menos fatalista, se não que se trata predominantemente de meta *desejada*, ou seja, pela qual se *luta*. É claro que na medida em que se fixa esta imagem futura

> como meta, e na medida também em que a atuação presente depende da mencionada meta, o socialismo tem necessariamente algo de utopia. Ao dizê-lo não quero significar que aspira a algo impossível ou improvável, mas apenas indicar que leva em si uma certa porção de idealismo especulativo que contém um elemento não demonstrado cientificamente, ou que não é cientificamente verificável. A ciência aqui em questão, a sociologia, não pode prever com a mesma segurança com que as ciências exatas podem prognosticar determinados fenômenos se inevitavelmente se tornará realidade um dia a forma de sociedade a que aspira o socialismo. A única coisa que pode estabelecer são condições que poderiam levar à sua realização e calcular aproximadamente seu grau de possibilidade.

Bernstein explicita que não se trata de um defeito inerente ao socialismo, mas de uma limitação da própria ciência social. Confronta a doutrina marxista com a daqueles socialistas que foram chamados de "utópicos" (Owen, Saint-Simon e Fourier) e mostra como na verdade não se distinguem no tocante ao caráter do ideal acalentado.

A liderança social-democrata procura naturalmente acompanhar os fenômenos sociais com o rigor próprio das análises científicas. Contudo, afirma: "O título de socialismo científico incita a pensar que o socialismo, como teoria, quer e deve ser pura ciência. Esta idéia é não somente errada, como envolve também um grande perigo para o socialismo. Pois se presta facilmente a roubar-lhe aquilo que precisamente constitui um dos requisitos principais do juízo científico: *a imparcialidade científica*." Envolve portanto grave risco de dogmatismo porquanto pode vir a ser considerado, a partir de dado momento, como cientificamente concluído. O nome mais adequado seria, a seu ver, o de *socialismo crítico* para aproximá-lo do criticismo kantiano.

Conclui do seguinte modo:

> A ciência é neutra; enquanto conhecimento do real, não é propriedade de nenhum partido nem de nenhuma classe. O socialismo, pelo contrário, é tendência e, por sua condição de doutrina de um partido que luta pelo novo, não pode ater-se, sem mais, ao já constatado. Mas porque a meta que se propõe alcançar está em consonância com o desenvolvimento social tal como se põe de manifesto pela exploração científica das forças motrizes da sociedade moderna, a doutrina socialista é mais capaz que qualquer outra de satisfazer às exigências do método científico; é mais capaz o partido do socialismo, a social-democracia, que qualquer outro de adequar seus fins e reivindicações aos ensinamentos e exigências da ciência que para ele vêm ao caso. Quisera acabar sintetizando as minhas idéias do seguinte modo: o

socialismo científico é tão possível como necessário, isto é, tanto quanto sensatamente se pode exigir da doutrina de um movimento que aspira fazer algo radicalmente novo.

Repúdio à Idéia de Ditadura do Proletariado

Em seus estudos sobre a evolução da sociedade industrial capitalista, Bernstein destaca o fato de não se ter verificado, como imaginava Marx, a concentração do poder político em mãos da elite representativa do grande capital. A própria experiência do Partido Social Democrata alemão vinha em reforço de sua tese. O PSD conquistou 1,4 milhão de votos em 1890 e 4,2 milhões em 1912. O números de cadeiras no Parlamento passou de 35, naquele primeiro ano, para 110 no último. Qualquer forma de desapreço a democracia parecia-lhe, portanto, uma brutal incoerência.

A democratização progressiva das instituições políticas corresponde ao instrumento adequado à realização do programa da social-democracia. Ainda mais: o socialismo somente pode realizar-se de modo autêntico nos marcos do sistema democrático-representativo .

Bernstein repudia a idéia da "ditadura do proletariado" como *atavismo político*, pertencente a um nível de civilização mais atrasado. A transição da sociedade capitalista à socialista não tem porque fazer-se de forma revolucionária. Com antecipação de algumas décadas do que ocorreu na Rússia, vaticinou que a ditadura do proletariado, "onde a classe operária não dispõe todavia de organizações autônomas de caráter reivindicativo muito fortes e não haja alcançado alto grau de autonomia espiritual", deverá consistir numa "ditadura dos oradores de clubes ou dos literatos". A defesa expressa da ditadura do proletariado, por Lenin, explicitando ainda que seria exercida pelo partido, em nome do proletariado, e por um líder reconhecido, em nome do partido, levou a uma das ditaduras mais sanguinárias conhecidas pela história. De sorte que a veemência de Bernstein no combate a essa idéia acabou plenamente justificada.

Embora evitasse explicitar o seu verdadeiro conteúdo, Kautsky relutava em acompanhar Bernstein no combate à idéia da ditadura do proletariado. A esse propósito produziu evasivas desse tipo, na oportunidade da discussão do programa do PSD no começo do século: "Quando Bernstein diz que devemos ter primeiramente a democracia

para conduzir passo a passo o proletariado à vitória, eu digo que para nós a questão é inversa. A vitória da democracia está condicionada pela vitória do proletariado." De todos os modos, contribuiu decisivamente para a consolidação dos partidos social-democratas europeus como organizações inteiramente afeiçoadas ao sistema democrático-representativo. E foi um combatente sem tréguas da contrafação representada pelo bolchevismo, logrando evidenciar que se tratava de algo inteiramente alheio ao caminho evolutivo percorrido pelo socialismo ocidental.

Além de haver vinculado, em definitivo, o ideal socialista ao aprimoramento do sistema democrático-representativo, Bernstein procedeu à reavaliação do significado histórico do liberalismo, tendo a esse propósito afirmado o seguinte: "No que respeita ao liberalismo como movimento histórico universal, o socialismo é seu herdeiro legítimo, não apenas do ponto de vista cronológico como também do ponto de vista do conteúdo social." Bateu-se sempre por uma aliança entre sociais-democratas e liberais, que de certa forma foi alcançada quando se tratou da sustentação da República de Weimar.

A Evolução do Capitalismo

Bernstein acompanhou permanentemente o comportamento da economia capitalista.

Em relação à grande indústria, registra o fato de que sua escala de produção cresceu em proporções inusitadas. No caso da grande indústria alemã, adquiriu uma característica que inviabiliza a hipótese de estatizá-la: tornou-se mundial. Num dos escritos dedicados a esta análise, pergunta: "Pode o Estado encarregar-se de empresas que se apresentam como competidores no mercado mundial com seus produtos e possibilidades de exportação e que desenvolvem todas as boas qualidades da competição moderna em sua luta por vendas e encomendas?" Grande parte do bem-estar social alcançado por contingentes cada vez mais expressivos da sociedade depende diretamente dessas grandes indústrias, que empregam verdadeiros exércitos de trabalhadores. Colocá-los sobre controle social tornou-se uma questão extremamente complexa.

Bernstein deu continuidade aos estudos de Kautsky acerca da agricultura. Estatísticas posteriores à obra de Kautsky comprovam a consolidação das economias pequenas e médias. "Na agricultura", escreve,

"tanto a pequena como a média empresa revelaram-se como mais eficazes e mais resistentes do que supunha a social-democracia anteriormente sob a influência da teoria econômica marxista." De suas análises retira a convicção de que as vantagens das economias menores tornavam-se patentes mesmo na pecuária.

Do curso concreto seguido pela economia capitalista resultou o aumento numérico da classe proprietária, embora as grandes fortunas tenham aumentado de forma extraordinária. A elevação geral dos padrões de vida tampouco exclui a massa trabalhadora. "Para a classe operária a situação não está pior do que antes", afirma.

Bernstein ocupou-se especialmente da medida das denominadas crises cíclicas. No programa da social-democracia afirmava-se que seriam cada vez mais amplas e devastadoras. Também aqui o curso histórico não comprovou essa expectativa. A crise de 1873-74 durou seis anos. Novo ciclo ascendente inicia-se em 1881, que entretanto durou muito pouco, iniciando-se nova depressão em 1884, que também durou menos (três anos). Em 1888 começa novo ciclo de expansão que resiste três anos. A crise de 1891, em contrapartida, dura apenas dois anos. Segue-se uma fase de expansão que leva a economia alemã a patamares muito superiores aos precedentes, fase esta que dura de 1894 a 1900 (sete anos). Seguindo-se uma crise de curta duração (dois anos), ao que se sucedem cinco anos de crescimento.

A sociedade tornou-se mais rica, surgindo fatores contrários à freqüência e duração das crises É certo, entende, que não desapareceu a insegurança entre os trabalhadores e o receio do desemprego. Prossegue:

> Não se pode esquecer este aspecto se se quer que a realidade — que fez com que o velho esquema de evolução das crises já não se possa sustentar — nos induza a um otimismo enganoso. Mas cumpre abandonar aquele esquema e com ele cairão as expectativas de futuro que haviam sido formuladas, tomando-se por base sobretudo a idéia de uma gigantesca catástrofe econômica, que colocaria a sociedade moderna diante da ruína imediata, em face de sua derrocada total. Esta idéia além de não ter ganho em probabilidade, perde-a progressivamente. Todas as especulações que se urdiram a partir desse esquema das crises tornaram-se caducas e só podem causar-nos prejuízos.

Como se vê, o propósito de Bernstein é fazer com que a atuação da social-democracia seja capaz de adequar-se continuamente à realidade, se quer corresponder à confiança crescente que tem merecido de parte

das camadas trabalhadoras. Como dito anteriormente, em 1912 o Partido Social Democrata conquistara 4,2 milhões de votos, 35% do total.

A QUESTÃO DO REVISIONISMO

O próprio Bernstein procurou explicar o sentido do seu revisionismo. Na verdade, sua obra constitui uma demonstração cabal de que as teses fundamentais do marxismo estavam erradas. Não há socialismo científico nem materialismo histórico. O socialismo é um ideal moral. Não haverá nenhuma crise catastrófica que fará desaparecer do mapa o capitalismo. O partido da classe trabalhadora deve empenhar-se em obter transformações que resultem na melhoria concreta das suas condições de vida e trabalho. Não deve furtar-se a exercer o poder na sociedade industrial capitalista. O desdobramento natural dessa crítica teria que ser o abandono expresso do marxismo, sobretudo porque a social-democracia não sabia explicar que tivesse uma base teórica comum com os comunistas, que acabaram por se transformar nos seus principais inimigos.

Bernstein aceitou a denominação de revisionista lembrando que grande número de denominações consagradas tinha originalmente caráter pejorativo. Lembra:

> Na grande revolução inglesa o nome da importante seita dos *quakers* era no começo um apelido injurioso. O mesmo ocorre com a denominação dos dois grandes partidos históricos da Inglaterra, os *whigs* e os *tories*. *Tory*, significava originalmente "ladrão"; *whig* significava "leite azedo". Com estes nomes os partidos se insultavam mutuamente de início mas logo cada um aceitou tranqüilamente a denominação que lhe havia atribuído o inimigo e o nome revisionista não é certamente tão terrível como "leite azedo".

Indica também que embora tivesse sido empregado anteriormente, veio a consagrar-se nos debates ocorridos no seio da social-democracia alemã nos anos de 1896-97. Naquela oportunidade os mais exaltados criticavam a Bernstein e Kautsky por atribuir maior importância ao movimento socialista em curso que à meta final. Essa discussão desembocou no Congresso de Stuttgart de 1898. Para dar conta dessa discussão, Bernstein escreveu então o livro *Premissas do socialismo e*

as tendências da social-democracia, que considerava expressar adequadamente o sentido das propostas revisionistas. Voltaria ao tema num texto de 1909 que intitulou de *O revisionismo na social-democracia.*

Embora considere que Marx corresponde a uma personalidade destacada do movimento socialista e muito haja contribuído para dar-lhe a feição que veio a assumir, Bernstein entende que é parte de uma concepção do processo histórico e natural compreendida nos marcos do conceito de evolução. Pergunta: "Qual é a concepção básica que distingue a teoria marxista das teorias socialistas que precederam a Marx?" E responde: "É a concepção, mais profunda e intensa, da *idéia de desenvolvimento*; o *conceito de evolução* aplicado de maneira mais fundamental que qualquer outro socialista antes de Marx e de sua época. Os socialistas precedentes", prossegue, "queriam uma sociedade melhor, eram reformadores que aproveitavam qualquer reforma social que lhes parecia oportuna e a situavam num primeiro plano, mas sem uma análise profunda e fundamental da sociedade existente, sem poder deduzir aquelas reformas diretamente das necessidades dadas, sem perguntar-se como se adequavam a marcha do desenvolvimento de toda a sociedade." Em oposição a isto, Marx avança a idéia de que a sociedade moderna é um organismo de desenvolvimento, que não se pode mudar arbitrariamente nem tampouco se pode petrificar arbitrariamente.

A *Crítica da economia política,* onde Marx apresenta aquela idéia, apareceu em 1859, coincidentemente no mesmo ano de *A origem das espécies,* em que Darwin fundamenta a tese de que as transformações dos seres vivos podem ser explicadas por meio de causas reconhecidas de modo científico. Ambos inauguram assim uma nova fase na compreensão do processo histórico e natural. Marx indicou também o papel dos meios técnicos no desenvolvimento da sociedade. Estes fazem surgir novas classes que entram em choque com as existentes e acabam transformando-o numa luta pelo poder: "A história das sociedades humanas é uma história das lutas de classes, que continuam tendo lugar de vez em quando, e que se revestem cada vez de novas formas. Esta e a idéia básica da teoria marxista." Por vezes exagerou-se o poder determinante dos fatores técnico-econômicos, esquecendo-se que os homens têm cabeças que pensam, que as idéias e as ideologias, a moral e os conceitos jurídicos têm em certa medida a sua própria evolução, que são também fatores determinantes do desenvolvimento da produção e da cultura. Em que pese tais exageros equivocados, acredita que o

núcleo central da teoria marxista, da forma como a apresentou, encontra aceitação universal na social democracia e é isto que mantém unidas as suas lideranças, apesar da diversidade de interpretações em aspectos menos relevantes. O mérito de Marx reside pois no fato de haver trazido o movimento socialista para o duro solo da realidade, forçando-o a abandonar a dedução especulativa e a adotar a indução realista.

Muitas pessoas na Alemanha consideram que semelhante postura equivalia ao aniquilamento do socialismo. E não só na Alemanha, escreve:

> Faz pouco tempo o marxista russo Plekhanov contou num número comemorativo da revista berlinense *Vorwarts* como na Rússia, nos anos 80, aqueles que sustentavam a teoria na forma em que esbocei brevemente foram atacados, pelos populistas e pelos socialistas revolucionários de orientação especulativa, como ajudantes ou servidores voluntários do capital, porque aceitavam a necessidade do desenvolvimento capitalista para o desenvolvimento da classe operária, como também havia dito Marx. Mas o que então sucedeu na Rússia ocorreu igualmente em outros lugares. Uma coisa é característica em tudo isto. Quando eu publiquei a minha frase sobre a reduzida importância da meta final, o próprio Plekhanov atacou-me violentamente, embora o destino não o tenha salvo de ser qualificado como o "Bernstein russo", pelos revolucionários russos. A tradução na prática da teoria marxista — tal como a desenvolvo aqui — pareceu a muitos socialistas como renúncia à meta final do socialismo, e em certo sentido, *com razão*. Pois, segundo minha opinião, a teoria marxista eliminou realmente a idéia do *objetivo final*. Para uma teoria social baseada na idéia da evolução, não pode haver nenhum objetivo final. Segundo ela, a sociedade humana estará continuamente submetida ao processo de evolução. Com base nesta teoria pode haver grandes *linhas diretrizes* e *objetivos*, porém não pode haver um objetivo final. Inclusive o que poderia denominar-se objetivo final não deve constituir-se *a priori* com a cabeça, mas elaborar-se a partir das lutas práticas do próprio movimento.

É certo que Marx procurou esboçar uma imagem do futuro, ao dizer por exemplo, no final do *Manifesto comunista*, que após apoderar-se do poder político, os operários mudarão a sociedade atual e exigirão uma nova sociedade de caráter cooperativo. Mas esta idéia geral afeiçoa-se tanto com as características da classe operária que perde toda feição especulativa. Expressa melhor o seu ponto de vista o que escreveu em 1866: "A sociedade atual não é um cristal sólido senão um organismo capaz de transformar-se e que deve ser entendida num

contínuo processo de transformação." Conclui Bernstein: "O conceito de revolução socialista recebe também aqui uma limitação muito precisa." Ainda mais: tanto Marx como Engels reconheceram o erro cometido no *Manifesto comunista* quando acena com a possibilidade de uma evolução veloz e unilateral da sociedade moderna.

Bernstein enfatiza que não são antimarxistas suas conclusões quanto à evolução da sociedade, embora o próprio Marx não haja a elas chegado, mas seriam inferência legítima do cerne do seu pensamento. Adianta:

> Uma sociedade cujas instituições e costumes repousam em milênios de evolução não pode transformar-se da noite para o dia numa direção totalmente diferente. E não pode, em concreto, porque o capitalismo não trouxe os efeitos que dele se esperou durante muito tempo: que simplificaria a sociedade em sua estrutura e organização, que criaria relações simples. Não, a sociedade tornou-se mais complicada, a organização em classes diversificou-se mais, ramificou-se cada vez mais. As pequenas empresas na indústria e no comércio não foram destruídas, somente ampliaram-se e mudaram sua natureza e posição econômica... Todavia maior é a permanência das pequenas empresas na agricultura.

Bernstein proclama o princípio básico pelo qual orienta suas análises: "Não tenho interesse algum em fechar os olhos ante os fatos em virtude de alguma teoria preconcebida." Foi precisamente esta capacidade de acompanhar o curso histórico real que permitiu à liderança da social-democracia contribuir para a melhoria da situação da classe trabalhadora. E quando se tornou patente que a sociedade capitalista industrial era capaz de suportar razoável distribuição de renda, respeitadas as garantias fundamentais dos cidadãos, aquela liderança sentiu-se à vontade para renunciar à utopia socialista e apostar no sucessivo aprimoramento da sociedade existente. O que já vinham praticando com sucesso, graças à clarividência e à coragem de homens como Bernstein, que não se acomodaram ao dogmatismo e souberam guardar fidelidade às exigências morais presentes ao ideário socialista e que constituem justamente o aspecto imorredouro da contribuição da intelectualidade que alçou essa bandeira no século XIX.

Antônio Paim
São Paulo, abril de 1997

NOTA

Da obra de Bernstein, somente *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia* mereceu reedição recente na própria Alemanha (Reinbeck, 1969).

Em espanhol — do mesmo modo que em francês e italiano — seus principais livros tornaram-se acessíveis, a saber: *Socialismo teórico e socialismo prático* (Buenos Aires, 1966); *Socialismo evolucionista* (Barcelona, 1974); e *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia. O revisionismo na social-democracia* (México, 1982).

A obra de Bernstein tem sido estudada por renomados analistas políticos. Entre tais análises sobressai o estudo de Joaquim Abellan, catedrático de ciência política da Universidad Complutense, de Madri, que Bernstein divulgou na introdução de sua antologia *Socialismo democrático* (Madri, Tecnos, 1990, XXXVIII, 180p.).

Prefácio à edição inglesa

O presente livro não só teve a sua história, mas também fez, de algum modo, pequena história. Suscitado pelas circunstâncias descritas no prefácio à edição alemã, ele originou, desde o seu aparecimento, uma razoável agitação dentro e fora da democracia social alemã. Adversários do socialismo declararam ser este livro o testemunho mais esmagador da fragilidade da teoria e da crítica socialistas sobre a sociedade capitalista, bem como dos escritores socialistas. Em primeiro lugar, Karl Kautsky denunciou-o como um abandono dos princípios e concepções fundamentais do socialismo científico. Induzido por tudo isso, o partido social-democrata alemão pôs o livro na agenda de trabalhos do seu Congresso de Hannover (outubro de 1899), onde foi discutido num debate que durou, pelo menos, três dias e meio e terminou com a aceitação de uma resolução cujo significado era a rejeição das opiniões expressas pelo autor.

Nesta altura, não pude participar dos debates. Por razões políticas, era forçado a manter-me afastado do território alemão. Mas declarei então que considerava a excitação dos meus camaradas, a respeito do livro, como o resultado de um estado de irritação nervosa, criado pelas deduções que oponentes do socialismo extraíram de algumas das minhas sentenças e opiniões, e também por certa superestima da importância para o socialismo dos princípios que eu combati. Mas não podia retirar nada do que escrevi e, embora dez anos já tenham se passado desde então, e eu tenha agora mais sete anos de conhecimento íntimo das condições políticas e econômicas alemãs, não posso alterar qualquer das opiniões expressas em pontos relevantes do meu trabalho. Subseqüentemente, as opiniões lançadas no livro receberam o epíteto de "Revisionismo" e, embora muitos dos que são chamados "Revisionistas" na democracia social alemã mantenham pontos de vista

diferentes dos meus, o livro pode, em conjunto, ser considerado como uma exposição das tendências teóricas e políticas dos revisionistas social-democratas alemães. É profusamente lido na Alemanha; há apenas algumas semanas, uma nova — a nona — edição foi publicada.

Por razões explicadas no prefácio da primeira edição alemã, o livro está ocasionalmente escrito de um modo algo hesitante. Mas a sua principal finalidade transparecerá, assim espero, com suficiente clareza. É a forte acentuação daquilo que na Alemanha se chama de *Gegenwartarbeit* — o trabalho cotidiano do partido socialista — que atua nos sulcos do terreno que por muitos pode ser olhado como simples trabalho de entretenimento comparado com o grande levantamento que se aproxima e para o qual muito já foi realizado conseqüentemente, embora ainda não com inteiro entusiasmo. Incapaz de acreditar, de todo, em finalidades, não posso crer num objetivo final do socialismo. Mas creio firmemente no movimento socialista, na marcha incessante das classes trabalhadoras, que devem obter, passo a passo, a sua emancipação pela transformação da sociedade, do domínio de uma oligarquia de proprietários comerciais da terra em uma democracia real que, em todos os seus setores, seja guiada pelos interesses daqueles que trabalham e criam.

EDUARD BERNSTEIN
Berlim, 30, 31 de março de 1909.

Prefácio

A presente obra é substancialmente dedicada ao estabelecimento de idéias que o autor exprimiu numa carta endereçada ao Partido Social-Democrata alemão, reunido em Stuttgart de 3 de outubro a 8 de outubro de 1898.

A carta diz o seguinte:

As opiniões expostas por mim na série de artigos intitulada *Problemas do socialismo* têm sido ultimamente discutidas em jornais e reuniões socialistas e foi até solicitado ao Partido Social-Democrata alemão que definisse a sua posição relativamente a tais escritos. No caso que tal suceda e o partido concorde em aceder ao requerido, sinto-me desde já inclinado a fornecer a seguinte explicação.

O voto de uma assembléia, por muito significativo que seja, não pode, naturalmente, afetar-me no que concerne a minhas opiniões, que foram elaboradas e estruturadas a partir de um exame dos fenômenos sociais. O que escrevi no *Neue Zeit* é a simples expressão de uma convicção, da qual não vejo motivos para me afastar, em qualquer das suas linhas capitais.

Assim, é apenas natural que um voto do partido possa provocar em mim algo mais do que indiferença. E assim se compreenderá por que sinto agora a imperiosa necessidade de me resguardar contra falsas ilações que possam extrair-se das minhas conclusões e falsas deduções que com base nelas se elaborem. Como estou impedido de assistir ao congresso, envio esta comunicação escrita.

Foi sustentado em certo setor que as deduções práticas a extrair dos meus temas seriam o abandono da conquista do poder político pelo proletariado, política e economicamente organizado. Eis uma dedução bastante arbitrária, cuja acuidade inteiramente nego.

Coloco-me contra a noção de que devemos esperar, para breve, um colapso da economia burguesa, e que a democracia socialista devia encaminhar-se desde já, ante as perspectivas de uma tão grande e iminente catástrofe social, para a adaptação de suas táticas a essa hipótese. E mantenho o que disse, com a maior ênfase.

Os adeptos dessa teoria de uma catástrofe baseiam-na, especialmente, nas conclusões do *Manifesto comunista.* É um erro em todos os aspectos.

A teoria que o *Manifesto comunista* articulou, sobre a evolução da sociedade moderna, está correta até ao ponto em que caracteriza as tendências gerais dessa evolução. Mas estava errada em várias deduções especiais, sobretudo no cálculo do *tempo* necessário para a referida evolução se consumar. Tal erro foi admitido sem reservas por Friedrich Engels, o co-autor do *Manifesto,* com Marx, ao escrever o seu prefácio à *Guerra de classes na França.* Mas é evidente que, se a evolução social leva um período de tempo muito maior do que o previsto, tomará então *formas* e conduzirá a formas que nem poderiam ser previstas nem estavam previstas anteriormente.

As condições sociais não se desenvolveram no sentido de uma oposição tão extremada de coisas e de classes como se encontra delineada no *Manifesto.* Não é apenas inútil, é até grande tolice pretendermos esconder isso de nós próprios. O número de membros da classe proprietária hoje não é menor, e sim maior. O enorme incremento de riqueza social não é acompanhado por um número decrescente de grandes capitalistas, mas por um aumento do número de capitalistas de todos os graus. A classe média altera o seu caráter, mas não desaparece da escala social.

A concentração na indústria produtiva não está sendo efetuada mesmo hoje, em todos os seus setores, com igual penetração e a um ritmo idêntico. Numa grande maioria dos ramos de produção, certamente se justifica a previsão feita pela crítica socialista da sociedade; mas, noutros ramos, ela ainda hoje se mantém afastada da realidade. O processo de concentração na agricultura progride ainda mais lentamente. Estatísticas econômicas revelam uma graduação extraordinariamente elaborada das empresas, no que respeita à sua envergadura. Não se verifica o desaparecimento de um só degrau na escada. As mudanças significativas na estrutura interna dessas empresas, e as suas inter-relações, de modo algum podem anular a evidência do fato.

Em todos os países avançados, vemos os privilégios da burguesia capitalista cedendo, passo a passo, ao avanço das organizações demo-

cráticas. Sob essa influência e conduzida pelo movimento das classes obreiras, que diariamente se estão fortalecendo, estabeleceu-se uma reação social contra as tendências exploratórias do capital; uma contra-ação que, embora progrida ainda tímida e debilmente, de qualquer modo já existe, se afirma e está atraindo cada vez mais setores da vida econômica para a sua esfera de influência. A legislação fabril, a democratização do governo local e a ampliação da sua área de atividade, a libertação dos sindicatos e dos sistemas de transação cooperativa das restrições legais, o exame das condições padronizadas de mão-de-obra em trabalhos levados a efeito por autoridades públicas — tudo isso caracteriza essa fase da evolução.

Mas quanto mais se democratizam as organizações políticas de nações modernas, tanto mais diminuem também as necessidades e oportunidades de uma grande catástrofe política. Aquele que se agarra firmemente à teoria catastrófica da evolução deve, com toda a sua energia, impedir e opor-se à evolução acima descrita, o que já foi feito, na realidade, pelos defensores lógicos dessa teoria, em momentos passados. Mas será que a conquista do poder político pelo proletariado só poderá efetuar-se através de uma catástrofe política? Será que a tomada e a utilização do poder estatal pelo proletariado se dirigirão exclusivamente contra a totalidade do mundo não-proletário?

Aquele que responder a essas duas perguntas pela afirmativa, deverá ser lembrado de duas coisas. Em 1872, Marx e Engels anunciaram no prefácio à nova edição do *Manifesto,* que a Comuna de Paris dera uma prova de que "a classe trabalhadora não pode simplesmente tomar posse de uma máquina estatal já preparada e pô-la em movimento para seus próprios fins". E, em 1895, Friedrich Engels estabeleceu, em pormenor, no prefácio à *Guerra de classes,* que o tempo das surpresas políticas, das "revoluções de minorias escassamente conscientes, à frente de massas inconscientes" estava hoje chegando ao fim, que a coligação em grande escala com os militares seriam os meios de sustar o firme crescimento da democracia social e de fazê-la até recuar por algum tempo — em resumo, a democracia social floresceria muito melhor segundo meios legais do que por meios ilegais e revolução violenta. E ele acentua, em conformidade com essa opinião, que a tarefa seguinte do partido devia ser "trabalhar para um incremento constante dos seus votos" ou levar a efeito uma lenta, mas ininterrupta, *propaganda da atividade parlamentar.*

Assim, Engels, que, como os seus inúmeros exemplos revelam, ainda superestimava de certo modo o ritmo do processo evolutivo, exprimia

a sua crença num método bem diferente da teoria catastrófica! Alguém nos dirá que ele abandonou também a conquista do poder político pelas classes trabalhadoras, só porque desejou evitar que o firme crescimento da democracia social, garantido por meios legais, pudesse ser interrompido por uma revolução política?

Se não é assim, e se subscrevermos as suas conclusões, então ninguém poderá considerar-se ofendido se se declarar que a tarefa da democracia social é, ainda por muito tempo, em lugar de especular sobre um grande desastre econômico, "organizar politicamente as classes proletárias e desenvolvê-las como uma força democrática; lutar por todas as reformas no Estado que se adaptem a erguer as classes obreiras e transformar o Estado na direção da democracia".

Foi isso o que eu disse nos meus artigos impugnados e que continuo mantendo em toda a sua inteira significação. Sobre a questão proposta acima, ela é equivalente à sentença de Engels, porquanto a democracia só é, em qualquer tempo dado, o governo pelas classes trabalhadoras na medida em que estão capacitadas para o exercer, de acordo com a sua maturidade intelectual e o grau de desenvolvimento social que atingiram. Engels, de fato, refere-se no local mencionado ao fato de que o *Manifesto comunista* "proclamou a conquista da democracia como um dos primeiros e importantes objetivos do proletariado combatente".

Em resumo, Engels está tão profundamente convencido de que as táticas baseadas na suposição de uma catástrofe já passaram de moda que chega a considerar necessária a sua revisão nos países latinos onde a tradição lhes é muito mais favorável do que na Alemanha. "Se as condições de guerra entre as nações foram alteradas" — escreveu ele —, "não menos o foram as de guerra entre as classes." Será que essas palavras já foram esquecidas?

Não está em discussão a necessidade de que as classes obreiras obtenham o controle do governo. O ponto em debate é entre a teoria de um cataclismo social e a questão de saber se, com o desenvolvimento social constatado na Alemanha e o atual progresso das suas classes trabalhadoras nas cidades e nos campos, uma súbita catástrofe seria desejável, no interesse da democracia social. Neguei e volto a negar esse princípio, porque, em meu juízo, creio residir uma segurança muito maior, para um sucesso duradouro, no processo de avanço firme do que nas possibilidades oferecidas por um choque desastroso ou catastrófico.

E como estou firmemente convencido de que não se pode saltar sobre períodos importantes do desenvolvimento das nações, faço assentar o maior valor da luta nas próximas tarefas que incumbem à democracia social, no combate pelos direitos políticos do proletário, na atividade política dos trabalhadores da cidade e do campo, na defesa dos interesses da sua classe, bem como na atividade da organização industrial dos trabalhadores.

Nesse sentido, escrevi a sentença que diz que o movimento significa tudo para mim e que aquilo que *usualmente* se chama "objetivo final do socialismo" nada representa; e é nesse mesmo sentido que hoje a escrevo de novo. Mesmo que a palavra "usualmente" não tivesse mostrado que a proposição era para ser entendida apenas condicionalmente, era óbvio que não *poderia* expressar indiferença no que respeita à prática final dos princípios socialistas, mas indiferença — ou, como seria melhor exprimido, despreocupação — quanto à forma dada ao arranjo final das coisas. Nunca tive um excessivo interesse no futuro, para além de princípios gerais; não consegui nunca ler até ao fim qualquer descrição do futuro. Os meus pensamentos e esforços estão preocupados com os deveres do presente e do futuro próximo, e só me ocupo com as perspectivas mais longínquas, na medida em que me possam fornecer uma linha de conduta para a ação adequada agora.

A conquista do poder político pelas classes trabalhadoras, a expropriação dos capitalistas, não são objetivos em si próprios, mas tão-só meios adequados para a consecução de certos fins e empenhos. Como tal, são exigências no programa da democracia social e não as ataco. Nada pode ser previamente dito, quanto às circunstâncias do seu cumprimento: podemos apenas lutar pela sua realização. Mas a conquista do poder político requer a posse de *direitos* políticos; e o mais importante problema tático, que a democracia social alemã tem hoje para resolver, parece-me ser o de delinear os melhores métodos de ampliação dos direitos políticos e econômicos das classes trabalhadoras alemãs.

A obra seguinte foi composta, pois, no sentido dessas conclusões.

Tenho perfeita consciência de que ela difere, em diversos pontos de importância, das idéias expressas na teoria de Karl Marx e de Engels — homens cujos escritos exerceram a maior influência na minha linha de pensamento socialista e um dos quais — Engels — me honrou com a sua amizade pessoal não só até a sua morte, mas ainda para além da sepultura, através de disposições testamentárias que constituem uma prova da sua confiança em mim.

Esse desvio na maneira de apreciar as coisas não vem de data recente; é o produto de uma luta íntima de muitos anos e tenho em mãos uma prova de que isso não era segredo para Friedrich Engels, e além disso devo proteger Engels da suspeita de que fosse tão estreito de espírito que exigisse dos amigos uma adesão incondicional às suas opiniões. Não obstante, compreender-se-á pelo que fica dito a razão por que evitei até hoje, na medida do possível, dar aos meus pontos de vista heterodoxos a forma de uma crítica sistemática e pormenorizada à doutrina de Marx-Engels. Essa atitude podia ser mais facilmente evitada até agora, dado que, no que respeita às questões práticas com que nos preocupávamos, Marx e Engels alteraram consideravelmente, no decorrer do tempo, as suas próprias opiniões.

Mas tudo isso se encontra agora modificado. Mantenho no momento uma controvérsia com socialistas que, assim como eu, saíram da escola de Marx-Engels; e sou forçado, se quiser sustentar as minhas opiniões, a demonstrar em que pontos a teoria de Marx-Engels me parece especialmente equivocada ou autocontraditória.

Não fugi a essa tarefa, mas, devido às razões pessoais já mencionadas, não me foi fácil tomar uma decisão. Reconheço-o abertamente para que o leitor não deduza incerteza de critério no tema tratado, pela maneira algo hesitante e desajeitada com que escrevi os primeiros capítulos. Defendo tudo o que escrevi, com a mais firme convicção; mas nem sempre fui feliz na escolha da forma e dos argumentos por meio dos quais o meu pensamento deveria ter ganho uma expressão mais clara e definida. A esse respeito, o meu trabalho está muito atrasado em comparação com várias obras publicadas por outros sobre o mesmo assunto. Retifiquei no último capítulo algumas omissões do primeiro. Além disso, como a publicação do livro estava razoavelmente atrasada, o capítulo sobre "Cooperação" sofreu alguns aditamentos em que certas repetições não puderam ser inteiramente evitadas.

Quanto ao resto, a obra falará por si mesma. Não sou assim tão ingênuo a ponto de esperar que ela converta logo todos aqueles que não concordaram com os meus ensaios anteriores nem tão tolo a ponto de desejar que quantos concordem comigo em princípio subscrevam tudo o que deixo aqui dito. De fato, o aspecto mais duvidoso da obra é que ela abraça demasiadas questões. Quando tive de falar das tarefas da atualidade, fui forçado, a menos que quisesse me deter em generalidades, a aprofundar toda a espécie de questões isoladas, sobre as quais são inevitáveis as diferenças de opinião, mesmo entre aqueles que, fora disso, pensam semelhantemente. E ainda a necessidade de espaço me

compeliu a dar realce a alguns pontos importantes, mais por implicação do que pelo seu estabelecimento concreto. Mas, repito, não estou preocupado em que outros concordem comigo em todas as questões de que trato. O que constitui o objetivo fundamental deste trabalho é, por oposição ao que resta ainda do modo utópico de pensamento na teoria socialista, reforçar igualmente os elementos realistas e idealistas do movimento socialista.

E.B.
Londres, janeiro de 1899.

Os termos constante e variável devem ser tomados aqui numa acepção meramente condicional, pois os princípios da ciência pura estão sujeitos, também, a mutações que ocorrem, contudo, na forma de limitações. Com o progresso do conhecimento, proposições, a que anteriormente estava ligado um conceito de validade absoluta, foram reconhecidas como condicionais e suplementadas por novas proposições científicas que limitam aquela validade, mas que, ao mesmo tempo, dilatam o domínio da ciência pura. Por outro lado, proposições singulares da ciência aplicada retêm toda a sua validade para casos definidos. Uma proposição em química agrícola ou engenharia elétrica, na medida em que foi inteiramente comprovada, sempre se mantém verdadeira, logo que as condições preliminares sobre que se baseia sejam restauradas. Mas o grande número de elementos dessas premissas e suas múltiplas possibilidades de combinação causam uma variedade infinita de tais proposições e uma alteração constante da sua importância relativa e recíproca. A prática origina sempre novos materiais de conhecimento e cada dia muda, por assim dizer, o seu aspecto global, colocando continuamente sob o rótulo de métodos antiquados tudo quanto foi, em dado momento, uma nova aquisição.

Um sistemático despojamento dos seus elementos aplicados, na ciência pura do socialismo marxista, não foi até hoje tentado, embora não faltem os meios e preparativos importantes para o fazer. A bem conhecida apresentação por Marx do seu conceito de História no prefácio de *Uma contribuição para a crítica da economia política* e a terceira parte da obra *Socialismo utópico e científico,* de Engels, devem ser citadas aqui, em primeiro lugar, como sendo contribuições da maior importância. No prefácio de Marx, mencionado acima, apresentam-se as características gerais da sua filosofia da história e da sociedade em sentenças de tal modo concisas e definitivas, tão livres de toda a referência a fenômenos e formas especiais, como nunca se pôde encontrar algures, com idêntica clareza. Não falta aí um só pensamento importante para o entendimento da filosofia marxista da História.

O escrito de Engels é, em parte, uma esquematização mais acessível e popular das proposições de Marx e, em parte, uma ampliação das mesmas. Faz-se alusão a fenômenos especiais da evolução social, tal como a sociedade moderna, caracterizada por Marx como sociedade burguesa, e em seus novos rumos de desenvolvimento é retratada em maior pormenor, de modo que se possa utilizar, relativamente a muitos trechos, o termo de ciência aplicada. Pormenores singulares podem ser

deixados de lado sem que os pensamentos fundamentais sofram qualquer dano. Mas, nas suas proposições principais, a apresentação ainda é suficientemente generalizada para que se possa incluí-la na ciência pura do marxismo. Isso é garantido e solicitado pelo fato de que o marxismo pretende ser algo mais do que uma teoria abstrata da História. Pretende ser, ao mesmo tempo, uma teoria da sociedade moderna e do seu desenvolvimento. Se quisermos efetuar uma discriminação ainda mais estrita, diremos que essa parte da teoria marxista poderá ser descrita como uma doutrina aplicada, mas no sentido em que é uma aplicação profundamente essencial da teoria marxista, sem a qual perderia quase todo o seu significado como ciência política. Portanto, as proposições genéricas ou principais dessas deduções respeitantes à sociedade moderna devem ser imputadas à doutrina pura do marxismo. Se a presente ordem da sociedade, assente legalmente na propriedade privada e na livre concorrência, é um caso especial na história da humanidade, não deixa essa ordem de ser, simultaneamente, um fato permanente e geral do mundo civilizado de hoje. Tudo o que não está incondicionado na caracterização marxista da sociedade burguesa e de sua evolução — isto é, tudo cuja validade está livre de peculiaridades nacionais e locais — pertenceria, assim, ao domínio da ciência pura; mas tudo o que se refere a fenômenos especiais e a conjeturas temporárias e locais, todas as formas especiais de desenvolvimento e progresso, pertenceriam, por outro lado, à ciência aplicada.

Quando dividimos a estrutura da doutrina marxista pelo processo acima indicado, estamos aptos a calcular, então, o valor das suas proposições separadas, em relação ao sistema global. Cada proposição da ciência pura demoliria uma parcela dos alicerces, e uma grande parte do edifício seria privado do seu apoio, arriscando-se a ruir todo junto. Mas o mesmo não sucede com as proposições da ciência aplicada. Estas poderiam ruir sem que os alicerces sofressem qualquer abalo, por ínfimo que fosse. Toda uma série de proposições, no terreno da ciência aplicada, pode desabar sem arrastar com ela as outras partes, em simpatia ou solidariedade.

Tal divisão sistemática, até aos mais sutis pormenores, fica, todavia, para além do plano desta obra, pois não é sua intenção ser considerada como apresentação exaustiva e crítica da filosofia marxista. É suficiente, para os meus objetivos, indicar como principais componentes do que, em minha opinião, é o edifício da ciência pura do marxismo, o programa já mencionado do materialismo histórico; a teoria (o germe da qual já aí está contido) das guerras entre classes em geral e da guerra

de classes entre a burguesia e o proletariado, em particular, bem como a da teoria da mais-valia contra o método de produção de uma sociedade burguesa e a descrição, por fim, das tendências de desenvolvimento dessa sociedade. Tal como as proposições da ciência aplicada, as da ciência pura são de diversos e diferentes valores para o sistema.

Ninguém poderá negar que o elemento mais importante nos fundamentos do marxismo, a lei fundamental, por assim dizer, que penetra e circula por todo o sistema, é a sua específica filosofia da história, que levou o nome de interpretação materialista da história. Com ela, o marxismo mantém-se firme ou cai, em princípio; na medida em que sofra limitações, assim a posição recíproca de todos os elementos será afetada em simpatia.

Todas as pesquisas sobre a sua validade devem, por conseqüência, principiar pela questão de saber se e até que ponto essa teoria é verdadeira.

b) A Interpretação Materialista da História e a Necessidade Histórica

> Tínhamos de salientar, face a face com os nossos opositores, o princípio mestre (o lado econômico) por eles negado, e nem sempre havia tempo, lugar e oportunidade para fazer justiça às demais considerações envolvidas e por ele afetadas.
>
> Engels: Carta de 1890, transcrita no *Sozialistischen Akademiker*, outubro de 1895.

O problema da correção da interpretação materialista da história é o problema das causas determinantes da necessidade histórica. Ser materialista significa, em princípio, inculcar todos os fenômenos presentes e passados aos movimentos necessários da matéria. Esses movimentos da matéria são realizados do princípio ao fim, segundo a doutrina materialista, como um processo mecânico, cada processo individual constituindo o resultado necessário dos fatos mecânicos precedentes. Os fatos mecânicos determinam, em última análise, todas as ocorrências, mesmo aquelas que parecem ter sido causadas por idéias. Finalmente, é sempre o movimento da matéria que determina a forma das idéias e as direções da vontade; e, desse modo, também essas (e com elas tudo o que sucede no mundo da humanidade) são inevitáveis. O materialista resulta ser, assim, um calvinista sem Deus. Se não crê

numa predestinação ordenada por uma divindade, acredita, contudo, e deve acreditar que, a partir de um determinado ponto escolhido do tempo, todos os eventos posteriores são, através do conjunto de matéria existente e das direções de força nos seus elementos, previamente determinados.

A aplicação do materialismo à interpretação da história significa, então, em primeiro lugar, a crença na inevitabilidade de todos os acontecimentos e desenvolvimentos históricos. A questão está apenas em saber de que maneira o inevitável se cumpre na história humana, que elemento de força ou que fatores de força proferem a última palavra, qual é a relação entre os diversos fatores de força, que parte da história pertence à contribuição da natureza, da economia política, das organizações legais e das idéias.

Marx, no trecho já citado, dá a resposta, que ele designa por fator determinante, por forças materiais produtivas e por condições de produção entre os homens no tempo. Escreveu ele: "O método de produção das coisas materiais da vida decide, geralmente, o processo social, político e espiritual da vida. Não é a consciência dos homens que determina o seu modo de existência, pelo contrário, é a sua existência social que determina [a natureza da] sua consciência. Em certa fase do seu desenvolvimento, as forças materiais produtivas entraram em oposição com as condições existentes de produção ou, o que é apenas uma expressão legal para o mesmo fenômeno, com as relações de propriedade dentro das quais a produção se movera até então. De formas de desenvolvimento das forças de produção, essas relações converteram-se em grilhetas. Sobreveio então uma época de revolução social. Com a mudança dos fundamentos econômicos, toda a gigantesca superestrutura (as organizações legais e políticas a que correspondem certas formas sociais da consciência) é mais lentamente ou mais rapidamente derrubada. Nenhuma forma de sociedade jamais perece antes que todas as forças produtivas tenham evoluído para o que é suficientemente compreensível, e novas ou mais elevadas condições de produção jamais surgem em cena antes das condições materiais de existência da mesma terem vindo à luz, saídas da matriz da velha sociedade. As relações burguesas de produção constituem a derradeira forma antagônica do processo social de produção... mas as forças produtivas que se desenvolvem no núcleo da sociedade burguesa criam simultaneamente as condições materiais para a solução desse antagonismo. A história anterior da sociedade humana termina, portanto, com essa forma de sociedade".[1]

Deve primeiramente observar-se, por antecipação, que a sentença final e a palavra "derradeira" no período precedente não são capazes de prova, mas constituem, outrossim, hipóteses mais ou menos bem fundadas. Mas não são essenciais à teoria e pertencem até, muito mais, ao campo das suas aplicações. Podemos, pois, deixá-las aqui à parte.

Se analisarmos as demais sentenças, ficaremos impressionados, sobretudo, pelo seu fraseado dogmático, exceto na expressão "mais lentamente ou mais rapidamente" (que de fato oculta muita coisa). Na segunda das sentenças transcritas, "consciência" e "existência" estão opostas de um modo tão significativo que somos quase levados a concluir que os homens são encarados, unicamente, como agentes vivos do poder histórico, cujo trabalho executam positivamente contra seu conhecimento e vontade. E isso é só em parte modificado por uma sentença aqui omitida, por ser de importância secundária, na qual se salienta a necessidade de discriminar, nas revoluções sociais, entre a revolução material nas condições de produção e as "formas ideologísticas" pelas quais os homens se tornam conscientes desse conflito e lutam por resolvê-lo. Em conjunto, a consciência e a vontade humanas parecem ser um fator bastante subalterno do movimento material.

No prefácio ao primeiro volume de *O capital,* deparamos com uma afirmação de sabor a nada menos do que predestinação. "Estamos preocupados", lê-se, com referência às "leis naturais" da produção capitalista, "com essas tendências atuando e forçando seu caminho com necessidade de ferro". E é, contudo, quando ele justamente fala de *lei* que um conceito muito mais brando nos surge — o de tendência. E nas páginas seguintes mantém-se a afirmação, tantas vezes citada, de que a sociedade pode "abreviar e suavizar" as dores de parto das fases de desenvolvimento, em conformidade com a Natureza.

A dependência em que o Homem se encontra das condições de produção parece muito mais categórica na explicação que Friedrich Engels dá do materialismo histórico, ainda durante a vida de Karl Marx e de acordo com ele, no seu livro contra Dühring. Aí se lê que "as causas finais de todas as mudanças sociais e revoluções políticas" devem buscar-se não no cérebro dos homens, mas "nas mudanças dos métodos de produção e de troca". Mas as "causas finais" incluem causas concorrentes de outra espécie — causas de segundo ou terceiro grau, etc., sendo evidente que quanto maior for a série de tais causas, mais limitado é, na quantidade e na qualidade, o poder determinante das causas finais. O fato da sua ação não desaparece, mas a forma final das coisas não depende só dele. Uma ação que é o resultado da laboração

de diferentes forças só pode ser avaliada com exatidão completa quando todas essas forças são conhecidas em pormenor e colocadas no cálculo de acordo com o seu pleno valor. A ignorância de uma força envolve os maiores desvios, mesmo que se trate de uma força de grau inferior, como todo matemático sabe.

Nos seus últimos trabalhos, Engels limitou, ainda mais, a força determinante das condições de produção — especialmente em duas cartas transcritas no *Sozialistischen Akademiker,* de outubro de 1895, uma escrita no ano de 1890, a outra no ano de 1894. Nesses textos, as "formas de lei", as teorias políticas, legais e filosóficas, as intuições ou dogmas religiosos, são enumerados como forças que influenciam o curso das lutas históricas e, em muitos casos, "são fatores preponderantes na determinação da sua forma". Mais adiante: "Há, pois, forças inumeráveis que se entrecruzam e interceptam mutuamente", "um grupo sem fim de paralelogramos de forças, do qual uma resultante — o evento histórico — se produz, a qual pode, ela própria, ser encarada de novo como o produto de uma potência trabalhando como um todo sem consciência nem vontade. Porque a vontade de cada homem, como indivíduo, é obstruída pela de cada outro homem, e o resultado do conflito é algo que ninguém previra". (Carta de 1890.) "A evolução política, jurídica, filosófica, religiosa, literária, artística, assenta na evolução econômica. Mas todas elas reagem separadamente, umas sobre as outras, e repercutem na base econômica". (Carta de 1895.) Deve confessar-se que isto soa bastante diferentemente da passagem de Marx que transcrevemos há pouco.

Não sustentaremos, é claro, que Marx e Engels em qualquer momento esqueceram o fato de que certa influência no curso da História possa ser exercida por fatores não-econômicos. Inumeráveis trechos dos seus primeiros escritos podem ser citados contra tais suposições. Mas estamos tratando aqui de uma questão de proporção — não se os fatores ideológicos foram considerados, mas sim que medida de influência e que significado para a História lhes foram consignados; e a tal respeito não se pode negar que Marx e Engels atribuíram, inicialmente, aos fatores não-econômicos uma influência muito menor sobre a evolução da sociedade, um poder de modificação muito menor, pela sua ação, das condições de produção, do que o fizeram em seus escritos posteriores. Aliás, isso corresponde também ao curso natural de desenvolvimento de cada nova teoria. De início, aparece sempre numa aguda formulação categórica. A fim de ganhar autoridade, deve demonstrar a insustentabilidade da velha teoria e, nesse conflito, mani-

festam-se com facilidade o facciosismo e o exagero. Na sentença que escolhemos para epígrafe deste subcapítulo, Engels reconhece sem reservas essa maneira de proceder, e comenta depois, na sentença seguinte: "É bastante comum, infelizmente, encontrar quem julgue ter compreendido perfeitamente uma teoria e estar apto a aplicá-la em seguida, logo que tomou as proposições fundamentais dela como suas próprias." Aquele que emprega hoje a teoria materialista da história está inclinado a empregá-la na sua forma mais desenvolvida, não na original, — isto é, em aditamento ao progresso e influência das forças produtivas e das condições de produção, inclina-se a fazer plena concessão às idéias da lei e da moral, às tradições históricas e religiosas das diferentes épocas, às influências geográficas e outras circunstâncias da natureza — à qual pertencem também a natureza do próprio homem e a sua disposição espiritual. Isso deve estar particularmente presente na nossa atenção, quando se trata do problema, não já de simples pesquisas em épocas anteriores da História, mas de previsão de desenvolvimentos vindouros, se de fato a concepção materialista da história é para usar-se como um guia para o futuro.

Numa carta a Conrad Schmidt, datada de 27 de outubro de 1890, Friedrich Engels mostra de uma maneira excelente como, de produtos do desenvolvimento econômico, as instituições sociais se converteram em forças sociais independentes, com ações próprias, as quais podem reagir, por seu turno, sobre as anteriores e, segundo as circunstâncias, incentivá-las ou obstruí-las, ou mesmo desviá-las para outras direções. Engels salienta, em primeiro lugar, o poder do Estado, como um exemplo, ao completar a definição de Estado mais vezes por ele usada — como órgão de *governo de classes* e de *repressão* — de maneira a considerá-lo uma derivante, da maior importância, da divisão social do trabalho.[2] O materialismo histórico de modo algum nega inteira autonomia às forças políticas e ideológicas — combate, apenas, a idéia de que essas ações independentes estejam incondicionadas, e mostra que o desenvolvimento das bases da vida social, isto é, as condições de produção e a evolução das classes, exerce finalmente a mais forte influência sobre as mencionadas ações.

Mas, em qualquer caso, mantém-se a multiplicidade de fatores e nem sempre é tão fácil, como parece, pôr a nu as relações que existem entre eles e de uma forma tão exata como para determinar, com precisão, onde encontrar, em certos casos, o mais forte poder motivante. As causas puramente econômicas apenas criam, em princípio, uma disposição para a receptividade de certas idéias, mas a forma como elas

então crescem e se espalham, e que aspecto tomam, dependem da cooperação de uma série de influências. Resulta mais prejudicial do que benéfico para o materialismo histórico se, logo de início, rejeitarmos como ecletismo uma acentuação de outras influências além das que são de natureza puramente econômica, ou uma consideração de outros fatores econômicos que não se limite às técnicas de produção e seu desenvolvimento previsível. Ecletismo — a seleção de explicações e de métodos diversos no estudo dos fenômenos — é tão-só, freqüentemente, a reação natural ao desejo doutrinário de tudo deduzir de uma só fonte e tratar tudo de acordo com um único e mesmo método. Logo que esse desejo se mostra excessivo, o espírito eclético atua por sua conta, com a energia de uma força natural. É a rebelião da razão sóbria contra a tendência inerente a toda e qualquer doutrina de acorrentar o pensamento.

Ora, segundo o maior ou menor grau em que outras forças, além das puramente econômicas, influenciam a vida da sociedade, assim varia também o ritmo daquilo que, num sentido objetivo, chamamos mudança de necessidade histórica. Na moderna sociedade, temos de distinguir, a esse respeito, duas grandes correntes. De um lado, surge-nos uma crescente penetração consciente no terreno das leis da evolução e, principalmente, da evolução econômica. Com esse conhecimento segue, de mãos dadas, em parte como sua causa e em parte como seu efeito, uma crescente capacidade para *dirigir* a evolução econômica. A força econômica natural, como a física, muda de condição de condutora da espécie humana para a de sua serva, segundo seja reconhecida a sua natureza. A sociedade, teoricamente, pode ser mais livre do que nunca, no que respeita ao movimento econômico, e só o antagonismo de interesses entre os seus elementos — o poderio de elementos privados e de grupos — impede a transição completa da liberdade, da teoria para a prática. Todavia, o interesse comum ganha em poder, numa escala crescente, ao opor-se ao interesse privado, e o balanço elementar das forças econômicas cessa, segundo o grau de eficiência dessa oposição e em todos os lugares em que ela se manifeste no máximo de eficiência. O seu desenvolvimento está previsto e cumpre-se, portanto, com facilidade e rapidez maiores. Os indivíduos e nações inteiras subtraem, assim, uma parte cada vez maior de sua vida à influência de uma necessidade que os empurrava, sem ou contra sua vontade.

Mas porque os homens dedicam uma crescente atenção aos fatores econômicos é que facilmente parece exercerem estes uma função hoje

mais importante do que antigamente. Mas não é assim, contudo. A decepção é unicamente causada pelo fato de que, em muitos casos, o motivo econômico aparece hoje livremente, enquanto no passado estava oculto por certas condições de governo e símbolos de toda espécie. A sociedade moderna é muito mais rica do que as sociedades anteriores em ideologias que não são determinadas pela economia e atuando, por natureza, como uma força econômica. As ciências, as artes, uma série completa de relações sociais, depende hoje muito menos da economia do que antigamente, ou, a fim de não dar azo a más interpretações, o ponto de desenvolvimento econômico hoje atingido deixa mais espaço aos fatores ideológicos, e especialmente aos éticos, para a sua atividade independente, do que sucedia em tempos passados. Em conseqüência disso, a interdependência de causa e efeito entre a evolução técnica e econômica, e a evolução de outras tendências sociais, está tornando-se cada vez mais indireta e, daí, as necessidades da primeira estão perdendo muito da sua força para ditarem a forma de atuação das últimas.

"A férrea necessidade da história" recebe, nesse aspecto, uma limitação, a qual, deixem-me dizer desde já, no concernente à prática da democracia social, significa não uma diminuição, mas um aumento e uma qualificação dos seus objetivos e tarefas sociopolíticos.

Assim, vemos hoje a concepção materialista da história numa forma diferente da que foi inicialmente apresentada pelos seus fundadores. Já se desenvolveu e sofreu limitações na interpretação absoluta. Essa é, como já foi mostrado, a história de todas as teorias. Seria a maior retrogradação abandonar a forma amadurecida que Engels lhe deu nas cartas a Conrad Schmidt e voltar às primeiras definições do conceito, forçosamente rudimentares, emprestando-lhe a interpretação "monística" que nelas se baseava.

As primeiras definições são, em grande parte, suplementadas por essas cartas. A idéia fundamental da teoria não perde por isso em uniformidade, mas é a teoria, ela própria, que ganha em caráter científico. Só com esses suplementos se torna verdadeiramente uma teoria do tratamento científico da história. Na sua primeira forma, poderia resultar, na mão de um Marx, em alavanca de poderosas descobertas históricas, mas mesmo o seu gênio foi por ela conduzido a toda espécie de falsas conclusões.[3]

Por fim, levanta-se a questão de saber até que ponto a concepção materialista da história tem direito a tal nome, se continuarmos a dilatá-la, da maneira acima indicada, através da inclusão de outras

forças. De fato, de acordo com as explicações de Engels, não é puramente materialista e, muito menos, puramente econômica. Não nego que o nome não se adapta inteiramente à coisa. Mas eu busco progredir, não confundindo idéias, mas aclarando-as e fazendo-as rigorosas em seu conteúdo e significado; e porque é de primordial importância, na caracterização de uma teoria da História, perceber em que se distingue essa das outras, eu conservaria, longe de me ofender com o título "Interpretação econômica da história" e a despeito de tudo o que se possa dizer contra ele, eu o conservaria por ser ainda a definição mais apropriada da teoria marxista da história.

O seu significado está restrito ao peso que atribui à economia; do reconhecimento e valorização dos fatos econômicos derivam seus justos serviços à ciência da história e o enriquecimento que este ramo do conhecimento humano lhe deve. Uma interpretação econômica da história não significa, necessariamente, que só sejam reconhecidas as forças econômicas, ou os motivos econômicos; mas apenas que a economia constitui uma força decisiva e sempre recorrente, o ponto cardeal dos grandes movimentos da história. Às palavras "concepção materialista da história" aderem ainda todas as falsas interpretações e equívocos que estão intimamente ligados ao conceito de materialismo. O materialismo filosófico, ou materialismo da ciência natural, é determinista, num sentido mecânico. A concepção marxista da história não o é. Atribui ao fundamento econômico da vida das nações uma influência determinante, mas condicionada, sobre as formas que essa vida adquire.

c) A Doutrina Marxista da Guerra de Classes e da Evolução do Capital

A doutrina da guerra de classes baseia-se na concepção materialista da história. "Verificou-se", escreveu Engels no *Anti-Dühring*, "que toda a história[4] pretérita se resumia à história de uma guerra de classes, que as classes que se combatiam umas a outras eram, de cada vez, o resultado das condições existentes de produção e de comércio — numa palavra, das condições econômicas da respectiva época" (3ª ed., p.12). Na sociedade moderna, é a guerra de classes entre os detentores capitalistas dos meios de produção e os produtores sem capital, os trabalhadores assalariados, que imprime a sua marca na história, a este respeito. Para a primeira dessas classes, Marx tomou na França o termo

bourgeoisie, a burguesia, e para a segunda, o termo *proletariat*. Esse duelo de classes entre a burguesia e o proletariado é, concomitantemente, o antagonismo, transferido para os homens, que sobressai nas atuais condições da produção, isto é, entre o caráter privado do método de apropriação e o caráter social do método de produção. Os meios de produção constituem propriedade de capitalistas individuais, que conservam para eles próprios os resultados da produção, mas esta, por si mesma, converteu-se num processo social; isto significa, assim, uma produção de bens para uso, feitos por muitos operários na base de divisão sistemática e organização de trabalho. E esse antagonismo esconde em si próprio, ou tem, um segundo conflito suplementar: a divisão sistemática e a organização do trabalho dentro dos estabelecimentos destinados à produção (oficinas, fábricas, combinações de fábricas e de usinas etc.) são contrariadas pela distribuição assistemática do produto no mercado.

O ponto de partida da luta de classes entre capitalistas e trabalhadores é o antagonismo de interesses que resulta da natureza da utilização do trabalho dos últimos pelos primeiros, para obtenção de lucros. O exame desse processo de utilização conduz à doutrina do *valor* e da produção e apropriação da *mais-valia.*

É significativo para a produção capitalista e para a ordem de sociedade que nela se fundamenta, que os homens, em suas relações econômicas, permaneçam mutuamente opostos em tudo como compradores e vendedores. Reconhece-se na vida social a inexistência de relações legais e gerais de dependência, aceitando-se apenas as mais importantes, originadas em relações puramente econômicas (diferenças de meios econômicos, relação de alugador e alugado etc.). O trabalhador vende ao capitalista a sua capacidade para trabalhar por um prazo definido, sob condições definidas e por um preço definido — o salário. O capitalista vende os produtos (manufaturados com o auxílio do trabalhador, isto é, pelo conjunto de trabalhadores por ele empregados) no mercado de bens de consumo, a um preço que, como regra e como condição para a continuidade do seu empreendimento, produz um excedente acima do montante que lhe custa a fabricação. Que é, pois, esse excedente?

De acordo com Marx é a mais-valia do trabalho executado pelo operário. As mercadorias são trocadas no mercado a um valor que é fixado pela mão-de-obra nelas incorporada, medida pelo tempo. O que o capitalista lhes deu de mão-de-obra passada — diríamos até, morta — sob a forma de matéria-prima, material auxiliar, desgaste de ma-

quinaria, imóveis e outros custos de produção, surge de novo, inalterado, no valor do produto. O mesmo não sucede com o trabalho vivo despendido nessas mercadorias. Esse trabalho custa salários ao capitalista; acarreta-lhe um montante além desses salários, o equivalente ao valor da mão-de-obra O valor do trabalho é medido pelo valor da quantidade de mão-de-obra posta no produto; os salários dos operários traduzem o preço de venda do poder de mão-de-obra utilizado na produção. Os preços, ou o valor da força de trabalho, são determinados pelo custo de manutenção do trabalhador, no que isso corresponde aos seus hábitos de vida historicamente desenvolvidos. A diferença entre o equivalente (*erlös*) da mão-de-obra/valor e da mão-de-obra/salário é a mais-valia que o capitalista naturalmente se empenha em fazer subir tão alto quanto possível e, de qualquer modo, impedir que se afunde.

Mas a concorrência no mercado dos bens de consumo faz pressão constante sobre os preços desses bens, e um aumento de vendas é unicamente obtido, uma vez mais, pelo barateamento de produção. O capitalista pode atingir esse barateamento de três maneiras distintas: pela redução dos salários, pelo prolongamento das horas de trabalho e pelo incremento da produtividade da mão-de-obra. Como, num dado momento, existe sempre um limite definido para os dois primeiros processos, a energia do capitalista volta-se, sempre, para o último sistema. Melhor organização do trabalho, interunificação dos programas de trabalho e de mão-de-obra e aperfeiçoamento da maquinaria são, nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas, os meios predominantes de barateamento de produção. Em todos esses casos, a conseqüência é que a *composição orgânica do capital,* como lhe chamou Marx, muda. A relação da quota de capital investido em matérias-primas, ferramentas para trabalho etc. aumenta; a porção de capital investido em salários diminui; a mesma quantidade de artigos é produzida por menos operários, uma crescente percentagem pelos antigos ou até por um número mais reduzido de trabalhadores. À proporção de mais-valia para a quantidade de capital empregado em salários, chama Karl Marx a taxa de mais-valia ou de exploração; à proporção de mais-valia para o total de capital investido na produção, chama-lhe taxa de lucro. Por tudo isso, fica evidente que a taxa de mais-valia pode subir ao mesmo tempo que a taxa de lucro desce.

Segundo a natureza do ramo de produção, assim encontramos muitas diferenças na combinação orgânica do capital. Há empreendimentos onde uma percentagem desproporcionadamente grande do capital é despendida em instrumentos de trabalho, matérias-primas etc., e só um

montante relativamente reduzido em salários; noutros, são os salários que constituem a parte mais importante dos gastos de capital. Os primeiros representam a mais alta, os segundos a mais baixa combinação orgânica de capital. Se uma igual taxa proporcional regesse inteiramente a relação entre a mais-valia atingida e o salário do trabalhador, nesses últimos ramos de produção as taxas de lucro excederiam, em muitos casos, as primeiras, por múltiplos. Mas não é o caso. Numa sociedade capitalista desenvolvida, os artigos são vendidos não pela sua valia de trabalho, mas pelos seus preços de produção, que consistem no custo de produção (salários dos trabalhadores mais trabalho morto utilizado) e numa despesa adicional que corresponde à média de lucro da produção social global, ou a taxa de lucro daquele ramo de produção em que a combinação orgânica do capital mostra uma proporção média entre os salários-capital e o capital empregado para outros fins. Os preços dos artigos nos diferentes ramos de produção não mostram, portanto, a mesma relação ao seu valor. Em alguns casos, eles estão constantemente abaixo do valor, noutros, constantemente acima, e só naqueles ramos de produção com uma composição média de capital é que se aproximam mais do valor. A lei do valor desaparece totalmente da consciência dos produtores; atua apenas nas suas costas, enquanto o nível da taxa de lucro médio é por ela regulada, unicamente a grandes intervalos.

As leis coercivas da concorrência e a crescente riqueza do capital na sociedade tendem a reduzir constantemente a taxa de lucro, enquanto este é retardado por forças operando em direções opostas, mas nunca de maneira a imobilizar-se permanentemente. A superprodução de capital caminha de mãos dadas com as forças criadoras da superabundância de trabalhadores. Maior centralização e uma expropriação dos capitalistas menores pelos maiores estão sempre a espalhar-se e a crescer nas manufaturas, no comércio e na agricultura. Crises periódicas, originadas pela anarquia de produção, em conjunto com o subconsumo das massas, estão reaparecendo sempre, com um caráter cada vez mais violento e destrutivo; e aceleram o processo de centralização e de expropriação, através da ruína de inúmeros pequenos capitalistas. De um lado, é generalizada a forma coletiva — cooperativa — do processo de trabalho, numa escala sempre crescente, num grau ascendente; do outro lado, sobe, "com o decrescente número de magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, a massa de miséria, opressão, servidão, deterioração, exploração, mas também, com isso, a revolta da classe

trabalhadora, em constante aumento e unida, ensinada e organizada pelo próprio processo capitalista de produção". Assim, o desenvolvimento atinge um ponto em que o monopólio do capital se converte numa grilheta para o método de produção que nele floresceu, quando a centralização dos métodos de produção e a socialização do trabalho se tornaram incompatíveis com a sua roupagem capitalista. Isso converte-se, então, em renda. Os expropriadores e usurpadores são expropriados pela massa da nação. A propriedade privada capitalista desaparece com eles.

Essa é a tendência histórica do sistema de produção e apropriação, de acordo com Marx. A classe chamada para levar a efeito a expropriação da classe capitalista e a transformação da propriedade capitalista em renda pública é a classe dos assalariados, o proletariado. Para tal fim, deve essa classe estar organizada como partido político. Este partido, num dado momento, toma o poder do Estado e "transforma os meios de produção, antes de mais nada, em propriedade do Estado. Mas, com isso, o proletariado nega-se a si próprio como proletariado, com isso ele põe fim a todas as diferenças e antagonismos de classes e, conseqüentemente, põe também fim ao Estado como Estado". Terminou a luta pela existência individual, com seus conflitos e excessos, o Estado já nada tem para oprimir e "extingue-se".[5]

* * *

Até aqui, tentei, com a maior compreensão e concisão possíveis, estabelecer as mais importantes proposições daquela parte da teoria marxista que temos de considerar como essencial para o socialismo. Tão pouco quanto — ou, de preferência, ainda menos que — a teoria materialista da história, resultou esta parte da teoria, desde o princípio até aqui, de uma forma aperfeiçoada, da cabeça dos seus autores. Ainda mais do que no caso anterior, pode mostrar-se um desenvolvimento da teoria que, embora mantendo os principais pontos de vista, consiste na limitação de proposições primeiramente representadas como absolutas. No prefácio do *Capital* (1867), no prefácio à nova edição do *Manifesto comunista* (1872), no prefácio e notas da nova edição de *Miséria da filosofia* (1884) e no prefácio à *Luta de classes na Revolução Francesa* (1895), algumas das transformações patenteadas vieram a acontecer, no decurso do tempo, em conformidade com os temas correspondentes nas opiniões de Marx e Engels. Mas nem todas as transformações a ser citadas aqui ou algures, com referência a partes isoladas ou hipóteses

da teoria, foram inteiramente consideradas, no momento da sua elaboração final. Marx e Engels restringiram-se, eles próprios, algumas vezes, a simplesmente apontar, para outras vezes indicá-las em vista de certos pontos isolados, as transformações por eles reconhecidas no estudo de fatos e na melhor análise desses fatos, que influenciaram a forma e aplicação da sua teoria. E, mesmo neste último aspecto, não faltam contradições nos seus escritos. Eles deixaram aos seus sucessores o dever de dar novamente unidade à sua teoria e de coordenar a teoria com a prática.

Mas esse dever só pode ser cumprido na medida em que dermos conta, sem reservas, das falhas e contradições na teoria. Por outras palavras, todo e qualquer *desenvolvimento futuro e elaboração da doutrina marxista deve principiar pela sua crítica.* Hoje, a situação é de que *tudo* pode ser provado a partir de Marx e Engels. Isso é muito confortável para os apologistas e os literatos de segunda ordem. Mas aquele que tenha conservado um sentido moderado de teoria, para quem o caráter científico do socialismo não seja "apenas uma peça de museu que, nas ocasiões festivas, se retira da vitrina, mas, nos demais dias, não merece atenção", esse, logo que se dê conta dessas contradições, sentirá também a necessidade imperiosa de as remover. O dever dos discípulos consiste em agir dessa forma e não em repetir eternamente as palavras dos seus mestres.

Foi nesse sentido construtivo que levamos a efeito a crítica seguinte a alguns elementos da doutrina marxista. O desejo de manter dentro de limites moderados um volume originalmente idealizado para uso dos trabalhadores e a necessidade de o terminar em poucas semanas explicam por que não foi sequer tentado um tratamento exaustivo do assunto. Ao mesmo tempo, deve ficar entendido de uma vez para sempre que não existem, de minha parte, quaisquer pretensões de originalidade na crítica feita. A maior parte do que se segue, se não tudo, já foi trabalhada, em substância, por outros, ou pelo menos sugerida.

Mas é também um trabalho necessário. Os enganos de uma teoria só podem ser considerados como ultrapassados quando são reconhecidos como tal pelos defensores dessa teoria. Tal reconhecimento não significa, necessariamente, a destruição da teoria. Pode antes parecer que depois da subtração de tudo o que se reconhece estar errado — se me é permitido usar uma imagem de Lassalle — foi Marx quem levou finalmente a melhor contra Marx.

CAPÍTULO II

O desenvolvimento econômico da sociedade moderna

a) Sobre o Significado da Teoria Marxista do Valor

> De onde resulta, incidentalmente, a verificação prática de que surgem dificuldades, algumas vezes, com a pretensão popular do trabalhador aos "inteiros benefícios do seu trabalho".
>
> ENGELS: *Herr Eugen Dühring's Unwalzung.*

De acordo com a teoria marxista, a mais-valia é, como já vimos, o fulcro da economia de uma sociedade capitalista. Mas para se compreender a mais-valia, deve entender-se, primeiro, o significado de valor. A representação marxista da história e do curso de desenvolvimento da sociedade capitalista principia, portanto, com a análise do valor.

Na sociedade moderna, segundo Marx, o valor dos bens consiste no trabalho socialmente necessário que na sua produção se despendeu, medido de acordo com o tempo. Mas com a análise dessa medida do valor torna-se necessária uma série de abstrações e reduções. Primeiro, há que encontrar o valor da pura troca; isto é, devemos deixar de parte os valores de uso especial de determinados bens. Depois — ao formar o conceito de trabalho humano geral e abstrato — devemos ter em conta as peculiaridades de certas espécies de trabalho (reduzindo o trabalho mais elevado e mais complexo a trabalho simples ou abstrato). Então, a fim de se alcançar o tempo de trabalho socialmente necessário como medida do valor do trabalho, teremos de atender às diferenças em diligência, atividade, equipamento do trabalhador individual; e mais adiante (logo que nos ocupemos da transformação do valor em valor

de mercado, ou preço), ao tempo de trabalho socialmente necessário para determinados bens, separadamente. Mas o valor do trabalho assim obtido requer uma nova redução. Numa sociedade capitalista desenvolvida, os bens, como já mencionado, são vendidos, não de acordo com o seu valor individual, mas em conformidade com o seu preço de produção — isto é, o preço de custo real mais uma percentagem de lucro médio proporcional, cujo grau é determinado pela proporção do valor total da produção social global para o salário total de poder humano de mão-de-obra despendido na produção, troca etc. Ao mesmo tempo, a renda do terreno e imóveis deve deduzir-se do valor total, e a divisão do capital em capital industrial, comercial e bancário deve entrar nos cálculos.

Dessa maneira, na medida em que um determinado artigo ou uma categoria de artigos é considerado, o valor perde toda e qualquer qualidade concreta e converte-se num conceito puramente abstrato. Mas que se passa, em tais circunstâncias, com a mais-valia? Esta consiste, segundo a teoria marxista, na diferença entre o valor da mão-de-obra dos produtos e o pagamento à força de trabalho gasta na sua produção pelos trabalhadores. É evidente, portanto, que no momento em que o valor do trabalho pudesse pretender aceitação, unicamente como fórmula especulativa ou hipótese científica, a mais-valia tornar-se-ia, com mais razão, uma pura fórmula — a fórmula que se apóia sobre uma hipótese.

Como é sabido, Friedrich Engels, num ensaio publicado postumamente pelo *Neue Zeit* de 1895-96, acentuou a solução do problema através do exame histórico do processo. De acordo com ele, a lei do valor era de um poder diretamente determinante; governara diretamente as trocas de bens num período histórico à base de trocas e de permutas de artigos, antes do advento da ordem capitalista da sociedade.

Engels deseja provar esse fato, em relação com um trecho no terceiro volume de *O capital,* através de uma breve descrição da evolução histórica da economia. Mas, embora apresente com tanto brilhantismo o aparecimento e o progresso da taxa de lucro, o ensaio fracassa em apresentar provas convincentes, precisamente ao tratar da questão do valor. Segundo a representação de Engels, a lei marxista do valor regeu, geralmente, como lei econômica, entre cinco a sete mil anos, desde os primórdios da permuta de bens de produção (na Babilônia, no Egito etc.) até o início da era de produção capitalista. Parvus, num número do *Neue Zeit* do mesmo ano, fez bem algumas objeções conclusivas a tal opinião, ao apontar uma série de fatos (relações feudais, agricultura

não diferenciada, monopólios das guildas etc.) que obstruíram o conceito de um valor geral de troca, fundamentado no tempo de trabalho dos produtores. É bastante claro que a troca, na base do valor do trabalho, não pode ser uma regra geral enquanto a produção para troca não passe de um ramo auxiliar das unidades industriais, isto é, a utilização de mão-de-obra excedente etc., e enquanto as condições sob as quais os produtores permutantes tomem parte no ato de troca sejam fundamentalmente diferentes. O problema do trabalho como forma de valor de troca e os problemas concomitantes do valor e da mais-valia não estavam mais claros nessa fase da indústria do que estão hoje.

Mas o que estava mais claro nesses tempos do que está hoje é o fato da mais-valia do trabalho. Quando esta entrava em jogo, nos tempos antigos — e na Idade Média nenhuma decepção prevaleceu a tal respeito — não era ocultada por qualquer concepção de valor. Quando o escravo tinha de produzir para troca, ele era uma simples máquina de valorização suplementar do trabalho. O servo e o cativo executavam trabalho suplementar na forma aberta de serviço compulsório (impostos em espécies etc.). O jornaleiro empregado pelo mestre da guilda podia ver facilmente o que o seu trabalho custava ao seu patrão e a quanto este o apreçava para o seu cliente.[1]

Esta nitidez das relações entre salários de trabalho e preço dos artigos produzidos prevalece ainda no limiar do período capitalista. Daí se explicam muitos trechos que hoje nos surpreendem, nos escritos econômicos da época, sobre o valor suplementar da mão-de-obra e do trabalho, como produtores únicos de riqueza. O que hoje nos parece ser o resultado de uma observação mais profunda das coisas era na época um lugar-comum. De maneira alguma ocorreu aos ricos de antanho representar a sua riqueza como fruto de seu próprio esforço e trabalho, como hoje freqüentemente se ouve. A teoria, que surgiu no princípio do período manufatureiro, do trabalho como medida do valor de troca (este último conceito tornando-se, então, geral), certamente proveio do conceito de trabalho como origem única da riqueza, e ainda interpreta o valor bastante concretamente (ou seja, como preço de custo de um artigo), mas, daí em diante, passa a contribuir mais para confundir os conceitos de valor suplementar do trabalho do que para os aclarar. Podemos aprender no próprio Marx como Adam Smith, na base desses conceitos, representou os lucros e os encargos de renda como deduções ao valor do trabalho; como Ricardo elaborou mais plenamente esse pensamento e como os socialistas o voltaram contra a economia burguesa.

Mas com Adam Smith o valor do trabalho é já concebido como uma abstração da realidade prevalecente. A sua plena realidade está no "mais antigo e cru estado da sociedade" que precede a acumulação de capital e a apropriação da terra, e em indústrias retrógradas. No mundo capitalista, por outro lado, lucro e renda são, para Smith, elementos constitutivos do valor, além da mão-de-obra ou salários; e o valor do trabalho serve a Smith apenas como um "conceito" para revelar a divisão dos produtos do trabalho, isto é, o fato do valor suplementar do trabalho.

No sistema marxista, as coisas, em princípio, não se passam de maneira diferente. Marx, sem dúvida, apega-se à idéia do valor do trabalho com maior firmeza do que Adam Smith, e concebeu-o de uma forma mais estrita, mas simultaneamente mais abstrata. Contudo, enquanto a escola marxista — e o autor entre eles — acredita que um ponto de importância fundamental para o sistema era a questão, apaixonadamente discutida, de saber se o atributo de "tempo de trabalho socialmente válido" no trabalho se relaciona apenas com a *maneira* da produção dos bens respectivos, ou se também inclui a relação do *montante* produzido desses bens com a procura efetiva, uma solução estava já sobre a escrivaninha de Marx que dava uma compleição bastante diferente a essa e outras questões, forçando-as a entrar noutra região e para um diferente plano. O valor dos bens individuais ou espécies de bens torna-se em algo bastante secundário, uma vez que são vendidos ao preço da sua produção — custo de produção mais taxa de lucro. O que toma o primeiro lugar é o *valor da produção total da sociedade*, bem como o excesso desse valor sobre o total de salários das classes trabalhadoras, isto é, não a individual, mas a mais-valia social total. Aquilo que a totalidade dos trabalhadores produz num dado momento, sobre a porção que recai na sua quota-parte, forma a mais-valia social, a mais-valia da produção social que os capitalistas individuais repartem em proporções aproximadamente iguais, segundo o montante de capital por eles investido para fins de negócio. Mas o montante dessa mais valia só se compreende em proporção à relação entre a produção total e a procura total — isto é, a capacidade de compra do mercado. A partir desse ponto de vista, ou seja, tomando a *produção como um todo, o* valor de cada espécie singular de bens de consumo é determinado pelo tempo de trabalho que foi necessário à produção daquela quantidade que o mercado — isto é, a comunidade como compradores — pode absorver em cada caso. Ora, apenas para os artigos tomados em consideração, não existe, na realidade, uma

exata medida das necessidades da comunidade, em dado momento; e, assim, o valor concebido como acima se indica é uma entidade puramente abstrata, não de maneira diferente do valor de utilidade final proposto pela escola de Gossen, Jevons e Böhm-Bawerk. As relações reais existem nos alicerces de ambas, mas ambas foram construídas sobre abstrações.

Tais abstrações não podem, naturalmente, ser evitadas na observação de fenômenos complexos. Até que ponto elas são admissíveis depende inteiramente da substância e da finalidade da investigação. De início, Marx extrai tanto das características dos bens de consumo que elas acabam por ficar, apenas, transformadas em corporizações de uma quantidade de simples trabalho humano; quanto à escola de Böhm-Jevons, levou-lhe todas as características menos a utilidade. Mas uma e outra espécies de abstrações só são admissíveis para fins definidos de demonstração, e as proposições encontradas em virtude daquelas só têm valor e validade dentro de limites concretos.

Se não existe medida exata para a procura total de certa classe de artigos, a experiência prática mostra que, dentro de certos intervalos de tempo, a procura e a entrega de todos os artigos se igualam, aproximadamente, elas próprias. A prática revela, também, que na produção e distribuição de bens de consumo, só uma parte da comunidade exerce uma ação ativa, enquanto a outra parte consiste em pessoas que ou desfrutam um rendimento por serviços que não tem relação direta com a produção ou possuem um rendimento sem qualquer espécie de trabalho. Assim, uma quantidade de homens vive essencialmente mais do trabalho de todos aqueles que estão empregados na produção do que ativamente empenhados nela; as estatísticas de rendimento mostram-nos que as classes não ativamente empenhadas na produção apropriam-se, além disso, de uma quota-parte muito maior do total produzido do que a relação entre o seu número e o da classe ativamente produtora. A mais-valia do trabalho dessa última é um fato empírico, demonstrado pela experiência, pelo que não precisa de prova dedutiva. Quer a teoria marxista do valor esteja correta ou não, ela é bastante imaterial, de qualquer modo, para provar a mais-valia do trabalho. É, a tal respeito, um meio apenas de análise e ilustração, não uma demonstração.

Se, então, pressupõe Marx, na análise da produção de bens de consumo, aquele artigo específico é vendido pelo seu valor, ele ilustra por um simples objeto a transação que, de acordo com o seu conceito, a produção total verdadeiramente representa. O tempo de trabalho

despendido no conjunto dos artigos é, no sentido atrás indicado, o seu valor social.[2]

E mesmo que esse valor social não seja inteiramente atingido — em virtude de uma depreciação do artigo poder sempre ocorrer através da superprodução parcial — mesmo assim não tem, em princípio, qualquer influência na mais-valia social ou no valor do produto excedente. O recrudescimento do seu montante será ocasionalmente obstruído ou abrandado, mas não há questão de paralisação, muito menos de retrocesso no seu montante, em qualquer Estado moderno.

O produto excedente está aumentando em toda parte, mas a proporção desse aumento para o do capital-salários está declinando hoje nos países mais avançados.

Pelo simples fato de que Marx aplica a fórmula de valor do conjunto global de bens de consumo a artigos separados, já se indica que ele faz recair a formação de mais-valia exclusivamente na esfera da produção, onde é o assalariado industrial que a produz. Todos os outros elementos ativos na moderna vida econômica são agentes auxiliares da produção e auxiliam indiretamente a incrementar a mais-valia quando eles, por exemplo, como banqueiros, negociantes etc., ou o seu pessoal, exercem serviços para a indústria que, se não fosse assim, recairiam sobre ela e, desse modo, eles diminuem o seu custo. Os comerciantes atacadistas etc., com os seus empregados, não passam de funcionários transformados e diferenciados dos *entrepreneurs* industriais, e os seus lucros são os encargos transformados e concentrados destes últimos. Os empregados assalariados desses negociantes e comerciantes criam, sem dúvida, mais-valia para eles, mas de modo algum geram mais-valia social, visto que o lucro dos seus empregadores, em conjunto com seus próprios salários, formam uma porção da mais-valia que é produzida na indústria. Só que essa quota-parte é agora proporcionadamente menor do que era antes da diferenciação de funções aqui examinadas ou do que seria sem a existência delas. Essa diferenciação torna apenas possível o grande desenvolvimento da produção a uma grande escala e a aceleração da cifra de negócios do capital industrial. Como a divisão de trabalho, em geral, aumenta a produtividade do capital industrial, relativamente ao trabalho diretamente empregado na indústria.

Limitamo-nos a essa breve recapitulação da exposição do capital mercantil (do qual, de novo, o capital bancário representa uma diferenciação) e do lucro mercantil elaborado no terceiro volume de *O capital.*

Resulta claro, pois, dentro de que estreitos limites o trabalho que cria valor de oferta está concebido no sistema marxista. As funções desenvolvidas, como também outras não discutidas aqui, são pela sua natureza indispensáveis à vida social dos tempos modernos. As suas formas podem ser, e sem dúvida serão, alteradas; mas elas próprias se manterão, em substância, na medida em que a humanidade não se dissolve em pequenas comunidades sociais auto-suficientes, quando poderiam então ser parcialmente anuladas ou parcialmente reduzidas a um mínimo. Na teoria do valor que permanece adequada para a sociedade de hoje, o dispêndio total com essas funções está plenamente representado como uma dedução da mais-valia, em parte como "encargos", em parte como um componente da percentagem de exploração.

Existe, nesse aspecto, certa arbitrariedade ao tratar da avaliação de funções, nas quais a verdadeira comunidade deixa de estar sob consideração, substituída por uma comunidade espúria e socialmente dirigida. Eis a chave para todas as obscuridades na teoria do valor. Só poderá ser entendida com o auxílio desse exemplo. Vimos que a mais-valia só pode ser apreendida como um fato concreto se pensarmos na economia global da sociedade. Marx não logrou terminar o capítulo sobre classes que é tão importante para a sua teoria. Teria sido revelado mais claramente que o valor do trabalho não passa de uma chave, uma imagem abstrata, como o átomo filosófico dotado de uma alma — uma chave que, utilizada pela mão de mestre de Marx, conduziu à exibição e apresentação do mecanismo da economia capitalista, como esta nunca fora anteriormente tratada, nem tão energicamente, tão logicamente e tão claramente. Mas essa chave recusa prestar serviço acima e para além de certo ponto e, portanto, redundou desastrosa para quase todos os discípulos de Marx.

A teoria do valor do trabalho é, sobretudo, enganadora nesse ponto: que sempre aparece, uma vez e outra, como medida da real exploração do trabalhador pelo capitalista, e, entre outras coisas, é a caracterização da taxa de mais-valia como taxa de exploração que nos reduz a tal conclusão. É evidente, pelo que fica dito, ser falsa tal medida, mesmo quando se principia por considerar a sociedade como um todo, e se coloca o montante global dos salários dos trabalhadores em oposição ao montante total de outras receitas. A teoria do valor empresta uma norma tão insignificante à justiça ou injustiça da partilha do produto do trabalho quão diminuta é a influência da teoria atômica na beleza ou fealdade de uma obra de escultura. Encontramos hoje, de fato, os

trabalhadores melhor colocados, membros da "aristocracia do trabalho", precisamente naqueles setores com uma taxa alta de mais-valia, os outros míseros trabalhadores rasteiros em setores de taxa bastante baixa.

Uma base científica para o socialismo ou o comunismo não pode apoiar-se unicamente no fato de que o trabalhador assalariado não recebe o valor integral do produto do seu trabalho. "Marx", diz Engels, no prefácio à *Miséria da filosofia,* "nunca baseou nesse fato as suas demandas comunizantes, mas sim no colapso necessário do modo capitalista de produção, que cada dia está mais próximo de acontecer, sob os nossos olhos."

Vejamos, a tal respeito, como se encontra o assunto.

b) A Distribuição da Riqueza na Comunidade Moderna

> Se de um lado a acumulação surge como uma concentração crescente... de outro, ela aparece como a repulsa mútua dos capitalistas individuais.
>
> MARX: *O capital,* 1, 4ª ed., p.590.

O capitalista, de acordo com a teoria de Marx, deve produzir mais-valia, a fim de obter um lucro, mas ele só pode retirar mais-valia do trabalho ativo. Para conquistar um mercado, em detrimento dos seus concorrentes, deve tentar por todos os meios obter um barateamento de produção: e isso consegue-se apenas onde a redução de salários encontre resistência, por meio de um recrudescimento da produtividade da mão-de-obra, isto é, pelo aperfeiçoamento da maquinaria e pela economia do trabalho humano. Mas ao reduzir o trabalho humano, coloca tanto trabalho produtor de mais-valia fora do seu lugar que mata, assim, a galinha dos ovos de ouro. A conseqüência é a consumação gradualmente decrescente da taxa de lucro, a qual, através de circunstâncias contra-atacantes fica, por certo, temporariamente detida, mas voltará sempre a manifestar-se de novo. Esse fato produz outra contradição intrínseca no modo capitalista de produção. A taxa de lucro é o convite à aplicação produtiva do capital; se cai abaixo de certo ponto, o motivo para o empreendimento produtivo é enfraquecido — especialmente no que respeita a novos montantes de capital que ingressam no mercado como injeções dadas pela massa acumulada de capital. Este revela-se,

ele próprio, como um obstáculo à produção capitalista. O desenvolvimento contínuo da produção é interrompido. Enquanto por um lado cada partícula ativa do capital tenta garantir e aumentar a sua taxa de lucro por um esforço febril de produção, já a congestão na expansão da produção está-se estabelecendo por outro lado. Isso é apenas a contraparte das transações que conduzem à relativa superprodução, a qual suscita uma crise no mercado dos valores de uso. A superprodução de bens de consumo está manifestando-se, ao mesmo tempo, como uma superprodução de capital. Aqui como ali, as crises comportam sempre um arranjo temporário. Verificam-se enorme depreciação e destruição de capital e, sob a influência da estagnação, uma parcela da classe trabalhadora deve submeter-se a uma redução de salários abaixo da média, dado que um crescente exército de reserva de mão-de-obra superabundante se mantém agora à disposição do capital, no mercado do trabalho.

Assim, passado certo tempo, as condições de investimento lucrativo de capital foram restabelecidas e a dança pode continuar de novo, mas com a contradição intrínseca, já referida, a uma escala aumentada. Maior centralização de capital, maior concentração de empresas, índice aumentado de exploração.

Ora: tudo isso está certo?

Sim e não. É verdade, sobretudo como uma tendência. As forças descritas aí estão e atuam na direção indicada. E o modo de proceder também foi decalcado da realidade. A queda da taxa de lucro é um fato, o advento da superprodução e da crise é um fato, a diminuição periódica de capital é um fato, a concentração e centralização de capital industrial é um fato, o recrudescimento da taxa de mais-valia é um fato. Até aqui estamos de acordo, em princípio, na constatação dos fatos. Quando não concorda com a realidade, não é porque se tenha dito algo falso, mas porque o que foi dito está incompleto. Fatores que influenciam as contradições descritas, ao limitá-las, são em Marx ou inteiramente ignorados ou, embora discutidos algures, abandonados mais tarde quando os fatos estabelecidos são resumidos e confrontados, de modo que o resultado social dos conflitos aparece muito mais forte e abrupto do que na realidade é.

Infelizmente, em toda parte faltam estatísticas pormenorizadas que mostrem a divisão atual de ações, de ações preferenciais etc., das sociedades de responsabilidade limitada que hoje formam tão grande parcela do capital social, visto que na maioria dos países elas são

anônimas, isto é, como outro papel-moeda, elas podem mudar de dono sem formalidades; enquanto na Inglaterra, onde predominam as ações nominais registradas e a lista de acionistas assim determinada pode ser inspecionada por qualquer pessoa no *State Registry Office* (Serviço do Registro de Propriedade), a compilação de estatísticas mais exatas dos donos de ações é um trabalho gigantesco a que ninguém se aventurou ainda. Pode-se avaliar apenas aproximadamente o seu montante por referência a certas informações coligidas a tal respeito por determinadas companhias. Mesmo assim, no intuito de mostrar quão enganadoras são as idéias formadas a tal respeito e de que maneira a mais crassa e moderna forma de centralização capitalista — o chamado "Trust" — exerce, de fato, um efeito bastante diferente sobre a distribuição da riqueza do que aos de fora parece ter, damos os seguintes números, que podem ser facilmente verificados:

O *English Sewing Thread Trust,* formado há cerca de um ano,[3] conta nada menos de 12.300 acionistas. Destes, há 6.000 portadores das ações originais com £60 de capital médio, 4.500 portadores de ações preferenciais com £150 de capital médio, 1.800 portadores de obrigações com £315 de capital médio. Também o Truste dos industriais de fiação de algodão possui um respeitável número de acionistas: 5.454. Nesse número, contam-se 2.904 portadores de ações originais com £300 de capital médio, 1.870 portadores de ações preferenciais com £500 de capital médio e 680 portadores de obrigações com £130 de capital médio.

Caso idêntico é o do *Cotton Trust* de J.&P. Coates.[4]

Os acionistas do grande *Manchester Canal* totalizam, em números redondos, 40.000; os da grande companhia de provisões T. Lipton sobem a 74.262. Uma empresa de armazéns em Londres, a Spiers & Pond, citada como exemplo recente da centralização de capital, tem, para um capital total de £1.300.000, 4.650 acionistas, dos quais apenas 550 detêm um capital titulado superior a £500.[5]

Esses são exemplos do fracionamento das quotas de propriedade em empreendimentos centralizados. Agora, torna-se óbvio que nem todos os acionistas merecem o nome de capitalistas e freqüentemente um mesmo e grande capitalista aparece em todas as companhias possíveis como um acionista moderado de cada uma delas. Mas, apesar de tudo isso, o número de acionistas e o volume médio da sua detenção de títulos têm crescido rapidamente. Em conjunto, o número de portadores de títulos na Inglaterra está calculado em bem mais de um milhão, e

tal número não parecerá extravagante se considerarmos que só no ano de 1896 o número de companhias de responsabilidade limitada do Reino Unido subiu a mais de 21.223, com um capital realizado de £1.145.000.000,[6] no qual, além disso, os empreendimentos no estrangeiro, não negociados na própria Inglaterra, os títulos governamentais, etc., não estão incluídos.[7]

Essa divisão da riqueza nacional, palavra pela qual, na grande maioria dos casos, pode substituir-se a mais-valia nacional, é novamente demonstrada nos números relativos à estatística de rendas.

No Reino Unido, no ano fiscal de 1893-94 (o último que veio a minhas mãos), o número de pessoas com renda calculada de £150 e mais, abrangidas pelas Listas de Classificação D e E (rendas por lucros em negócios, altas funções oficiais etc.), totalizava 727.270.[8] Mas a essas devem acrescentar-se as que são tributadas por rendas de propriedades, terrenos (aluguéis, arrendamentos agrícolas), imóveis alugados, investimentos tributáveis de capital. Esses grupos todos juntos pagam quase tanto imposto quanto os outros grupos de contribuintes acima mencionados, nomeadamente, sobre 300 contra 350 milhões de libras de renda.[9] Isso duplicaria, quase, o número de pessoas referidas de renda superior a £150.

Na *British Review* de 22 de maio de 1897, publicam-se alguns números relativos ao crescimento das rendas inglesas, entre 1851 e 1881. De acordo com eles, a Inglaterra comportava, em cifras redondas, no ano de 1851, 300.000 famílias com rendas de £150 a £1.000 (a média e baixa burguesia e a mais alta aristocracia do trabalho) e, em 1881, 990.000. Enquanto a população nesses trinta anos aumentou na proporção de 27 para 35, ou seja, cerca de 30%, o número de famílias que recebiam tais rendas subiu na proporção de 27 para 90, isto é, 233 1/3%. Giffen calcula hoje que existem 1.500.000 desses contribuintes.[10]

Outros países mostram-nos um quadro que não difere materialmente do inglês. A França, segundo Mulhall, com um total de 8.000.000 de famílias, possui 1.700.000 famílias em condições de existência da grande e média burguesia (uma renda média de £260) contra 6.000.000 da classe trabalhadora e 160.000 bastante ricas. Na Prússia, em 1854, como os leitores de Lassalle sabem, para uma população de 16,3 milhões, havia apenas 44.407 pessoas com uma renda acima de 1.000 táleres. Em 1894-95, para uma população total de aproximadamente 33.000.000, 321.296 pessoas pagaram contribuições sobre rendas superiores a £150. Em 1897-98 o número subiu para 347.328. Enquanto

a própria população duplicou, a classe em melhores condições aumentou mais de sete vezes. Mesmo se tivermos em conta o fato de que as províncias anexadas em 1866 mostram um número de gente abastada superior ao da Velha Prússia, e que os preços de muitos artigos alimentares subiram consideravelmente no intervalo, há pelo menos uma proporção crescente de pessoas mais ricas, para o total da população largamente superior a dois para um.[11] As condições são precisamente as mesmas no estado mais industrial da Alemanha, a Saxônia. Aí, de 1879 a 1894, o número de pessoas que pagaram imposto de renda foi o seguinte:

RENDA			AUMENTO	
£	1897	1894	Absoluto	Percent.
Até 40	828.686	972.257	143.571	17,3
40 a 80	165.362	357.974	192.612	116,4
Rendas dos proletários	994.048	1.330.231	336,183	33,8
80 a 165	61.810	106.136	44.326	71,6
165 a 480	24.072	41.890	17.818	74,0
480 a 2.700	4.683	10.518	5.835	154,4
Mais de 2.700	238	886	648	272,0
Total	1.084.851	1.489.661	média	37,3

As duas classes capitalistas, aquelas com rendas acima de £480, mostram, comparativamente, o maior incremento.

O mesmo sucede com outros estados distintos da Alemanha. Claro que nem todos os recipiendários de rendas mais altas são "proprietários", isto é, têm rendas não ganhas pelo seu trabalho; mas vê-se que, em grande parte, é esse o caso, pois que na Prússia, em 1895-96, 1.152.332 pessoas com um montante líquido de capital tributável superior a £ 300 foram registradas para o imposto de recuperação. Mais de metade, nomeadamente, 598.063, pagaram impostos sobre uma propriedade líquida de mais de £1.000 e 385.000 sobre uma de mais de £1.600.

É pois completamente errado supor que o atual desenvolvimento da sociedade mostra uma diminuição relativa ou mesmo absoluta do número de membros das classes com posses. O seu número sobe tanto relativa como absolutamente. Se a atividade e as perspectivas da democracia social dependessem da diminuição do número de "ricos",

então ela poderia ir descansar e dormir.[12] Mas o caso é inverso. As perspectivas do socialismo dependem não do decréscimo, mas do aumento da riqueza social.

O socialismo, ou o movimento social dos tempos modernos, já sobreviveu a muitas superstições e sobreviverá também a essa, de que o seu futuro depende da concentração de riqueza ou, se se quiser pôr a questão assim, da absorção da mais-valia por um grupo diminuto de capitalistas gigantescos.

Que o produto social da mais-valia seja acumulado na forma de monopólio por 10.000 pessoas, ou repartido em montantes graduados entre meio milhão de homens, não faz qualquer diferença, em princípio, aos nove ou dez milhões de chefes de família que pioraram por essa transação. A luta deles para uma distribuição mais justa ou para uma organização que inclua uma repartição mais justa não é, por aquele fato, menos justificável ou necessária. Pelo contrário, custaria menos em excedente de trabalho manter um milhar de pessoas privilegiadas em suntuosidade do que meio milhão ou mais em abastança.

Se a sociedade tivesse sido constituída ou se desenvolvesse da maneira que a teoria socialista até agora supunha, então o colapso econômico teria sido, certamente, uma questão de curto espaço de tempo. Longe de a sociedade se ter simplificado nas suas divisões comparando-se com tempos anteriores, escalonou-se e diferenciou-se tanto no que respeita a rendas como a atividades de negócio.

E se não tivéssemos ante nossos olhos o fato empiricamente comprovado por estatísticas de rendas e negócios, poderia ser também demonstrado, por argumentos puramente dedutivos, como a conseqüência necessária da economia moderna.

O que, acima de tudo, caracteriza o moderno estilo de produção é o grande incremento no poder produtivo da mão-de-obra O resultado é um não menor incremento de produção — a produção em massa de bens de consumo. Onde estão esses ricos? Ou, para ir diretamente ao fundo do problema: onde está o produto excedente que o assalariado industrial produz acima do seu próprio consumo, limitado este pelo salário recebido? Se os "magnatas capitalistas" tivessem estômago dez vezes maior do que a sátira popular lhes atribui, e conservassem dez vezes tantos servidores quantos na realidade têm, mesmo assim o seu consumo não passaria de uma pluma na balança, contra a massa anual de produto nacional, pois devemos compreender bem que grande indústria capitalista significa, acima de tudo, produção em grandes

quantidades. Dir-se-á que a produção excedente se exporta. Muito bem. Mas o cliente estrangeiro também só paga, afinal, em artigos. No comércio mundial, o metal circulante, o dinheiro, exerce um papel diminuto. Quanto mais rico é um país em capital, maior é a sua importação de artigos estrangeiros, visto que os países a quem ele empresta dinheiro só podem, como regra, pagar os juros em forma de mercadorias.[13]

Onde está, então, a quantidade de artigos que os magnatas e seus servidores não consomem? Se eles não vão, de um modo ou de outro, para os proletários, então devem ser recolhidos por outras classes. Ou uma diminuição relativamente crescente do número de capitalistas e um aumento da riqueza do proletariado, ou então uma classe média numerosa — eis as únicas alternativas que nos são concedidas pelo incessante aumento de produção. Crises e despesas improdutivas com exércitos etc., consomem bastante, mas mesmo assim absorvem só, em última análise, uma parte fracional do produto excedente total. Se a classe obreira tem de esperar até que o "capital" ponha a classe média fora deste mundo, terá realmente tempo para dormir uma boa soneca. O "capital" expropriaria essa classe de uma forma e dar-lhe-ia nova vida por outra. Não é o "capital", mas a própria classe trabalhadora a quem incumbe a tarefa de absorver os elementos parasitários do corpo social.

Quanto à proposição da minha carta ao Congresso de Stuttgart, pela qual afirmo que o incremento da riqueza social não é acompanhado pela diminuição do número de magnatas capitalistas, mas, sim, pelo aumento do número de capitalistas de todos os níveis, um editorial do jornal socialista de Nova York *Diário do Povo* denuncia a sua falsidade, pelo menos, no que respeita à América, visto que o censo dos Estados Unidos prova estar aí a produção sob o controle de um número de empresas "diminuto em proporção ao seu total". Que reputação! O crítico pensa que pode refutar o que afirmo sobre a divisão de classes ao apontar, simplesmente, as divisões dos empreendimentos industriais. É como se alguém dissesse, suponhamos, que o número de proletários estava encolhendo na moderna sociedade, visto que onde o trabalhador individual anteriormente estava, é a *trade union* que está hoje.

Karl Kautsky — na época em Stuttgart — também usou a minha citada afirmação e objetou que, se fosse verdade estarem aumentando os capitalistas e não as classes sem propriedades, então o capitalismo estaria sendo reforçado e os socialistas jamais atingiriam, positivamen-

te, a sua finalidade. Mas a palavra de Marx ainda é válida: "Incremento de capital significa também aumento de proletariado."

É a mesma confusão de conceitos em outra direção e mais sofismada. Eu não disse, em parte alguma, que o proletariado não aumentou. Falei de homens e não de *entrepreneurs,* quando sublinhei significativamente o aumento do número de capitalistas. Mas Kautsky fora fascinado, evidentemente, pelo conceito de "capital" e daí ter deduzido que um incremento relativo de capitalistas deve por força significar um decréscimo de proletariado, o que contradiria a nossa teoria. E ele usa contra mim a expressão de Marx que acima citei.

Citei algures uma proposição de Marx,[14] que discorre de um modo algo diferente da que foi citada por Kautsky. O erro de Kautsky reside na identificação de capital com capitalistas ou detentores de riqueza. Mas eu gostaria, além disso, de chamar a atenção de Kautsky para algo que debilita a sua objeção. E esse algo é o que Marx denomina o desenvolvimento *orgânico* do capital. Se a composição do capital muda de tal maneira que o capital constante aumenta e o variável diminui, então, nos negócios em causa, o aumento absoluto de capital significa uma diminuição relativa do proletariado. Mas, em conformidade com Marx, é essa, precisamente, a forma característica da moderna evolução. Aplicada à economia capitalista como um todo, significa, na realidade, aumento absoluto de capital, diminuição relativa do proletariado.

Os trabalhadores, que se tornaram superabundantes através da transformação na composição orgânica do capital, encontram novamente trabalho, de cada vez, apenas em proporção ao novo capital lançado no mercado, que lhes pode oferecer mais empregos. No que diz respeito ao ponto debatido por Kautsky, sublinho que a minha proposição está em harmonia com a teoria de Marx. Se o número de trabalhadores aumenta, então o capital deve aumentar a uma percentagem relativamente mais rápida, eis a verdadeira conclusão do pensamento de Marx. Penso que Kautsky concordará com isso, sem mais objeções.[15]

Até agora, ocupamo-nos apenas de saber se o capital aumentado só é propriedade capitalista quando empregado pelo empresário, ou também detido como títulos num empreendimento determinado.

Se não for assim, o primeiro serralheiro que trate do seu negócio com seis oficiais e alguns aprendizes será um capitalista, mas o seu vizinho do lado, que vive dos seus próprios meios, que tem várias centenas de milhares de marcos guardados numa arca, ou o seu genro,

que recebeu uma porção de títulos em dote de casamento (nem todos os acionistas são ociosos), seriam membros da classe não-proprietária. O absurdo de tais classificações é notório. Propriedade é propriedade, seja ela fixa ou pessoal. A quota ou ação não é apenas capital, mas é, verdadeiramente, capital na sua mais perfeita, poderia dizer-se, mais refinada forma. É o título que confere participação no produto excedente da economia nacional ou mundial, livre de todos os contatos grosseiros com a mesquinhez das atividades mercantis: capital dinâmico, se preferem. E se cada um e todos viverem apenas como *rentiers* ociosos, as colunas crescentes de acionistas — poderemos hoje chamar-lhes exércitos de acionistas — até pela sua mera existência, o modo como consomem, e o número de seus detentores sociais, representam um dos mais influentes poderes da vida econômica da sociedade. O acionista ocupa o lugar graduado, na escala social, que os capitães de indústria costumavam ocupar antes da concentração dos negócios.

Entretanto, há ainda algo a dizer, também, a respeito dessa concentração. Examinemo-la mais de perto.

c) As Classes de Estabelecimentos na Produção e Distribuição da Riqueza Social

Fazem falta estatísticas gerais das classes de empresas, na indústria, relativamente à Inglaterra, que é considerado o mais avançado dos países europeus, em produção capitalista. Existem apenas para certos ramos de produção, abrangidos pelas Leis Fabris e para localidades determinadas.

Nas fábricas e oficinas abrangidas pelas Leis Fabris, segundo o relatório da Inspeção de Fábricas, de 1896, trabalhava um conjunto de 4.398.983 pessoas.[16] Não chega sequer à metade do número fornecido como ativamente empregado na indústria pelo censo de 1891. O número do censo, omitindo o ramo de transportes, é 9.025.902. Das 4.626.919 pessoas restantes, podemos calcular entre um terço e um quarto para os comerciantes nos ramos de produção a que pertencem e para alguns negócios de média e grande envergadura que não estão no âmbito das Leis Fabris.

Ficam, em números redondos, três milhões de pessoas, empregados e pequenos patrões em pequenos negócios sem significação. Os 4.000.000 de trabalhadores ao abrigo das Leis Fabris estão distribuídos

por 160.948 fábricas e oficinas, o que resulta na média de 27 a 28 trabalhadores por estabelecimento.[17]

Se tratarmos separadamente das fábricas e das oficinas, teremos 76.297 fábricas com 3.743.418 empregados e 81.669 oficinas com 655.565 empregados, à média de 48 trabalhadores por fábrica e oito para uma oficina registrada.

O número médio de 49 trabalhadores por fábrica revela já o que um mais atento exame dos quadros publicados no relatório confirma, ou seja, que pelo menos dois terços dos negócios registrados como fábricas pertencem à categoria de empresas de envergadura média com seis a cinqüenta trabalhadores, assim que restam, no máximo, 20.000 a 25.000 negócios de cinqüenta trabalhadores e mais, que podem representar, no total, 3.000.000 de operários. De 1.171.990 de pessoas empregadas no ramo de transportes, só três quartos podem ser consideradas como pertencendo, no máximo, a grandes empresas. Se adicionarmos estas às anteriores categorias obtemos um total de trabalhadores e auxiliares da grande indústria entre 3,5 e 4 milhões; contra este montante ficam 5 milhões e meio de pessoas empregadas em negócios médios e pequenos. A "oficina do mundo" está assim longe de se encontrar, como se pensa, na fase de conter unicamente grandes indústrias. A maior diversidade de dimensões é também patente nas empresas do Império Britânico e nenhuma classe desapareceu, em qualquer medida, da escala social.[18]

Se compararmos os números do censo industrial alemão de 1895 com os acima indicados, verificaremos que os primeiros, em conjunto, refletem o mesmo quadro da Inglaterra. As grandes indústrias ocuparam sensivelmente a mesma posição em relação à produção na Alemanha, em 1895, como na Inglaterra em 1891. Na Prússia, em 1895, 38% dos operários industriais pertenciam à grande indústria. O desenvolvimento de grandes empreendimentos foi conseguido aí e no resto da Alemanha a uma extraordinária velocidade. Se determinados ramos da indústria (entre eles o têxtil) estão, a esse respeito, ainda atrás da Inglaterra, outros (máquinas e utensílios) alcançaram na média a posição inglesa e alguns (as indústrias química e do vidro, bem como alguns setores da indústria de impressão e provavelmente da engenharia elétrica) já a ultrapassaram. Mas também aqui se verifica que a grande massa de pessoas empregadas na indústria pertence, na Alemanha como na Inglaterra, às empresas de pequena e média envergadura. Dos 10.250.000 de pessoas empregadas pela indústria em 1895, algo como

3.000.000 foi localizado na grande indústria, 2.500.000 em empresas de tipo médio (6 a 50 pessoas por unidade fabril) e 4.750.000 em pequenas. Mestres artesãos ainda se contavam por 1.250.000. Em cinco ramos o seu número, comparado ao de 1882, aumentara absoluta e relativamente (em relação ao aumento de população), em nove, apenas absolutamente, e em onze declinara tanto absoluta como relativamente.[19]

Na França, a indústria ainda se conserva atrás da agricultura em números de trabalhadores empregados. Segundo o censo de 17 de abril de 1894, representa apenas 25,9% da população e a agricultura quase duas vezes mais — a saber, 47,3%. A Áustria mostra-nos uma proporção similar, em que a agricultura ocupa 55,9% da população e a indústria 25,9%. Na França, havia um milhão de pessoas trabalhando para si próprias e 3,3 milhões de empregados; na Áustria, 600.000 dos primeiros contra 2.250.000 operários e jornaleiros. Aqui, a proporção é bastante parecida também. Ambos os países mostram uma série de indústrias altamente desenvolvidas (têxtil, minas, construção etc.) as quais, com respeito às dimensões industriais, competem com as dos países mais avançados, mas que são unicamente uma parcela da vida industrial da nação.

A Suíça possui, com 127.000 pessoas trabalhando para si próprias, 400.000 empregados. Os Estados Unidos da América, que o colaborador do já citado *Diário do Povo* de Nova York diz ser o mais desenvolvido país capitalista do mundo, tinham, por certo, segundo o censo de 1890, uma média comparativamente alta de operários por estabelecimento, a saber, 3,5 milhões de trabalhadores para 355.415 estabelecimentos industriais, isto é, 10 para 1. Mas escasseiam no país as indústrias caseiras e de pequena envergadura, tal como na Inglaterra. Se tomarmos as cifras das estatísticas industriais prussianas, de cima para baixo, obtemos quase exatamente a mesma média que no censo americano. E se estudarmos mais atentamente o *Statistical Abstract* dos Estados Unidos, encontramos um grande número de empresas manufatureiras com cinco ou menos operários, em média, por estabelecimento. Logo na primeira página, temos 910 fabricantes de instrumentos agrícolas, com 30.723 operários; 35 fábricas de munições, com 1.993 operários; 251 manufaturas de plumas e flores artificiais, com 3.638; 59 fabricantes de membros artificiais com 154; e 581 fábricas de panos de velas e lonas para barcos, com 2.873 operários.

Se a melhoria contínua dos métodos técnicos e a centralização de negócios num crescente número de ramos da indústria é um fato cujo significado dificilmente alguns loucos reacionários podem esconder de si próprios, é um não menos solidamente estabelecido fato que, numa série inteira de ramos de indústria, os empreendimentos de pequena e média envergadura parecem bastante capazes de existir e sobreviver lado a lado com as grandes unidades industriais. Na indústria não há um desenvolvimento em conformidade com um padrão que se aplique por igual a um e todos os ramos. Negócios conduzidos de uma ponta à outra de acordo com a rotina continuam vivendo como empresas pequenas e médias, enquanto certos ramos de atividades técnicas, que se pensava estarem garantidos como pequenos negócios, são um belo dia absorvidos para sempre por uma grande organização.

Uma grande série de circunstâncias facilita a continuidade e renovação das pequenas e médias empresas. Podem dividir-se em três grupos.

Primeiro, um grande número de atividades e de ramos está quase igualmente adaptado tanto para pequenos e médios empreendimentos como para grandes empresas, e as vantagens que as últimas têm sobre as primeiras não são tão importantes a ponto de poderem sobrelevar as vantagens peculiares das menores indústrias caseiras. É este o caso, como todo mundo sabe, de diversos ramos da carpintaria, dos curtumes, da metalurgia, entre outros. Ou, uma divisão de mão-de-obra se verifica onde a grande indústria executa metade e três quartos da manufatura, deixando o processo de acabamento para ser feito pelas empresas menores.

Em segundo lugar, quando o produto tem de ser acessível ao consumidor, pequenos estabelecimentos são mais favoráveis, em muitos casos, para a sua fabricação, como se demonstra muito claramente nas padarias. Se apenas o lado técnico fosse considerado, a panificação estaria há já muito tempo absorvida pelas grandes indústrias, pois as muitas fábricas de pão que trabalham com bons lucros indicam que podem ser geridas com resultados positivos. Mas, apesar dessas e das fábricas de pastelaria, ou a par delas, que estão ganhando gradualmente um sólido mercado, vemos que as pequenas e médias padarias não perdem terreno, isso em virtude das vantagens que elas oferecem para o negócio com os consumidores da sua vizinhança. Os mestres padeiros estão tranqüilos quanto à sua sobrevivência por largo tempo, enquanto não tiverem de contar senão com os empreendimentos capitalistas. O

seu aumento desde 1882 por certo não acompanhou o passo do aumento da população no mesmo período, mas é ainda digno de menção (77.609 contra 74.283).[20]

Mas a panificação é apenas um exemplo extremo, pois toda uma série de atividades — a saber, naquelas onde o trabalho produtivo e de prestação de serviços estão combinados — a mesma coisa se verifica, em seu favor. Mencionaremos a atividade de ferreiro, fabricante de ferraduras e de rodas de carruagens. O censo americano indica 28.000 estabelecimentos do gênero, com um total de 50.867 pessoas, das quais apenas metade são patrões. As estatísticas econômicas alemãs indicam 62.722 ferreiros; e ainda se passará muito tempo, certamente, antes que os veículos automáticos, acionados por vapor ou outras fontes de energia, extingam a atividade das forjas para dar lugar a novas e pequenas oficinas, como todos sabem que sucedeu com as bicicletas. O mesmo se pode dizer de outros ramos, como alfaiates, sapateiros, carpinteiros, relojoeiros, tecelões etc., onde o trabalho para clientes e, em diversos graus, as reparações e o serviço de loja manterão vivas existências independentes de pessoas que representam na sua maioria, embora não, por certo, na totalidade, setores de rendas proletárias.

Por último, mas não de menor importância, a própria grande indústria dá vida a atividades médias e menores, em parte devido ao fato de que, ao produzirem em grande escala, geram um correspondente barateamento dos materiais de trabalho (materiais auxiliares, produtos semimanufaturados) e em parte pela liberação de capital, de um lado, e a liberação de operários, por outro. Em grandes e pequenas quantidades, capital fresco está sempre ingressando no mercado, em busca de utilização, e a procura de novos artigos no mercado cresce com firmeza com a maior riqueza da comunidade. Aqui, os acionistas já mencionados no princípio exercem um papel de importância. O mercado não poderia viver, de fato, à base de uma boa mão cheia de milionários, mesmo que essa "mão" tivesse mil dedos. Mas as centenas de milhares de ricos e de abastados algo têm a dizer para isso. Quase todos os artigos de luxo para essas classes são, de início, e muitos até em fases mais adiantadas de acabamento, fabricados em pequenas e médias unidades fabris, as quais, contudo, podem ser também negócios capitalistas, dependendo de saber se elas trabalham com materiais caros e usam máquinas dispendiosas (fabricantes de joalheria, trabalhos em metais finos, ourives, bordados artísticos). É só mais tarde que a grande indústria (quando ela própria não os fabrica)

"democratiza" um ou outro dos novos artigos de luxo, ao baratear os materiais de trabalho.

Não obstante as contínuas mudanças na agrupação de indústrias e na organização interna dos estabelecimentos, temos hoje este quadro, em conjunto: que as grandes indústrias não absorvem as médias e pequenas indústrias, continuamente, mas crescem a seu lado. Só as empresas muito pequenas declinam relativa e absolutamente.[21] Mas no que respeita às indústrias pequena e média, elas aumentam, como se mostra, relativamente à Alemanha, pelos seguintes números de empregados na atividade:

	1882	1895	Aumento percentual
Pequeno negócio (1-5 pessoas)............	2.457.950	3.056.318	24,3
Pequeno negócio médio (6-10 pessoas)...........	500.097	833.409	66,6
Grande negócio médio (11-50 pessoas)..........	891.623	1.620.848	81,8

A população aumentou no mesmo período apenas 13,5%.

Embora no intervalo em estudo as grandes indústrias tenham aumentado os seus exércitos numa percentagem ainda maior — 88,7% — isso só em casos isolados significou a absorção total dos pequenos negócios. De fato, em muitos casos, não existe — ou deixou de existir — concorrência entre grandes e pequenas empresas (pensai no grande trabalho que envolve a construção de maquinaria e de pontes). O exemplo da indústria têxtil, que é vulgarmente citado pelos nossos autores, é enganador, a muitos respeitos. O incremento de produtividade que o tear mecânico representa, em relação ao velho fuso, só ocasionalmente voltou a ocorrer. Empreendimentos de grande envergadura são superiores aos pequenos ou médios, não por causa da mais alta produtividade da mão-de-obra empregada, mas simplesmente pelas dimensões do empreendimento (construção de navios) e deixam quase intocadas as esferas de negócio das pequenas indústrias, se é que chegam mesmo a tocar-lhes. Quem ouvir dizer que a Prússia, no ano de 1895, viu quase dobrar o número de operários ocupados pelas grandes indústrias, em relação a 1895; que estes em 1882 eram apenas 28,4%, mas em 1895 eram 38% do número total de empregados em

todos os ramos, poderia facilmente imaginar que as pequenas indústrias seriam, dentro de breve, uma coisa do passado, e que já tinham desempenhado o seu papel na economia social. Os números citados mostram que a rápida expansão e extensão das grandes indústrias representam unicamente um lado do desenvolvimento social.

E o que dizemos para a indústria vale também para o comércio. Malgrado a eclosão de grandes armazéns e magazines, os pequenos e médios comércios não perderam pé. Não nos interessa defender ou negar, aqui, evidentemente, o elemento parasitário no comércio, em particular, o chamado pequeno comércio varejista. Todavia, deve ser observado que também a respeito desse setor muito exagero se tem dito. A produção atacadista e a firme e crescente interpenetração de mercados em todo o mundo estão lançando cada vez maiores quantidades de artigos que, de um modo ou outro, têm de ser levados ao consumidor. Quem negaria o fato de que isso poderia realizar-se com menos dispêndio de custo e de mão-de-obra do que hoje se verifica no sistema de venda a varejo? Mas enquanto essa transformação não tiver lugar, esse ramo de atividade persistirá. E do mesmo modo que é uma ilusão esperar que as grandes unidades industriais absorvam, num curto prazo, as pequenas e médias indústrias, assim é também utópico esperar dos grandes armazéns capitalistas a absorção, numa escala considerável, das lojas de pequena e média envergadura. Afetam o negócio individual e, aqui ou acolá, acarretam boa dose de confusão, temporariamente, ao conjunto dos comércios pequenos. Mas, depois de certo tempo, os últimos sempre encontrarão um meio de concorrer com as grandes lojas e de fazerem uso de todas as vantagens que associações locais lhes oferecem. Novas especializações e recentes combinações de negócio estão começando, novas formas e métodos de orientar e conduzir um negócio já principiaram. O armazém capitalista é muito mais freqüentemente um resultado do grande incremento na abundância de artigos do que um instrumento de aniquilação do pequeno comércio parasitário. Exerceu mais efeito em despertar este último da rotina e em afastá-lo de certos hábitos monopolísticos do que em exterminá-lo.

O número de lojas aumenta continuamente; subiu na Inglaterra, entre 1875 e 1886, de 295.000 para 366.000. O número de pessoas empregadas no comércio subiu ainda mais. Como as estatísticas inglesas, neste capítulo, foram elaboradas numa base diferente das de 1881,[22] utilizaremos as cifras indicadas pelas estatísticas prussianas.

Havia na Prússia, em lojas e comércios correlativos (excluindo empresas ferroviárias e o setor postal):

	1885	1895	Aumento percentual
Em negócios com 2 e menos assistentes....	411.509	467.656	13,6
Em negócios com 3-5 assistentes	176.867	342.112	93,4
Em negócios com 6-50 assistentes	157.328	303.078	92,6
Em negócios de 51 e mais assistentes......	25.619	62.056	142,2
	771.323	1.174.902	

O aumento é proporcionalmente maior nos grandes negócios, mas esses não representam mais do que 5% do total. Não é o grande negócio que faz a mais mortal concorrência ao pequeno comércio; ela é fornecida entre uns e outros, dentro do próprio comércio pequeno. Mas, em proporção, não resultam muitos cadáveres. E a escala de negócios mantém-se intacta na sua composição. As pequenas lojas de envergadura média mostram o maior incremento.

Finalmente, ao passarmos para a agricultura, no que respeita às dimensões de empreendimentos distintos, deparamos, nos nossos tempos, com um movimento que abrange toda a Europa e, parcialmente, a América, e que aparentemente contradiz tudo o que até hoje a teoria socialista proclamara. A indústria e o comércio mostraram um movimento ascendente, nos grandes empreendimentos, apenas mais lento do que se supusera, mas a agricultura mostra uma paralisação ou uma retrogradação direta, em relação ao tamanho da propriedade.

No que respeita à Alemanha, o censo das ocupações, levantado em 1895, confrontado com o de 1882, mostra a relativamente maior subida no grupo das propriedades de tamanho médio (5 a 20 hectares), a saber, 8%. Ainda maior é o incremento na área coberta por todos eles: 9%. As pequenas propriedades rurais que se seguem imediatamente abaixo daquelas (2 a 5 hectares) mostram a maior subida depois daquela primeira indicada: 3,5% de aumento no número de propriedades e 8% no de extensão da terra possuída. As propriedades muito pequenas (lotes), abaixo de 2 hectares, tiveram um aumento de 5,8% em número e 12% em terra ocupada; todavia, a parcela de terra utilizada para fins agrícolas sofreu uma diminuição de 1%. Esses são os setores considerados de propriedade camponesa. As propriedades já parcialmente

capitalistas (20 a 100 hectares) mostram um aumento que não atinge mesmo 1%, que incide sobre a terra cultivada como floresta, e um aumento inferior a 1/3% é revelado no capítulo de grandes propriedades (mais de 100 hectares).

Eis os números relativos a 1895:

Espécie de propriedade	Número de propriedades	Número de hectares para fins agrícolas	Área total em hectares
Muito pequena (2 hectares e menos)......	3.236.367	1.808.444	2.415.414
De pequenos camponeses (2-5 hectares)............	1.016.318	3.285.984	4.142.071
De camponeses médios (5-20 hectares)...........	998.804	9.721.875	12.537.660
De grandes camponeses (20-100 hectares)	281.767	9.869.837	13.157.201
Grandes proprietários (100 hectares e mais)	25.061	7.831.801	11.031.896

Mais de dois terços da área total são abrangidos pelas três categorias de fazendas de camponeses, cerca de um terço pelos grandes proprietários. Na Prússia, a proporção de propriedades de camponeses é ainda mais favorável; eles ocupam quase três quartos da área agrícola — 22.875.000 num total de 32.591.000 hectares.

Se na Prússia nos voltarmos para um país vizinho, a Holanda, verificamos:

Áreas das propriedades	Propriedades 1884	1893	Aumento ou decréscimo	Perc.
1 a 5 hectares	66.842	777.767	+10.925	+ 16,2
5 a 10 hectares	31.552	34.199	+ 2.647	+ 8,4
10 a 50 hectares	48.278	51.940	+ 3.662	+ 7,6
Mais de 50 hectares .	3.554	3.510	– 44	– 1,2

Neste caso, as grandes propriedades decresceram, efetivamente, e as dos pequenos camponeses aumentaram consideravelmente.[23]

Na Bélgica, segundo Vandervelde,[24] a propriedade da terra bem como a ocupação do solo têm produzido uma contínua descentralização.

As últimas estatísticas mostram um aumento de donos de terras de 201.226, em 1846, para 293.524, no ano de 1880; também uma subida no número de arrendatários da terra, de 371.320 para 616.872. O total da área agrícola cultivada da Bélgica consistia em pouco menos de 2.000.000 hectares, em 1880, dos quais mais de um terço era cultivado pelos seus próprios donos. A divisão de lotes agrícolas recorda-nos as condições agrárias chinesas.

A França, no ano de 1882, tinha as seguintes propriedades agrícolas:

	Propriedades	Áreas das propriedades	
Menos de 1 hectare	2.167.767	1.083.833	hectares
1-10 hectares	2.635.030	11.366.274	"
10-40 hectares	727.088	14.845.650	"
40-100 hectares	113.285	22.266.204	"
100-200 hectares	20.644		
200-500 hectares	7.942		
Acima de 500 hectares	217		

Das propriedades entre 40 e 100 hectares há, em números redondos, 14 milhões de hectares e das acima de 200 hectares há 8.000.000, pelo que, no total, as grandes propriedades representam entre um quinto e um sexto da área agricolamente cultivada. As terras de pequena, média e grande área, propriedades de camponeses, cobrem cerca de três quartos da França. De 1862 a 1882, as propriedades de 5 a 10 hectares subiram 24%; as colocadas entre 10 e 40 acres, 14,28%. As estatísticas agrícolas de 1892 mostram um incremento do número total de propriedades cifrado em 30.000, mas um decréscimo na última categoria mencionada da ordem dos 33.000, o que demonstra uma nova subdivisão da propriedade da terra.

Mas como se passam as coisas na Inglaterra, o clássico país das grandes propriedades e da lavoura capitalista do solo? Conhecemos a lista de gigantescos proprietários que, de vez em quando, aparecem nos jornais como uma ilustração para a concentração na propriedade da terra na Inglaterra, e conhecemos também o trecho de *O capital* em que Marx diz que a asserção de John Bright de que 150 senhores são donos de metade da terra britânica e doze de metade da Escócia não foi ainda desmentida.[25] Ora, reconhecendo-se que a terra inglesa está centralizada por monopolistas, objetamos, porém, que isso seja com a

amplitude que John Bright declarou. De acordo com o livro de Brodrick, *English Land and English Land-lords,* havia, num total de 33 milhões de acres de terras, na Inglaterra e no País de Gales, registrados no *Domesday Book,* 14 milhões, em números redondos, propriedade de 1.704 senhores da terra, cada um com 3.000 acres ou mais. Os restantes 19 milhões estavam divididos entre 150.000 proprietários de um acre e mais e um grande número de donos de pequenos lotes de terreno. Mulhall deu, em 1892, para a totalidade do Reino Unido, o número de 176.520 como o de proprietários de mais de 10 acres de terra (em conjunto, dez undécimos da área). Como é cultivado esse solo? Eis as cifras de 1885 e 1895 para a Grã-Bretanha (a Inglaterra, com o País de Gales e a Escócia, mas sem a Irlanda), transformadas em hectares para uma comparação mais conveniente.[26] Estas eram enumeradas:

Propriedades	1885	1895	Aumento ou decréscimo
2-20 hectares	232.955	235.481	+ 2.526
20-40 hectares	64.715	66.625	+ 1.910
40-120 hectares	79.573	81.245	+ 1.672
120-200 hectares	13.875	13.568	+ 307
Mais de 200 hectares	5.489	5.219	– 270

Aqui se verifica também uma diminuição das grandes e das muito grandes propriedades, e um aumento nas de pequenas e médias dimensões.

As cifras, contudo, nada nos dizem sobre as áreas cultivadas. Completemo-las, pois, com os números de distintas áreas abrangidas pelas várias classes de propriedade. Em 1895, havia na Grã-Bretanha:

	Acres	Percentagem da área total
Propriedades de menos de 2 hectares[27]	366.792	1,13
Propriedades de 2-5 hectares	1.667.647	5,12
Propriedades de 5-20 hectares	2.864.976	8,74
Propriedades de 20-40 hectares	4.885.203	15,00
Propriedades de 40-120 hectares	13.875.914	42,59
Propriedades de 120-200 hectares	5.113.945	15,70
Propriedades de 200-400 hectares	3.001.184	9,42
Propriedades acima de 400 hectares	801.852	2,46

De acordo com isso, 27 a 28% da terra agrícola da Grã-Bretanha estão nas grandes propriedades e apenas 2,46% em muito grandes propriedades. Por outro lado, mais de 66% está nas mãos de pequenos e médios camponeses. A proporção de propriedades de camponeses (onde predomina, contudo, a propriedade capitalista dos grandes camponeses) é maior na Inglaterra do que na Alemanha. Mesmo na Inglaterra, as propriedades entre 5 e 120 hectares compreendem 64% da área cultivada e cerca de 13% apenas é em propriedades de mais de 200 hectares.[28] No País de Gales, independentemente dos pequenos lotes, 92%; na Escócia 72% das propriedades são terras de camponeses, entre 2 e 100 hectares.

Das áreas cultivadas, 61.014 propriedades com 4,6 milhões de acres de terra eram propriedade dos seus cultivadores, 19.607 propriedades eram parcialmente alugadas e parcialmente exploradas pelos próprios e 439.405 propriedades apenas eram inteiramente alugadas a outros. É bem sabido que na Irlanda a classe dos pequenos camponeses ou pequenos arrendatários é quem predomina. O mesmo é válido para a Itália.

Não pode haver qualquer dúvida, pois, de que no conjunto da Europa Ocidental e também na região leste dos Estados Unidos, a pequena e média propriedade agrícola está crescendo em toda parte, enquanto as grandes e muito grandes propriedades diminuem. Não há tampouco dúvida de que as propriedades médias são, freqüentemente, de um pronunciado tipo capitalista. A concentração de empresas não é aqui realizada na forma de anexação de uma sempre maior parcela de terra à fazenda agrícola, como Marx viu no seu tempo,[29] mas, de fato, na forma de intensificação do cultivo, transformação nos processos de cultivo que requerem mais mão-de-obra para uma área determinada, ou na manutenção de gado superior. É bem sabido que isso, em grande parte (não inteiramente), é o resultado da concorrência entre estados ou territórios agrícolas da Europa Ocidental e daqueles do além-mar. Também estes últimos se encontrarão em situação, por ainda um largo período de tempo, de produzir trigo e outros produtos da terra a um preço tão baixo que não é de esperar um desarranjo substancial dos fatores de desenvolvimento, através de uma mudança a tal respeito.

Embora as tabelas estatísticas de rendas nos países de maior progresso industrial possam parcialmente registrar a mobilidade e, com ela, a transitoriedade e insegurança do capital na economia moderna, e embora as rendas ou fortunas registradas possam ser, em quantidade crescente, propriedades em papel que um sopro vigoroso de vento

poderia facilmente dispersar, todavia, essas colunas de rendas não significam uma oposição fundamental à gradação de unidades econômicas na indústria, no comércio e na agricultura. A escala de rendas e a escala de estabelecimentos mostram um paralelismo razoavelmente bem marcado em suas divisões, especialmente quando se trata das divisões intermediárias. Estas últimas não diminuem em parte alguma e aumentam em toda parte. O que se lhes tira de cima num lugar, elas o suplementam de baixo noutro, e recebem compensação de cima num lugar, para o que lhes caiu de suas colunas de baixo. Se o colapso da sociedade moderna depende do desaparecimento das colunas intermédias, entre o vértice e a base da pirâmide social, se depende da absorção dessas classes médias pelos dois extremos acima e abaixo delas, então a sua efetivação não está hoje mais próxima de verificar-se na Inglaterra, França, Alemanha do que estava no princípio do século XIX.

Mas um edifício pode parecer, por fora, inalterado e sólido e mesmo assim estar decrépito, se as suas próprias pedras ou importantes camadas de pedra apodreceram. A solidez de uma casa de negócio prova-se pela maneira como suporta o teste dos períodos críticos; resta-nos investigar, portanto, qual é o curso das crises econômicas que caracteriza a moderna ordem de produção e que conseqüências e reações delas se pode esperar num futuro próximo.

d) AS CRISES E POSSIBILIDADES DE AJUSTAMENTO NA ECONOMIA MODERNA

> As contradições inerentes ao movimento da sociedade capitalista influenciam mais sensivelmente a burguesia prática nas transformações dos ciclos periódicos, através dos quais decorre a moderna indústria, e cujo ponto culminante é a crise universal.
>
> MARX, Prefácio à segunda edição de *O capital*.

Nos círculos socialistas, a explicação mais popular para as crises econômicas é derivá-las do subconsumo. Friedrich Engels, contudo, combateu em freqüentes ocasiões essa idéia e fê-lo, quiçá mais contundentemente que nunca, na terceira parte do seu libelo polêmico contra Dühring, quando Engels diz que o subconsumo pelas massas pode ser "também uma condição de crise", mas que isso explica tão pouco a sua existência hoje quanto a sua anterior ausência. Engels

ilustra essa afirmação com as condições da indústria do algodão na Inglaterra, em 1877, e declara que, em face das circunstâncias, seria bastante forte querer "explicar a total estagnação presente na venda de tecidos de algodão e produtos têxteis pelo subconsumo das massas inglesas e não pela superprodução da manufatura inglesa de algodão".[30]

Porém Marx, ele próprio, também se pronunciou muito abertamente, em várias ocasiões, contra a derivação de crises a partir do subconsumo. "É pura tautologia", escreve no segundo volume de *O capital,* "dizer que a crise nasce de uma falta de consumidores aptos a pagar." Se quiséssemos dar a essa tautologia uma aparência de maior realidade, dizendo que a classe trabalhadora recebe uma percentagem bastante reduzida do que produz, e que a perturbação seria resolvida se os trabalhadores tivessem a receber uma percentagem, poderíamos apenas observar que "as crises são precedidas, de cada vez, por um período em que os salários dos trabalhadores sobem e as classes trabalhadoras recebem, de fato, uma quota-parte relativamente maior do que a habitual da produção anual destinada ao consumo". Pareceria, assim, que a produção capitalista "inclui certas condições independentes das boas ou más intenções — condições essas que apenas permitem, temporariamente, uma prosperidade relativa das classes trabalhadoras e, então, como um pássaro prenunciador da tempestade de uma crise".[31] Ao que Engels acrescentou, numa nota: "*Ad notam* para os aderentes da teoria das crises, de Rodbertus."

Um trecho na segunda parte do terceiro volume de *O capital* revela-se em aparente contradição com essas afirmações. Marx aí diz, a respeito das crises: "A última razão concebível para uma crise social é sempre a pobreza e a limitação de consumo das massas, em oposição ao impulso da produção capitalista para desenvolver as suas forças produtivas, como se unicamente a capacidade absoluta de consumo da comunidade formasse o seu limite."[32] Isso não é muito diferente da teoria das crises, de Rodbertus, pois para ele também as crises não são apenas ocasionadas, simplesmente, pelo subconsumo das massas, mas, como aqui explicado, por elas em conjunção com a crescente produtividade da mão-de-obra. No trecho citado de Marx, salienta-se o subconsumo das massas, mesmo em contraste com a anarquia da produção — disparidade de produção nos diversos ramos e alterações de preços, que produzem, temporariamente, depressões gerais — como a derradeira razão de todas as verdadeiras crises.

No que respeita a qualquer diferença real de concepção entre o que se diz nesse último trecho e o que foi expresso na citação acima

efetuada, transcrita do segundo volume, deverá buscar-se uma explicação nas épocas muito distintas em que as duas sentenças foram escritas. Há um intervalo de 13 a 14 anos entre ambas, e o trecho do terceiro volume de *O capital* é o mais antigo. Foi escrito por volta de 1864 ou 1865, enquanto a citação indicada, do segundo volume, deve ter sido escrita cerca de 1878.[33] Em outra passagem desse segundo volume, escrita esta por volta de 1870, o caráter periódico das crises — que é aproximadamente um ciclo de dez anos de produção — é indicado em conjunção com a extensão do período necessário à recuperação do capital fixo (investido em maquinaria etc.) . O desenvolvimento da produção capitalista tem uma tendência, por um lado, a dilatar a parte mais maciça do valor e a extensão da vida do capital fixo e, por outro lado, a diminuir essa vida por uma revolução constante nos meios de produção. Daí resulta o "desgaste moral" dessa parcela de capital fixo, antes que seja "fisicamente gasto". Através desse ciclo de produções correlatas, compreendendo uma série de anos em que o capital se confina à sua parcela fixa, surge uma causa material para as crises periódicas em que o negócio decorre através de períodos sucessivos de exaustão, atividade média, precipitação e crises.[34] Os períodos em que o capital é investido não são, por certo, muito diversos e não coincidem, mas as crises formam sempre o ponto de partida de um grande investimento novo e daí — da posição assumida por toda a comunidade — uma base material, mais ou menos nova, para o próximo ciclo.[35] Esse pensamento é retomado, uma vez mais, nos capítulos sobre reprodução de capital, e aí se demonstra como, até com a reprodução na mesma escala e sem mudanças na produtividade da mão-de-obra, aparecem temporariamente diferenças na extensão de vida do capital fixo (se, por exemplo, parcelas constituintes do capital fixo se desgastam mais do que no ano anterior) que trazem, como conseqüência, crises de produção. O comércio externo pode, sem dúvida, auxiliar, mas, na medida em que não remove essas diferenças, apenas transfere "os conflitos para uma esfera mais ampla e abre-lhes um campo de ação mais vasto". Uma sociedade comunista poderia evitar tais perturbações por relativa superprodução contínua, a qual, no seu caso, seria "apenas o controle da comunidade sobre os seus meios de produção"; mas numa sociedade capitalista a superprodução é um elemento de anarquia. Esse exemplo das perturbações causadas meramente através de diferenças na extensão de vida do capital fixo é flagrante. Falta de proporção na produção do capital fixo e circulante é um dos argumentos favoritos dos economistas para explicar as crises.

É algo de bastante novo para eles ouvir que tal escassez de proporções pode e deve surgir da simples manutenção do capital fixo; que deve e pode surgir com a suposição de uma produção normal ideal e a simples reprodução do capital social já em utilização.[36] No capítulo sobre "Acumulação e reprodução em maior escala", a superprodução e a crise são unicamente mencionadas como resultados evidentes das possibilidades de combinação que derivam do processo analisado. Todavia, de novo é mantida vigorosamente a idéia da "superprodução". "Se Fullarton, por exemplo", lê-se na página 499, "não sabe nada de superprodução, no significado vulgar do termo, mas só de superprodução de capital, ou seja, de capital pecuniário, isso revela apenas, uma vez mais, quão pouco os melhores economistas burgueses entendem do mecanismo do seu próprio sistema". E à página 524 é mostrado que se, como pode ocasionalmente suceder até com a acumulação capitalista, a parte constante da parcela de capital destinada à produção de meios de consumo é maior do que o capital de salários somado à mais-valia derivada da parcela de capital destinado à criação de meios de produção, isso seria superprodução na primeira dessas esferas e "só seria ajustada por um grande desastre comercial".

O pensamento acima desenvolvido, de que a abertura de novos mercados ampliaria os conflitos da economia capitalista a mais vastas esferas e, assim, os aumentaria, é utilizado por Engels, no terceiro volume, por várias ocasiões, aplicado aos fenômenos mais novos. As notas da página 97, na primeira parte do mesmo volume, e na página 17 da segunda parte, são as mais dignas de atenção. Na última nota, que recapitula e completa o que se escreveu na primeira, ele menciona a enorme amplitude, desde que Marx escreveu, nos meios de tráfico, o que converteu realmente o mundo num mercado e, particularmente, a entrada de cada vez mais e novos países industriais em concorrência com a Inglaterra, ou ainda a extensão sem limite da região para investimentos do capital europeu excedente. Tudo isso são, segundo ele, fatores que puseram de lado ou enfraqueceram grandemente "a maioria dos velhos incubadores de crises e de oportunidades para a formação de crises". Mas depois de caracterizar os cartéis e os trustes como um meio para limitar a concorrência no mercado interior, e os impostos produtivos com que o mundo não-inglês se cerca a si próprio, como "armadura para a final e universal campanha industrial que decidirá quem governa o mercado mundial", ele acrescenta: "Assim, cada um dos elementos que lutam contra a repetição das velhas crises esconde em si próprio a semente de uma futura crise ainda mais

poderosa." Engels levanta a questão de saber se o ciclo industrial que na infância do comércio mundial (1815-47) costumava durar cerca de cinco anos, e de 1847 a 1867 dez anos, não teria sofrido uma nova ampliação, e se não nos vamos encontrar, nós próprios, "no período preparatório de um novo choque em escala mundial, de uma inaudita violência"; mas também deixa uma alternativa, que é a possibilidade de substituir a forma aguda do processo periódico, com o seu ciclo de dez anos que até hoje se verifica, numa "rotação mais crônica partilhada entre diferentes países, em tempos diferentes de desenvolvimento comercial relativamente mais curto e mais débil, com uma depressão relativamente longa e indecisa".

O tempo que decorreu desde que isso foi escrito deixou a questão sem resposta. Sintomas de um choque econômico mundial, de inaudita violência, não foram ainda estabelecidos, nem se pode descrever a melhoria do comércio nos intervalos entre crises como particularmente curtos em duração. Muito mais é suscitado por uma terceira questão, que, a bem dizer, está parcialmente implícita na segunda, a saber: 1) será que a enorme extensão do mercado mundial, em conjunto com a extraordinária brevidade de tempo necessário para a transmissão de notícias e para os transportes, terá aumentado as possibilidades de ajustamento das perturbações?; E 2) será que a grandemente aumentada riqueza dos Estados europeus, em conjunto com a elasticidade do moderno sistema de crédito e a aparição dos cartéis industriais, terá limitado a força de reação das perturbações locais ou individuais, pelo menos por algum tempo, de modo que as crises comerciais gerais, semelhantes às mais antigas, tenham de ser encaradas como improváveis?

Essas questões, por mim suscitadas num ensaio sobre "Teoria socialista do desenvolvimento catastrófico da sociedade", têm levantado toda espécie de oposição.[37] Entre outras, mencionarei a que levou Rosa Luxemburgo a dar-me uma lição numa série de artigos publicados no *Leipzig Volkszeitung*, de setembro de 1898, sobre a natureza do crédito e as possibilidades de adaptação do capitalismo. Como esses artigos, que foram igualmente transcritos noutros jornais socialistas desse mesmo período, são verdadeiros exemplos de falsa dialética, embora tratados, ao mesmo tempo, com grande talento, parece-me oportuno examiná-los aqui.

Rosa Luxemburgo mantém que o sistema de crédito, longe de atuar contra as crises, é o meio de empurrá-las para um extremo. Tornou possível, primeiro, a extensão incomensurável da produção capitalista,

a aceleração das trocas de artigos e do curso cíclico do processo de produção; dessa maneira, ele constitui o meio de transformar em conflito ativo, tão freqüentemente quanto possível, as diferenças entre a produção e o consumo. Põe nas mãos do capitalista a possibilidade de dispor do capital de outros, e com ela os meios de especulação aventureira; se a depressão se estabelece, a crise intensifica-se. A sua função é banir o resíduo de estabilidade de todas as condições capitalistas, para fazer todas as forças capitalistas elásticas, relativas e sensíveis no mais alto grau.

Ora, nada disso é exatamente novo para alguém que conheça um pouco da literatura marxista, em geral, e do socialismo marxista em particular. A única questão é saber se representa legitimamente os fatos reais do caso, tal qual este se apresenta hoje, ou se o quadro não tem outra face. De acordo com as leis da evolução dialética, com as quais Rosa Luxemburgo tanto gosta de jogar, esse deveria ser por certo o caso; mas mesmo sem nos estribarmos nessas leis, compreendemos que um fenômeno como o crédito, capaz de tão diferentes formas, deve, sob diferentes condições, atuar de maneiras diferentes. Marx não trata o crédito, de maneira alguma, do ponto de vista que diz ser aquele um mero agente destrutivo no sistema capitalista; atribui-lhe, entre outras coisas,[38] a função de "criar a forma de transição para uma nova modalidade de produção", e, a tal respeito, expressamente dá destaque às "características duplas do sistema de crédito". Rosa Luxemburgo conhece muito bem o trecho a que me refiro; ela mesmo transcreve dele a afirmação em que Marx fala do caráter misto, "metade profeta, metade safado" dos principais promulgadores do crédito (John Law, Isaac Pereire etc.). Mas ela refere-se exclusivamente ao aspecto destrutivo do sistema de crédito e não menciona uma só palavra da sua capacidade criadora e consolidadora, que Marx expressamente lhe atribui também. Por que essa amputação, por que esse silêncio significativo a respeito das "características duplas" do crédito? Os brilhantes artifícios dialéticos, por meio dos quais o poder do sistema de crédito é representado como um meio de adaptação à luz de um "vôo fugaz", terminam em fogo e névoa, logo que analisamos mais de perto o reverso da medalha, pelo qual Rosa Luxemburgo perpassou ligeira e timidamente.

Que o sistema de crédito torna mais fácil a especulação é uma experiência velha de séculos; e muita velha, também, é a experiência de que a especulação não pára a produção quando as circunstâncias industriais estão desenvolvidas o bastante para lhe aceitarem o jogo.

Entretanto, a especulação é condicionada pela relação das circunstâncias conhecíveis com as desconhecidas. Quanto mais predominam as últimas, tanto mais florescerá a especulação; quanto mais for restringida pelas primeiras, tanto mais se lhe retiram as bases de sob os seus pés. Portanto, as mais loucas erupções de especulação comercial ocorrem na aurora da era capitalista, e a especulação celebra as suas mais selváticas orgias, usualmente, nos países onde o desenvolvimento capitalista é mais jovem. No domínio da especulação industrial, a especulação floresceu mais luxuriantemente nos novos setores de produção. Quanto mais antigo é um setor de produção, segundo as modernas formas, excetuando a fabricação de simples artigos de moda, tanto mais o momento especulativo deixa de exercer um papel decisivo. As condições e movimentos do mercado são, então, previstos com mais exatidão e tomados em consideração com maior dose de certeza.

Não obstante, essa certeza é relativa, porque a concorrência e o desenvolvimento técnico excluem um absoluto controle do mercado. A superprodução é, em certa medida, inevitável. Mas a superprodução nas indústrias individuais não significa uma crise para todas em geral. Se se caminha para uma, ou as indústrias afetadas devem ser de tal importância como consumidoras das manufaturas das outras que façam a sua estagnação paralisar também essas demais indústrias, ou então elas devem, de fato, tomar-lhes, por intermédio do mercado monetário — isto é, através da paralisação do crédito geral — os meios de prosseguirem a produção. Mas é evidente que existe sempre uma probabilidade de diminuição para o último resultado. Quanto mais rico é um país, tanto mais desenvolvida está a sua organização de crédito — que não deve ser confundida com um hábito mais largamente difundido de produzir com capital emprestado, pois neste caso as possibilidades de ajustamento multiplicam-se numa medida crescente. Em certa passagem, que não posso encontrar de momento, Marx disse uma vez que — e a correção da sentença pode provar-se pela mais abundante evidência — as contradições no centro do mercado monetário são muito mais rapidamente resolvidas do que em vários pontos da circunstância. Mas a transformação nos meios de comunicação, que entretanto se verificaram, mais do que neutralizaram as conseqüências das grandes distâncias, nesse aspecto.[39]

Se a crise do mercado monetário não está ainda completamente banida do mundo, tanto quanto nos respeita a nós aqui, a asfixia desse mercado por vastos empreendimentos comerciais, controlados com dificuldade, está muito mais reduzida.

As relações da crise financeira com as crises de comércio e de negócio não estão ainda tão bem explicadas para se poder dizer, com alguma segurança, quando ambas ocorrem juntas, que foi a crise comercial ou a de negócios que, pela superprodução, diretamente causou a crise monetária. Na maioria dos casos, não foi a superprodução verdadeira, mas a superespeculação, que paralisou o mercado monetário e através disso suscitou a depressão de todo o negócio. Esse fato prova-se por fatos isolados, que Marx menciona no terceiro volume de *O capital,* extraídos dos inquéritos oficiais às crises de 1847 e 1857, bem como dos fatos aduzidos pelo Professor Herkner a propósito dessas e de outras crises no seu esboço para a história das crises econômicas no *Handwörterbuch der Staatswissenschaften.* Rosa Luxemburgo deduziu, com base nos fatos indicados por Herkner, que as crises constatadas até agora não são as autênticas crises, mas apenas enfermidades infantis da economia capitalista, fenômenos concomitantes não do estreitamento, mas do alargamento do domínio da economia capitalista — por outras palavras, que "ainda não chegamos à fase de perfeita maturidade capitalista que está implícita no esquema marxista da periodicidade das crises". De acordo com Rosa Luxemburgo, deveríamos encontrar-nos agora "numa fase em que as crises não mais acompanham o crescimento do capital nem ainda o seu declínio". Esse tempo só chegará quando o mercado mundial estiver inteiramente desenvolvido e não puder mais expandir-se por extensões súbitas. Então, a luta entre os poderes produtivos e os limites de troca será cada vez mais árdua e tempestuosa.

Deve comentar-se, em resposta a tal conceito, que a fórmula de crises, em e para Marx, não era um quadro do futuro, mas do presente, do dia de hoje, que se esperava poder vir a repetir-se no futuro, sempre em formas cada vez mais nítidas e com maior acuidade. Logo que Rosa Luxemburgo nega o significado que Marx deu a essa fórmula, em relação a toda a época que vivemos e que já fica para trás de nós, e a considera como uma dedução que ainda não corresponde a qualquer realidade e serve apenas de previsão lógica, baseada na existência de certos elementos em estado embrionário, ela está automaticamente duvidando da predição marxista, como um todo, sobre a próxima futura revolução social, na medida em que esta se baseia na teoria das crises. Isso porque, se a predição não se fundamentou em experiência, na época em que foi formulada, e não se tornou manifesta no intervalo entre esse momento e a atualidade, então em que futuro mais distante devemos colocar a fórmula para ter a certeza de que se converterá em

realidade? A relegação da fórmula marxista para uma época em que o mercado mundial esteja plenamente desenvolvido equivale a um salto para o outro mundo.

Ninguém sabe quando o mercado mundial estará inteiramente desenvolvido. Rosa Luxemburgo não ignora o fato de que existe uma intensiva tanto quanto extensiva ampliação das fronteiras do mercado mundial, e que o primeiro desses aspectos é já de muito maior importância do que o último.

Nas estatísticas econômicas dos grandes países industriais, as exportações desempenham de longe a maior função, relativamente aos países ocupados há mais tempo. A Inglaterra exporta para toda a Australásia (todas as colônias australianas, Nova Zelândia etc.) valores inferiores em quantidade do que para um só país, a França; para toda a América do Norte britânica (Canadá, Colúmbia Britânica etc.) não tanto como para a Rússia; para ambos os territórios coloniais juntos, os quais são já de uma respeitável idade, não tanto como só para a Alemanha. O comércio inglês com todas as suas colônias, incluindo o imenso império indiano, não atinge um terço do que é efetuado com o resto do mundo; e, quanto às aquisições coloniais dos últimos dez anos, as exportações para essas regiões têm sido ridiculamente pequenas. A ampliação extensiva do mercado mundial concretiza-se demasiado lentamente para permitir uma saída suficiente ao importante aumento de produção, se os países já nele integrados não oferecerem maiores perspectivas de recrudescimento na colocação de produtos. Um prazo para esse recrudescimento e intensa ampliação do mercado mundial, em conjunto com a extensão da sua área, não pode ser fixado *a priori*. Se a crise universal é a lei inerente à produção capitalista, terá de provar a sua realidade agora ou num futuro próximo. De outro modo, a prova da sua inevitabilidade esvai-se no ar da especulação abstrata.

Já vimos que o sistema de crédito está hoje sujeito a menos, não a mais, contradições conducentes à paralisação geral da produção e assim é que, portanto, ocupa um lugar subalterno como fator na formação de crises. Mas na medida em que é um meio idêntico a uma estufa, para forçar a superprodução em clima constantemente artificial, as associações de fabricantes fazem face a tal inflação de produção, em distintos países, e mesmo internacionalmente, aqui e ali, através de tentativas de formação de cartéis, sindicatos ou trustes. Sem querer meter-me em profecias, quanto ao seu poder final de vida e trabalho, reconheci, contudo, a sua capacidade para influenciar as relações entre a atividade

produtiva e a situação do mercado, no sentido da diminuição do perigo de crises. Rosa Luxemburgo também refuta isso.

Em primeiro lugar, refuta que a associação de fabricantes possa ser geral. Diz ela que o objetivo final e o efeito de tais associações são, ao excluir a concorrência dentro de um ramo, aumentar a sua quota-parte no montante total do lucro obtido no mercado do produto. Mas, acrescenta ela, um ramo da indústria só pode atingir essa situação à custa de outros e, assim, a organização não poderá ser viavelmente geral. "Espalhada em todos os ramos de produção, ela própria poria um fim aos seus efeitos."

Essa prova não difere quase nada daquela, há muito tempo abandonada, sobre a inutilidade das *trade unions*. O seu apoio é até incomensuravelmente mais frágil do que a teoria dos fundos salariais, de abençoada memória. É a suposição não provada e improvável ou, melhor, provadamente falsa de que no mercado dos bens de consumo só um determinado montante fixo de lucro é dividido. Supõe, entre outras coisas, uma fixação de preços independente dos movimentos no custo de produção. Mas mesmo que seja dado um preço fixo e, mais do que isso, uma base tecnológica fixa de produção, o montante de lucro num ramo de indústria pode ser incrementado sem que por aí resulte a diminuição dos lucros de outro — a saber, pela diminuição de despesas improdutivas, a suspensão de forte concorrência, melhor e mais racional organização da produção e outras coisas semelhantes. Que a associação de fabricantes é um meio encontrado e efetivo nesse rumo é bastante evidente. O problema da divisão de lucros é o único, entre todos os obstáculos, que ainda se levanta no caminho de uma união geral das associações de empregadores.

Tem um pouco mais de razão de ser a última objeção levantada por Rosa Luxemburgo. Segundo ela, os cartéis são inadequados para evitar a anarquia de produção, visto que os cartéis de fabricantes, como regra, obtêm a sua mais alta percentagem de lucro no mercado interno, isso em conseqüência do fato de usarem eles uma parcela do capital que não pode caber na manufatura de artigos para colocação local, na fabricação de artigos destinados a mercados estrangeiros, a uma percentagem de lucro muito menor. O resultado é uma anarquia crescente no mercado mundial, precisamente o oposto do objetivo que se buscava.

"Como regra", essa manobra só pode sustentar-se quando direitos protecionistas concedem imunidade ao cartel, de modo a tornar impossível que o mercado estrangeiro nos pague na mesma moeda. Todavia, não estamos preocupados, aqui, nem com negar os efeitos molestos do

simples, atual e elevado sistema protecionista, nem com a apologia dos sindicatos de fabricantes. Não me passou pela cabeça sustentar que os cartéis etc., sejam a última palavra em matéria de desenvolvimento econômico e que sejam adequados para remover para sempre as contradições da moderna vida industrial. Pelo contrário, estou convencido de que, onde — nos modernos países industriais — os cartéis e os trustes são apoiados e fortalecidos por direitos protecionistas, eles devem, de fato, converter-se em fatores de crise para a respectiva indústria — e também, se não em primeiro lugar, pelo menos no fim, para o próprio país "protecionista". A única questão é de saber por quanto tempo as pessoas afetadas estarão satisfeitas com tal arranjo. As tarifas protecionistas não são, em si próprias, um produto da economia, mas um entrosamento da economia com o poder político que procura obter resultados econômicos. Com o cartel industrial a coisa é diferente. Cresceu, embora favorecido pelas tarifas protecionistas, no seio da própria economia e é um meio nacional de adaptar a produção aos movimentos do mercado. Que possa ser, ou seja, ao mesmo tempo, um meio de exploração monopolista, é outro assunto. Mas está tão fora da questão discutida que, no primeiro caso, significa um incremento de todas as medidas remediadoras em face da superprodução. Com riscos muito menores do que no empreendimento individual, pode, em épocas de pletora no mercado, limitar temporariamente a produção. Melhor do que isso: está também em situação de fazer face à forte concorrência no estrangeiro. Negar isso é querer negar a superioridade da organização sobre a concorrência anárquica e o "salve-se quem puder" da luta de preços. Mas é o que estaremos fazendo, se negarmos em princípio que os cartéis podem atuar como influência modificadora sobre a natureza e a freqüência das crises. Até que *ponto* o podem fazer é, no momento, um assunto para conjeturas, visto que não temos ainda suficiente experiência que nos permita um juízo concludente a tal respeito. Mas, mesmo assim, muito menos fatos conclusivos se podem enumerar, em tais circunstâncias, para prever uma futura crise geral, como as que rondaram o mundo antes de Marx e Engels, repetição em mais larga escala das crises de 1825, 1836, 1847, 1857 e 1873. O simples fato de que, enquanto por muito tempo, os socialistas acreditavam numa crescente contração do ciclo industrial como a mais natural das conseqüências da crescente concentração de capital — um desenvolvimento na forma de espiral — Friedrich Engels, em 1894, via-se levado, pelo contrário, à questão de saber se não teríamos diante dos olhos uma nova ampliação do ciclo e sugerindo

assim o contrário, exatamente, do que era geralmente suposto, e nos advertia contra a dedução abstrata de que essas crises se repetirão segundo as velhas formas.[40]

A história das indústrias, tomadas individualmente, mostra-nos que de modo algum as suas crises coincidem com as chamadas crises gerais. Marx, como já vimos, acreditou poder estabelecer na necessidade de uma renovação acelerada do capital fixo (implementação da produção etc.) um fundamento material para as crises periódicas,[41] e é indubitavelmente verdade que aí se pode localizar uma das mais importantes razões originadas de crises. Mas não é exato, ou mais exato, que esses períodos de renovação, no que respeita ao tempo, coincidem em todas as indústrias. E com isso se esvai mais um fator da grande crise geral.

O que resta, contudo, ainda é muito: que a capacidade de produção, na sociedade moderna, é muito superior à procura efetiva de produtos, determinada esta pela capacidade de compra; que milhões de pessoas vivem insuficientemente alojadas, insuficientemente vestidas e insuficientemente alimentadas, a despeito de abundantes meios acessíveis, para dar alojamento, alimentação e vestuário a todos; que, de toda essa incongruência, a superprodução surge uma, outra e outra vez, nos diversos ramos da produção, pelo que ou certos artigos são realmente produzidos em quantidades maiores do que podem ser usados — por exemplo, mais fios do que os teares necessitam para funcionar — ou, então, são produzidos, não em quantidades maiores do que podem ser absorvidos pelo consumo, mas em quantidades superiores ao que o consumidor pode comprar; que, em conseqüência disso, ocorrem grandes irregularidades no emprego de trabalhadores, o que torna a sua situação bastante insegura, os mantém sob uma independência imerecida, suscita abundância de trabalho aqui e falta de trabalho ali; finalmente, que dos meios hoje utilizados para contra-atuar a parte mais visível de todo esse mal, os cartéis representam uniões monopolísticas — por um lado, contra os trabalhadores, por outro, contra o grande público — as quais têm uma tendência clara para conduzir a guerra, sobre as cabeças dos trabalhadores e do público e à sua custa, contra a mesma espécie de uniões monopolísticas de outros ramos industriais ou de outras terras ou, por acordos internacionais ou interindustriais, adaptarem arbitrariamente a produção e os preços à sua necessidade de lucro. Os meios capitalistas de defesa contra crises comportam virtualmente, em si próprios, as possibilidades de uma nova e mais desalentadora servidão para as classes trabalhadoras, bem como de privilégios de produção que revivem, de uma forma aguda, os velhos

privilégios corporativos. Parece-me ser muito mais importante, atualmente, do ponto de vista dos trabalhadores, manter diante dos olhos as possibilidades reais dos cartéis e dos trustes, em vez de profetizar a sua "impotência". Para a classe trabalhadora é uma questão secundária saber se essas combinações estarão aptas, no decurso do tempo, a atingir o seu objetivo primeiramente mencionado: o afastamento de crises. Mas torna-se numa questão cheia de importância logo que as expectativas de qualquer gênero, respeitantes à emancipação das classes trabalhadoras, sejam postas na dependência da questão de uma hipotética crise geral a curto prazo. Porque então a crença de que os cartéis são de efeito nulo contra as crises pode ser a causa de uma negligência altamente desastrosa.

O breve bosquejo que demos, na introdução a este capítulo, das explicações de Marx-Engels sobre as crises econômicas será suficiente, em conjunto com os correspondentes fatos aduzidos, para mostrar que o problema das crises não pode ser resolvido por umas poucas e bem conservadas frases de efeito. Podemos apenas averiguar quais são os elementos da moderna economia que atuam a favor das crises e quais os que trabalham contra. É impossível julgar *a priori* as relações últimas e recíprocas entre essas forças, ou o seu desenvolvimento. A menos que acontecimentos externos imprevistos façam sobrevir uma crise geral — e, como dissemos, isso pode acontecer qualquer dia — não há razão urgente para concluir-se que tal crise acontecerá por razões puramente econômicas. Depressões locais e parciais são inevitáveis; a estagnação geral não é inevitável com a presente organização e amplitude do mercado mundial e, particularmente, com a grande extensão da produção de artigos alimentares. O último fenômeno é de especial importância para o nosso problema. Talvez nada tivesse contribuído tão decisivamente para a mitigação da crise comercial, ou para travar o seu recrudescimento, como a redução das rendas e o barateamento do preço dos alimentos.[42]

CAPÍTULO III

As tarefas e possibilidades da democracia social

a) As Condições Políticas e Econômicas Preliminares do Socialismo

Se pedíssemos a certo número de homens de qualquer classe ou partido que nos desse, numa fórmula concisa, uma definição de socialismo, a maioria deles ficaria algo confusa. Aquele que não se limitar a repetir, ao acaso, alguma frase que ouviu algures, deve primeiro pretender aclarar para si próprio se tem de definir um estado, um movimento, uma percepção ou um propósito. Se consultarmos a própria literatura do socialismo, depararemos com muitas e várias explicações do seu conceito, segundo elas incidem sobre uma ou outra das categorias acima mencionadas — derivando o conceito desde noções jurídicas (igualdade, justiça), ou da sua caracterização sumária como ciência social, até à sua identificação com a luta de classes dos trabalhadores na sociedade moderna e a explicação de que o socialismo significa economia cooperativa. Em alguns casos, concepções fundamentadas sobre princípios inteiramente diferentes são as bases para essa variedade de explicações: mas, na sua maioria, são apenas os resultados de observar e representar uma e a mesma coisa de diversos ângulos e pontos de vista.

A mais exata caracterização do socialismo será, em todo caso, aquela que principiar pelo conceito de associação, porque por ela expressa tanto uma relação econômica — no mais amplo sentido da palavra como jurídica, ao mesmo tempo. Não é preciso uma intricada dedução para mostrar que a indicação da natureza jurídica do socialismo é de tanta importância como a sua natureza econômica. Deixando à parte a

questão de saber se ou em que sentido a lei é um fator primário ou secundário da vida de uma comunidade, é a natureza das leis dessa comunidade que, em cada caso, dá, sem dúvida alguma, a idéia mais concentrada do seu caráter. Nós caracterizamos formas de comunidade não segundo os seus fundamentos tecnológicos ou econômicos, mas de acordo com os princípios fundamentais das suas instituições legais. Falamos, sem dúvida, de uma idade da pedra, do bronze, da máquina, da eletricidade etc., mas identificamos a ordem da sociedade como feudal, capitalista, burguesa etc. A isso corresponderia a definição de socialismo como um movimento no sentido de — ou o estado de — uma ordem de sociedade baseada no princípio de associação. Nesse mesmo sentido, que corresponde também à etimologia da palavra (*socius* um sócio), usaremos o termo socialismo no que se segue.

Agora, quais são as condições preliminares da realização do socialismo? O materialismo histórico vê-as primeiro no moderno desenvolvimento da produção. Com a expansão das grandes empresas capitalistas na indústria e na agricultura, supõe-se estar aí uma permanente e crescente causa material para o ímpeto necessário à transformação socialista da sociedade. Em tais empreendimentos, a produção já está socialmente organizada, só a gerência é individualista e o lucro é retido por indivíduos não com base no seu trabalho, mas na sua quota de capital. O trabalhador ativo está separado da posse dos seus instrumentos de produção, está na situação dependente de assalariado, da qual não escapa enquanto viver, e a pressão suscitada por essa situação torna-se mais marcada pela incerteza que está ligada à dependência, tanto do empregador que o dirige como das flutuações no desenvolvimento do negócio. Tal como a própria produção, as condições de existência para os produtores pressionam no sentido da socialização e da organização cooperativa da produção e da troca. Logo que esse desenvolvimento está suficientemente avançado, a realização do socialismo converte-se em necessidade imperativa para novos progressos da comunidade. Consegui-lo é a tarefa do proletariado organizado como partido de classe, o qual, para a consecução de tal objetivo, deve apoderar-se do governo político.

De acordo com tal esquema, temos, pois, como primeira condição da realização geral do socialismo, um grau definido de desenvolvimento capitalista e, em segundo lugar, o exercício da soberania política pelo partido da classe trabalhadora, isto é, a democracia social. A ditadura do proletariado é, de acordo com Marx, a forma de exercício do poder no período de transição.

Quanto à primeira condição, já foi demonstrado na parte sobre "Classes de estabelecimentos na produção e na distribuição" que, se hoje predomina na indústria a grande empresa, ela só representa, no máximo, incluindo os negócios que dela dependem, mesmo em países tão avançados como a Prússia, metade da população empenhada na produção. O quadro não é diferente se tomarmos as estatísticas para o conjunto da Alemanha, e é pouco diferente na Inglaterra, o mais industrializado país da Europa. Noutras nações estrangeiras, talvez com exceção da Bélgica, a relação entre a grande empresa e o pequeno e médio negócio é ainda mais desfavorável. Mas na agricultura vemos, em toda parte, a pequena e média propriedade, ao compararmos com o latifúndio, não só predominar grandemente, mas reforçar até a sua posição. No comércio e na distribuição, a relação dos grupos de empresas é semelhante.

Que o panorama patenteado pelos números resumidos nas estatísticas econômicas recebe muitos corretivos por um exame mais recente das distintas divisões analisadas é um fato que eu próprio já denunciei no meu artigo sobre *Catastrophic Theory,* depois de já me ter expressamente referido, numa anterior série de artigos, *Problems of Socialism,* ao fato de que o número de empregados numa empresa não era indicação segura para avaliar o grau da sua natureza capitalista.[1]

Mas isso não é de conseqüências particularmente importantes para nós, por enquanto. Quer as centenas de milhares de pequenas empresas tenham, em grande parte, características capitalistas ou não, quer dependam outras, total ou parcialmente, das grandes empresas capitalistas ou não, isso em muito pouco pode alterar o resultado total que as estatísticas empresariais nos oferecem. A grande e crescente variedade de empreendimentos e o caráter graduado da estrutura das empresas industriais não são refutados por essas estatísticas. Se eliminarmos da lista um quarto ou mesmo metade de todos os pequenos estabelecimentos como dependências das médias e grandes empresas, resta na Alemanha quase um milhão de empreendimentos no grupo das unidades capitalistas gigantes, descendo na escala em cada vez mais amplas classes até às centenas de milhares de pequenas empresas conduzidas à maneira artesanal, que podem, de fato, pagar tributo, mais tarde ou mais cedo, ao processo de concentração, mas que, a tal respeito, não mostram qualquer indicação de estarem para desaparecer de cena.

Segue-se que na medida em que a empresa centralizada constitui uma condição preliminar para a socialização da produção e da distribuição, tal condição é apenas parcial, mesmo nos mais avançados países

da Europa, pelo que, se na Alemanha, num futuro próximo, o Estado desejasse expropriar todas as empresas de, digamos, vinte pessoas para cima, seja para gerência estatal ou para gerir numa parte e arrendar noutra, sobrariam ainda, no comércio e na indústria, centenas de milhares de empresas, com mais de quatro milhões de trabalhadores, que seriam excluídas e prosseguiriam sob gerência privada. Na agricultura restariam, se todas as propriedades de mais de 20 hectares fossem nacionalizadas — o que ninguém sonha fazer — muitos milhões de propriedades sob gerência privada, com um total de 9 milhões de trabalhadores. Pode-se formar uma idéia da amplitude da tarefa que seria arcada pelo Estado, ou pelos estados, ao apropriar-se mesmo só das maiores empresas. Seria um questão, na indústria e comércio juntos, de cerca de cem mil negócios com cinco a seis milhões de empregados e, na agricultura, de mais de 300.000 propriedades com cinco milhões de trabalhadores. Que abundância de critério, de conhecimento prático, de talento para a administração, deve um governo ou uma assembléia nacional ter ao seu dispor para poder exercer a gerência suprema ou o controle de gerência de tão gigantesco organismo!

Mas deixemos essa questão de parte, por agora, e atenhamo-nos, firmemente, em primeiro lugar, ao fato de que a condição preliminar para a socialização da produção e da distribuição — centralização antecipada das empresas — está hoje, apenas em parte, realizada.

A segunda condição preliminar, segundo a teoria de Marx, é a conquista do poder político pelo proletariado. Podemos pensar nessa conquista de várias maneiras: pela via da luta parlamentar, mudando o direito de voto no sentido que se pretende, ou pela via da força, ou seja, por meio da revolução.[2]

É sabido que Marx e Engels, até bastante recentemente, consideraram a última inevitável, quase em toda parte, e continua a parecer inevitável para vários adeptos atuais da doutrina marxista. Freqüentemente, é também considerada como o caminho mais curto.[3]

Para isso, o povo é conduzido, antes de mais nada, pela idéia de que a classe trabalhadora é a mais numerosa e também a mais enérgica da comunidade. Uma vez na posse das rédeas do poder, não descansaria enquanto não tivesse substituído os alicerces do sistema atual por arranjos tais que fizessem impossível a restauração daquele.

Já tem sido mencionado que Marx e Engels, no estabelecimento da sua teoria da ditadura do proletariado, tinham diante dos olhos, como um exemplo típico, a época de terror da Revolução Francesa. Mesmo no *Anti-Dühring*, Engels declara que St. Simon, em 1792, ao considerar

o reinado do terror como o reinado das massas sem meios, fez uma descoberta digna de um gênio. Isso é provavelmente um exagero, mas, por muito alto que se possa apreciar a descoberta, o resultado do governo de homens sem propriedade não é mais próspero com St. Simon do que com Schiller, hoje considerado um "filisteu". Os homens sem propriedade de 1793 só eram capazes de se bater nas batalhas de outros. Poderiam unicamente "governar" enquanto se mantivesse o terror. Quando ficaram exaustos, como estava condenado a acontecer, o seu governo chegou ao fim. Segundo o ponto de vista de Marx e Engels, esse perigo não ocorreria com o moderno proletariado. Mas o que é o moderno proletariado?

Se o contamos como o conjunto de pessoas sem propriedade, todas as que não têm rendas originadas em propriedades ou em posições privilegiadas, então essas formam, certamente, a maioria absoluta da população nos países avançados. Mas esse "proletariado" seria uma extraordinária mistura de elementos os mais díspares, de classes que têm mais diferenças entre si do que o "povo" de 1789 e que, certamente, na medida em que as condições presentes de propriedade são mantidas, têm mais interesses comuns — ou, pelo menos, semelhantes — do que opostos; mas a natureza diferente de suas necessidades e interesses rapidamente se lhes tornaria conhecida, logo que as classes proprietárias e governantes fossem removidas, ou desprovidas, das suas posições.

Numa ocasião anterior, fiz o comentário de que os modernos assalariados não são daquela massa homogênea, por igual destituída de propriedade, família etc., que o *Manifesto comunista* prevê; que é justamente nas mais avançadas indústrias manufatureiras que uma inteira hierarquia de trabalhadores diferenciados se pode encontrar, entre cujos grupos apenas um moderado sentimento de solidariedade existe. Nesse comentário viu o conhecido escritor socialista H. Cunow uma confirmação do fato de que, mesmo quando estou falando na generalidade, tenho presente no espírito as condições especiais da Inglaterra. Na Alemanha e em outras nações civilizadas do continente, diz ele, não se encontra, como na Inglaterra, tal separação dos trabalhadores em melhor posição do resto do movimento revolucionário do proletariado. Em contraste com a Inglaterra, nos demais países são os trabalhadores melhor pagos que se colocam à frente da guerra de classes. O sentimento inglês de casta, acrescenta Cunow, não é uma conseqüência da diferenciação social de hoje, mas um efeito subseqüente do antigo sistema das guildas ou corporações e do velho movimento das *trade unions* que nelas se baseava.

Devo responder de novo que as afirmações do meu contraditor de modo algum constituem novidade para mim. Se certas características de sabor corporativo se podem encontrar no movimento das classes trabalhadoras inglesas, é muito menos uma herança do velho sistema das guildas, que, de fato, existiu por muito mais tempo na Alemanha do que na Inglaterra, do que um dos principais produtos da liberdade anglo-saxônica — do fato de que o operário inglês nunca, nem mesmo nos tempos da supressão do direito de associação, esteve sob a alçada de um Estado governado pela polícia. O sentido de individualidade desenvolve-se na liberdade, ou, para falar uma vez de acordo com Stirner, o sentido de *próprio*. Não exclui o reconhecimento do que é de natureza diferente e do que é de interesse geral, mas facilmente se torna causa de uma ligeira angulosidade que pode até parecer dura e de espírito estreito, quando é apenas unilateral em forma. Não pretendo desmerecer os trabalhadores alemães, e sei como prestar rendido culto ao idealismo que, por exemplo, levou os operários de Hamburgo, durante décadas, a sacrificar-se pela causa comum da luta proletária pela liberdade, o que não tem par no movimento da classe obreira; mas na medida em que pude conhecer e acompanhar o movimento proletário alemão, as reações descritas da diferenciação de atividades fizeram-se claramente notar. Circunstâncias especiais, tais como a preponderância do movimento político, a longa supressão artificial dos sindicatos operários e o fato de que, no conjunto, as diferenças em índices de salários e horas de trabalho são geralmente inferiores na Alemanha do que na Inglaterra, evitaram que se manifestassem de um modo peculiarmente contundente. Mas quem acompanhar atentamente a atividade dos órgãos sindicais alemães, encontrará suficientes fatos para confirmar o que eu disse.

As *trade unions* e sindicatos não criaram esse fenômeno, apenas o puseram em destaque, como um resultado inevitável de diferenças reais. Não pode ser de outro modo, já que diferenças vitais no processo de trabalho e no montante da renda produzem, inevitavelmente, diferentes condutas e exigências da vida. O operário altamente especializado que fabrica instrumentos de precisão e o mineiro, o decorador de casas e o porteiro, o escultor ou modelador e o servente, levam gêneros de vida diferentes, em regra, e têm por isso espécies diferentes de necessidades. Onde a luta pelos seus padrões de vida não conduza à colisão entre eles, o fato de serem todos assalariados pode apagar essas diferenças em suas idéias, e a consciência de que estão conduzindo a mesma luta contra o capital pode, então, produzir uma vívida e mútua

simpatia. Essa simpatia não falta na Inglaterra; os mais aristocráticos dos aristocráticos sindicalistas mostraram, freqüentemente, a sua solidariedade aos trabalhadores em piores condições, pois a maior parte deles são muito bons democratas, se não socialistas.[4] Mas há uma grande diferença entre essa simpatia política ou social e a solidariedade econômica, que uma mais forte pressão política e econômica pode neutralizar, mas que, à medida que essa pressão diminua, acabará por impor-se a si própria de uma maneira ou de outra. É um grande erro supor que a Inglaterra constitui, nesse aspecto, uma exceção, em princípio. O mesmo fenômeno ocorre na França, de outra forma. É assim na Suíça, nos Estados Unidos e, como disse, também na Alemanha, até certo ponto.

Mas mesmo supondo que essa diferenciação não existe na classe operária industrial, ou que não exerce qualquer influência na maneira de pensar dos trabalhadores em causa, os trabalhadores industriais não deixarão, todavia, de ser, em toda parte, a minoria da população. Na Alemanha, em conjunto com os trabalhadores das indústrias caseiras, uns 7.000.000 em 19.000.000 de pessoas que recebem rendas são assalariados industriais. Temos, além disso, os serviços técnicos civis do Estado, os empregados de lojas, os trabalhadores rurais.

Nesse aspecto, a diferenciação é ainda mais marcada em toda parte, da qual maior evidência não existe do que a dolorosa história dos movimentos no rumo da organização dessas classes trabalhadoras em uniões industriais como as *trade unions*.[5] É praticamente impossível dizer que os cinco ou seis milhões empregados na agricultura (que as estatísticas alemãs registram, depois de deduzirem os quadros superiores de assistentes, despenseiros, mordomos etc.) lutarão para obter uma melhoria nas suas condições de vida com a mesma força dos operários industriais.

Só com um número bastante reduzido se poderá propor ou esperar séria inclinação para, e a exata compreensão de, ações que ultrapassem a simples melhoria das condições de trabalho. Para a grande maioria deles, a socialização da agricultura não pode ser algo mais do que bonitas palavras ocas. O ideal do trabalhador rural é, pelo contrário, obter a sua própria terra.

Entretanto, o desejo das classes proletárias industriais de lograrem uma produção socialista é, para a maior parte, mais um assunto de suposição do que uma certeza. Com base no incremento do número de votos socialistas em eleições públicas, pode-se certamente deduzir um aumento firme de aderentes à luta socialista, mas ninguém manteria

que todos os votos dados a socialistas provêm de socialistas. Mesmo se supusermos que todos esses votantes acolheriam com alegria uma revolução que colocasse os socialistas no leme do governo, pouco seria feito, mesmo então, no caminho da solução do principal problema.

Creio que posso considerar como geralmente admitido que não haveria questão de uma imediata encampação total pelo Estado dos meios de fabricação e distribuição dos produtos. O Estado não poderia mesmo encarregar-se da totalidade das empresas médias e pequenas, nem as autoridades locais, como elos de ligação, poderiam fazer grande coisa para auxiliar a intervenção estatal. Poderiam socializar-se, no máximo, aqueles negócios que produzem, ou prestam serviços, localmente, para uma localidade, e mesmo assim já teriam uma complicada pequena tarefa a realizar. Mas poder-se-á imaginar o que seria a súbita municipalização daquelas grandes empresas que tinham até então trabalhado para os mercados de fora?

Tomemos para exemplo uma cidade industrial de tamanho apenas médio, digamos, Ausburgo, Barmen, Dortmund, Hanau, Mannheim. Será alguém tão louco a ponto de imaginar que as comunas poderiam aí, numa crise política ou em qualquer outra ocasião, encampar as diversas empresas industriais e comerciais dessas localidades e colocá-las sob a sua gerência, dirigindo-as com êxito? Ou teriam de as deixar nas mãos dos antigos proprietários, ou se quisessem absolutamente realizar a expropriação, seriam forçadas a entregá-las a associações de trabalhadores, em determinadas condições de empréstimo.

A questão, em todos esses casos, resolver-se-ia a si própria numa questão do poder econômico das associações, isto e, de cooperação.

b) As Capacidades Econômicas das Associações Cooperativas

A questão das capacidades das associações já foi antes tratada muito curiosamente na literatura marxista. Se deixarmos de parte a literatura dos anos sessenta, verificar-se-á que muito pouco foi escrito, com exceção de observações muito genéricas e em grande parte negativas, a respeito do movimento cooperativo. Não é preciso ir buscar muito longe as razões de tal negligência.

Primeiro, a prática marxista é predominantemente política, dirigida no sentido da conquista do poder político e seus atributos, dando quase exclusivamente importância ao movimento das *trade unions,* como

forma direta da luta de classes dos trabalhadores. Mas no que respeita às sociedades cooperativas, a convicção forçou Marx a pensar que, numa pequena escala, eram estéreis e, o que é mais, teriam apenas, em última análise, um valor experimental muito limitado. Só através da comunidade poderia alguma coisa ser principiada. Marx exprimiu-se ele próprio nesse sentido, a respeito das associações de trabalhadores, no livro *18 Brumaire*.[6]

Mais tarde, modificou de algum modo o seu juízo sobre as sociedades cooperativas, para o que as resoluções sobre o sistema de cooperação, homologadas pelo Conselho Geral da Internacional, no Congresso de Lausanne e Genebra, servem de testemunho, bem como o trecho, aparentemente inspirado por Marx e, em todo caso, por ele aprovado, no livro de G. Eccarius, *A Workman's Refutation of John Stuart Mill*, onde o mesmo significado é aplicado às associações como precursoras do futuro, identicamente ao papel desempenhado pelas guildas em Roma e na Idade Média; por fim, o trecho a que já aludi, no terceiro volume de *O capital*, que, tendo sido escrito na mesma época que as ditas resoluções do Congresso e o livro de Eccarius, dá relevo à importância das associações industriais dos trabalhadores como forma de transição para a produção socialista. Mas a carta no anteprojeto do Programa de Gota (1875) de novo soa muito mais cética a respeito das associações, e esse ceticismo reina desde 1875 sobre toda a literatura marxista.

Isso pode ser, em parte, o resultado da reação formada após a Comuna de Paris e que deu a todo o movimento das classes trabalhadoras outro caráter quase exclusivamente político. Mas é também o resultado de tristes experiências sofridas em toda parte pelas sociedades cooperativas. As ambiciosas esperanças originadas pelo progresso do movimento cooperativista inglês não se tinham realizado. Para todos os socialistas dos anos sessenta, as sociedades de produção eram a preocupação principal, os armazéns cooperativos ocupando um plano secundário. Prevaleceu a opinião — à qual até Engels, no seu ensaio sobre a questão do alojamento, deu expressão — de que, logo que os armazéns cooperativos abrangessem em toda parte a grande massa dos trabalhadores, uma conseqüência inevitável seria a redução dos salários.[7] A resolução elaborada por Marx para o Congresso de Genebra diz o seguinte:

> Recomendamos aos trabalhadores que perfilhem a produção cooperativa, em lugar dos armazéns cooperativos. Estes últimos tocam apenas a superfície do

sistema econômico atual, o primeiro atinge as suas bases fundamentais... Para obstar que as sociedades cooperativas degenerem em vulgares companhias burguesas, todos os trabalhadores nelas filiados, acionistas ou não, deviam receber a mesma quota-parte. Como expediente meramente temporário, pode concordar-se em que os acionistas recebam, além disso, um dividendo moderado.

Mas, pelo contrário, foram as sociedades de produção, e não as cooperativas, que fracassaram quase em toda parte nos anos sessenta. Ou tinham sido forçadas a dissolver-se ou tinham degenerado em pequenos negócios que, se não empregavam homens pelo seu salário, tal e qual outro qualquer negócio corrente, viam-se enfraquecer aos poucos até se extinguirem por completo. Por outro lado, as sociedades de consumidores estavam, ou pareciam estar, convertendo-se em meras lojas "filistéias" de venda a varejo. Não admira, pois, que as pessoas dos círculos socialistas voltassem cada vez mais as costas ao movimento cooperativo.

Duas circunstâncias são responsáveis pelo fato de que falta em Marx uma crítica compreensiva da cooperação. Em primeiro lugar, na altura em que ele escreveu havia ainda escassa experiência das diferentes formas de cooperação, de modo que ele pudesse formular um juízo na base do existente. Os bazares de permuta, que pertenceram a um período anterior, tinham resultado num absoluto fracasso. Mas, em segundo lugar, Marx não encarou as sociedades cooperativas com aquela isenção de preconceitos que teria possibilitado à sua faculdade de observação aguda dos problemas penetrar mais fundo do que a média dos teóricos socialistas. Mas, nesse ponto, a sua doutrina já formada — ou, se me permitem a expressão, a fórmula — de expropriação interpôs-se no caminho e impediu-o de usar o seu grande poder de análise. A sociedade cooperativa era aceitável, para ele, na forma em que representasse o mais direto contraste com a empresa capitalista. Daí a recomendação aos trabalhadores para que organizassem sociedades cooperativas de produção, porque essas atacavam o sistema econômico existente "nos seus alicerces". Isso está bem no espírito dos dialéticos e corresponde formal e integralmente à teoria da sociedade que principia pela produção como, em última análise, fator decisivo da forma da sociedade. Também corresponde, aparentemente, à concepção que atribui ao antagonismo entre o trabalho já socializado e a apropriação privada a contradição fundamental no moderno processo de produção, que está fazendo pressão para que se solucione. A cooperação produtiva aparece como solução prática desse antagonismo. É nesse sentido que Marx

pensa nela, isto é, aquela espécie de sociedade onde os "trabalhadores, como uma associação, se constituem em seus próprios capitalistas",[8] de modo que, se reproduzisse necessariamente todos os defeitos do sistema presente, pudesse mesmo assim anular, de fato, o antagonismo entre o capital e o trabalho, unificando-os e provando supérflua, portanto, a existência de um patrão capitalista. Todavia, a experiência tem desde então mostrado que a cooperação industrial, constituída apenas nesse rumo não estava, e não está, em posição de produzir tal prova; tem mostrado, também, ser a mais infeliz forma de trabalho associado; e que Proudhon tinha bastante razão quando, a tal respeito, sustentou, contra a opinião de Louis Blanc, que as associações "não eram uma força econômica".[9]

A crítica social democrática procurou até hoje as causas do fracasso econômico das sociedades cooperativas puramente produtivas na sua falta de capital, de crédito e de vendas, e explicou a decadência das associações que não faliram economicamente pela influência corruptora do mundo capitalista e individualista que as cercava. Tudo isso aponta para o problema, mas de modo algum esgota o assunto. De uma grande série de associações produtivas que fracassaram financeiramente, é indubitavelmente certo que dispunham de capital suficiente para a sua atividade e não tinham maiores dificuldades em vender do que qualquer fabricante vulgar. Se a associação produtiva da espécie em causa fosse, de fato, uma força superior à da empresa capitalista ou mesmo de poder econômico, então deveria, pelo menos, ter continuado e crescido na mesma proporção que a de muitas empresas privadas que principiaram com meios muito mais modestos, e não teria sucumbido tão mesquinhamente à influência "moral" do mundo capitalista circundante, como afinal sucedeu, uma vez atrás de outra. A história das sociedades produtivas cooperativas que não fracassaram financeiramente fala ainda mais alto contra essa forma de "fábrica republicana" do que a falência das restantes. Porque a história das primeiras diz que novos desenvolvimentos significam, simplesmente, exclusividade e privilégio. Longe de atacarem os alicerces do atual sistema econômico, elas deram, muito pelo contrário, uma prova da sua relativa solidez.

Por outro lado, os armazéns cooperativos, sobre os quais os socialistas das últimas décadas alimentavam opiniões tão depreciativas, provaram realmente, no decurso do tempo, ser uma verdadeira força econômica — isto é, um organismo apto a desempenhar as suas funções e capaz de um alto nível de desenvolvimento. Contra os tristes números

que as estatísticas das sociedades cooperativas puramente produtivas nos oferecem, os números dos armazéns cooperativos de trabalhadores mostram-se como o orçamento de um empório de envergadura mundial ao lado das contas de uma cidadezinha do interior. E as oficinas construídas e conduzidas em razão de tais armazéns cooperativos já produziram muitas vezes mais o montante de artigos que foram fabricados pelas sociedades cooperativas puramente, ou quase puramente, produtivas.[10]

As razões mais profundas para o descalabro tanto econômico como moral das associações genuinamente produtivas foram excelentemente apresentadas pela Senhora Beatrice Webb[11] na sua obra sobre o Movimento Cooperativo Britânico, apesar de se poderem apontar, talvez, aqui e ali, alguns exageros. Para a Senhora Webb, como para a grande maioria dos cooperativistas ingleses, a sociedade que pertence aos trabalhadores não é socialista ou democrática, mas "individualista". Há quem possa ofender-se na escolha dessa palavra, mas a linha de pensamento é bastante correta. Esta associação não é socialista, como Robertus, de fato, já demonstrou. Quando os trabalhadores empregados são os proprietários exclusivos, a sua constituição é uma contradição viva em si própria. Pressupõe igualdade na oficina, uma completa democracia, uma república. Mas logo que atinge certo tamanho — que pode ser relativamente modesto — a igualdade rompe-se, porque a diferenciação de funções logo se torna necessária e, com ela, a subordinação. Se a igualdade se suspende, a pedra fundamental da estrutura do edifício é retirada do seu lugar e as outras pedras vão-se desmoronando sucessivamente com o tempo. Dai à decadência do objetivo inicial e à conversão numa empresa comercial corrente é um passo. Mas se a igualdade é mantida, então a possibilidade de expansão é cerceada, e a unidade mantém-se pequena. Eis a alternativa para todas as associações puramente produtivas. Nesse conflito, todas elas ou romperam suas estruturas iniciais ou definharam. Longe de serem uma forma adequada de remover o capitalismo do terreno das modernas e grandes indústrias, constituem, antes, um regresso à produção pré-capitalista. Isso é tanto assim que os raros exemplos onde tiveram um relativo sucesso ocorreram em atividades artesanais, a maioria delas não na Inglaterra, onde o espírito das grandes indústrias domina os trabalhadores, mas na fortemente "pequena burguesa" França. Psicólogos de nações gostam de indicar a Inglaterra como a nação onde o povo deseja igualdade na liberdade, a França como a terra onde desejam liberdade na igualdade. A história das associações produtivas francesas

inclui, de fato, muitas páginas onde os maiores sacrifícios foram aceitos com devoção comovedora para a manutenção da igualdade formal. Mas não mostra uma única associação puramente produtiva do moderno tipo de grande indústria, embora esta se encontre, contudo, razoavelmente espalhada em toda a França.

O Dr. Franz Oppenheimer, no seu livro, *Die Siedlungsgenossenschaft*[12] teve o mérito de ampliar materialmente e tornar mais profunda a investigação da Senhora Webb. Oferece, nos primeiros capítulos, numa classificação muito bem ordenada, uma análise das diferentes formas de associação que, em certos pormenores, com dificuldade poderia ser excedida em clareza crítica. Oppenheimer inclui na classificação das associações a separação, em princípio, entre associações para compra e venda, cuja importância, em nossa opinião, ele sobrestima em certos pontos isolados, mas que, no seu todo, deve ser notada como muito útil e na base da qual é possível uma explicação verdadeiramente científica da falência financeira e moral das associações puramente produtivas — uma explicação em que faltas pessoais, escassez de meios etc., pela primeira vez se movem para um lugar secundário, como fatores acidentais que explicam a exceção, mas não a regra. Só na medida em que a associação é essencialmente uma associação de compradores é que as suas finalidades gerais e interesses peculiares justificam e tornam desejável a sua extensão. Mas quanto mais a associação é de vendedores, e quanto mais é para a venda de produtos fabricados por ela própria (o caso fica ligeiramente modificado nas associações de camponeses), tanto maior é a oposição interna. Suas dificuldades crescem, com o próprio crescimento da associação. Os riscos tornam-se maiores, a luta pela venda mais difícil; o mesmo é verdade relativamente à obtenção de crédito, e a luta pelo lucro ou pelo dividendo dos membros individuais, na massa geral do lucro, torna-se mais dura. É portanto forçada, de novo, a entrar pelo caminho da exclusividade. O seu interesse em lucros opõe-se não só ao interesse dos compradores, mas também ao de todos os outros vendedores. A associação de compradores, por outra parte, ganha com o crescimento; o seu interesse, relativamente a lucro, se bem que oposto ao dos vendedores, está em acordo com o de todos os demais compradores, luta por manter a um baixo nível a percentagem de lucro, pelo barateamento do produto — um objetivo de todos os compradores como tal, bem como da comunidade como um todo.

A partir dessa diferença na natureza econômica das duas espécies, nasce também a diferença nos seus tipos de gerência, tão claramente

indicados pela Senhora Webb: o caráter essencialmente democrático de todas as associações genuínas de compradores, e a tendência para a oligarquia no caráter de todas as associações puramente de vendas.

A diferenciação das associações entre as de compradores e as de vendedores é de muito valor para a teoria da natureza das associações, porque está, por sua vez, relacionada com a teoria socialista. Aquele que objetar aos termos "compra" e "venda", como formados muito especialmente para a produção capitalista de bens de consumo, e substituir ambos pelos termos "provisão" e "troca", reconhecerá então, ainda com mais clareza, quão maior importância o primeiro tem para a comunidade do que o último. A provisão de mercadorias é o interesse geral e fundamental. A seu respeito, todos os membros são associados em princípio. Todos consomem, embora nem todos produzam. Até a melhor associação produtiva, na medida em que for apenas uma associação para venda e permuta, permanecerá sempre numa situação de latente oposição à comunidade, terá interesses separados porque opostos a ela. Com uma associação produtiva que exerça qualquer ramo de produção ou de serviço público por sua própria conta, a comunidade terá os mesmos pontos de diferença que com uma empresa capitalista e dependerá totalmente das circunstâncias se um arranjo com ela for mais fácil do que com outra.

Mas, voltando ao ponto de partida que nos conduziu a essa discussão no domínio da teoria de associações, o suficiente foi mostrado para provar que é um grande erro acreditar que a fábrica moderna produza em si própria uma considerável disposição para o trabalho associado. E, do mesmo modo, a república na oficina torna-se um problema mais difícil na medida em que o empreendimento se torna maior e mais complexo. Para fins excepcionais, pode dar resposta a homens que pretendam nomear os seus chefes imediatos e ter o direito de os remover. Mas para as tarefas que a gerência de uma grande fábrica comporta, onde, dia a dia, hora a hora, têm de ser tomadas decisões que sempre geram uma oportunidade de atrito, é simplesmente impossível que o que dirige seja um subordinado daqueles a quem dirige, e que esteja dependente, para a sua posição, do favor ou do mau humor daqueles. Sempre se tem provado ser impossível manter semelhante regime e em todos os casos levou a uma transformação nas formas da fábrica socializada. O desejo dos trabalhadores de se apoderarem de novos empreendimentos onde estão empregados, transformando-os em fábricas socializadas e tomando as correspondentes responsabilidades e riscos, mantém-se numa proporção inversa à envergadura do em-

preendimento. Mas as dificuldades avolumam-se numa percentagem crescente.

Que se olhe, uma vez, o problema concreto e se observe o que aconteceria em qualquer grande empresa industrial, um grande estabelecimento de construção de máquinas, uma grande fábrica de produtos químicos, uma grande oficina de material elétrico, ou uma editora moderna. Todas essas grandes e semelhantes empresas podem certamente ser muito bem administradas por associações cooperativas, às quais todos os empregados podem pertencer, mas estão absolutamente fora das possibilidades de uma gerência socializada dos próprios empregados. Seria então demonstrado, da maneira mais evidente, o que Cunow vem contestando, a saber, que o sentimento de solidariedade entre grupos de operários, diferentes quanto a nível de educação, maneira de viver etc., é assaz moderado. O que usualmente se entende por trabalho associado não passa de uma errônea tradução das formas muito simples de trabalho cooperativo, tal como grupos, bandos etc., de trabalhadores não-diferenciados para a execução de uma determinada missão e que, no fundo, não passa de uma empreitada em grupo.[13]

O que a própria comunidade não puder tomar ela própria em suas mãos, seja pelo Estado, pelo distrito ou pela municipalidade, faria muito melhor, pelo menos, em épocas tempestuosas, deixando como está e não se metendo com o seu funcionamento normal. A ação aparentemente mais radical cedo se provaria ser também a mais ineficiente. As associações cooperativas capazes de viver não se podem permitir a si próprias ser geradas por mágica ou estabelecidas por ordem; devem crescer. Mas crescem onde o solo está preparado para elas.

As sociedades cooperativas britânicas possuem hoje as £15.000.000,[14] que Lassalle considerava suficientes como crédito estatal para levar avante o seu esquema de associação. Em proporção à riqueza nacional britânica aquele montante representa apenas uma pequena fração; depois de subtraído o capital investido no estrangeiro e ainda calculado duas vezes, não chega à centésima parte do capital nacional. Mas não esgota em muito o poder de capital do trabalhador britânico e está firmemente crescendo. Quase duplicou em dez anos, desde 1887 a 1897, e subiu mais rapidamente do que o número de membros. Estes aumentaram de 851.211 para 1.468.855, o capital de 11,5 milhões de libras esterlinas para 20,4 milhões. A *produção* das sociedades tem subido ultimamente, ainda com maior rapidez. O seu valor em 1894 cifrava-se, apenas, em £4.950.000, no total, e em 1897 já quase dobrara aquele montante, ou seja, £9.350,000.[15]

São números tão surpreendentes que, quando os lemos, perguntamos involuntariamente: onde estão os limites para tal crescimento? Os entusiastas do sistema de cooperação calcularam que, se as sociedades britânicas acumulassem os seus lucros em vez de os distribuírem, dentro de aproximadamente vinte anos estariam em posição de comprar a terra toda do país, com suas fábricas e casas. Isso, claro, é um cálculo feito à maneira do maravilhoso cálculo dos juros compostos, no celebrado caso do centavo investido no ano um. Esquece-se a existência de coisas como renda a pagar pelo terreno ocupado e supõe-se uma continuidade de crescimento que é fisicamente impossível. Negligencia-se o fato de que é quase impossível atrair as classes mais pobres para uma sociedade cooperativa ou que elas só poderão ser abrangidas muito gradualmente, na melhor das hipóteses. Esquece-se também o fato de que, nas zonas agrícolas, só uma esfera muito limitada está aberta à criação de sociedades cooperativas e que estas podem reduzir, mas não aniquilar, os encargos do negócio varejista, pelo que sempre surgirão oportunidades para os empresários privados se adaptarem às novas condições e, assim, um retardamento na sua expansão, a partir de certo tempo, torna-se quase uma necessidade matemática. Esquece-se, acima de tudo, ou deixa-se fora de consideração, que, sem uma distribuição de dividendos, o movimento cooperativo estaria, geralmente, num ponto morto; que para a grande maioria das classes da população é só o dividendo e nada mais, essa traiçoeira maçã de pecado dos idealistas do sistema cooperativo, que constitui a principal atração da sociedade cooperativa. Se o que hoje freqüentemente se sustenta é muito exagerado, a saber, que o dividendo da sociedade cooperativa não serve de medida à muito maior acessibilidade de preços dos seus artigos, que o comércio independente vende tantos artigos e tão baratos, em média, quanto os dos armazéns cooperativos, pelo que o dividendo só representa a soma de pequenas e imperceptíveis subidas nos preços de certos artigos, apesar de tudo isso, o exagero não é de todo infundado. O armazém cooperativo dos trabalhadores tanto é uma espécie de caixa econômica como um meio de combater a exploração que o comércio varejista significa para as classes trabalhadoras.

Mas como em muitas pessoas o impulso de economizar não é muito profundo, elas seguem a conveniência de comprar na loja mais próxima, em vez de se meterem em incômodos só para receber tal dividendo. Além disso, seria um grande equívoco dizer que a Inglaterra era, originalmente, um terreno favorável para a criação de sociedades cooperativas. Muito pelo contrário. Os hábitos das classes trabalhado-

ras, o aumento da área das cidades, causado pelo sistema de habitação individual em chalés, contrabalançam a tal respeito a influência de melhores salários. O que na Inglaterra foi conseguido resultou do árduo e persistente trabalho de organização.

E é trabalho que valeu, e ainda vale, a pena. Mesmo que a sociedade cooperativa nada mais fizesse do que baixar a percentagem de lucro dos comércios varejistas, já teria alcançado uma vitória extremamente útil para a economia nacional. E não pode haver dúvida de que trabalha nesse sentido. Aqui está algo a que a classe trabalhadora pode deitar mão para se apoderar de uma porção considerável da riqueza social, que, de outro modo, serviria para aumentar a renda das classes proprietárias e, daí, o seu fortalecimento. E tudo isso conseguido sem destruição de vidas, sem recurso à força, o que, como está provado, não é coisa tão simples como parece.

Podemos considerar como provado que a sociedade cooperativa se revelou como um fator econômico de importância e se outros países não estão tão adiantados como a Inglaterra nesse aspecto, de qualquer modo o movimento já adquiriu raízes sólidas na Alemanha, na França, na Bélgica etc., e conquista cada vez mais terreno. Abstenho-me de citar números, pois o fato é muito conhecido e a apresentação contínua de cifras torna-se cansativa. É claro que certos ardis legais podem entravar a expansão das sociedades cooperativas e o completo desenvolvimento das suas possibilidades inatas; e o seu êxito depende, outra vez, de certo grau de desenvolvimento econômico geral, mas, neste capítulo, estamos sobretudo interessados em mostrar o que a cooperação pode fazer. E mesmo no caso em que não seja necessário ou possível que as associações, como hoje as conhecemos, tomem algum dia posse de toda a produção e distribuição dos bens de consumo; e se o domínio crescente do serviço público no Estado e nos conselhos municipais ou distritais puser um limite a essa posse, por outro lado; mesmo assim e apesar de tudo fica ainda aberto um vasto campo à cooperação, pelo que, sem cair nas cooperativas utópicas a que me referi, estamos certos em esperar muito delas. Se nos pouco mais de cinqüenta anos que decorreram desde o movimento iniciado com as £28 dos tecelões de Rochdale uma organização que manipula um capital de £20.000.000 foi criada e desenvolvida, necessitaríamos de grande coragem para estar prontos a profetizar quão perto estaremos do tempo em que se atingirá o limite do seu crescimento, e que formas de movimento estão ainda latentes e adormecidas nos anos incógnitos do seu futuro.

Para muitos socialistas, o movimento cooperativo não é aceitável porque lhes parece demasiado "burguês". Há empregados assalariados e operários trabalhando a féria. Fazem-se lucros, pagam-se juros e ocorrem discussões a respeito do montante de dividendos. Claro que se olharmos tão-só para a forma das coisas, uma escola pública de ensino primário, por exemplo, é uma instituição muito mais socialista do que uma sociedade cooperativa. Mas o desenvolvimento dos serviços públicos tem o seu limite e requer tempo, e entretanto a sociedade cooperativa é a forma acessível mais fácil de associação para as classes trabalhadoras, precisamente porque é tão "burguesa". Assim como é utópico imaginar que a comunidade saltaria toda de um golpe para uma organização e uma maneira de viver diametralmente opostas às da atualidade, assim também seria utópico arranjar, para começo do movimento, a forma mais complicada de organização socializada.

Entrementes, a produção cooperativa também se realizará, embora através, provavelmente, de outras formas diferentes das que os primeiros teóricos do sistema cooperativo imaginaram. No momento, a cooperativa de produção é a mais difícil forma de realização do ideal cooperativista. Já foi mencionado que os cooperativistas ingleses manipulam mais do que as £15.000.000 que Lassalle requeria para o seu projeto de associação. E se o problema fosse apenas uma questão financeira, outros recursos pecuniários estariam à disposição daquelas. As sociedades fraternais, as *trade unions,* têm dificuldades em descobrir onde investir seus fundos acumulados. Mas não se trata exatamente, ou somente, de uma questão de recursos financeiros. E muito menos de uma questão de erigir novas fábricas para um mercado já abastecido. Não faltam as oportunidades de compra de fábricas já existentes e bem equipadas. É agora, em grande parte, uma questão de organização e de gerência; é nesse ponto que ainda falta muito.

"É capital o que, em primeiro lugar, nos falta?", lê-se num artigo do *Co-operative News,* órgão periódico da Sociedade Britânica; e o autor do artigo responde à questão com uma negativa peremptória. "Pelo que parece, temos atualmente à nossa disposição umas £10.000.000 que apenas aguardam ser utilizadas à maneira cooperativa, e mais £10.000.000 poderiam, sem dúvida, ser rapidamente obtidas, se estivéssemos em posição de aplicá-las utilmente no nosso movimento. Não devemos, portanto, esconder o fato, já que é um fato bem claro, que mesmo na altura atual de desenvolvimento do mundo cooperativo, há uma necessidade muito maior de inteligências e de capacidades do que de mais dinheiro. Quantos, entre nós, nada comprariam que não fosse

feito e acabado sob condições cooperativas de produção, se fosse possível viver de acordo com esse ideal? Quantos de nós não tentaram, uma vez ou outra, usar artigos fabricados por cooperativas, sem estarem perfeitamente satisfeitos com o seu padrão?"[16]

Em outras palavras, meios financeiros por si só não resolvem o problema do trabalho cooperativo. É necessário, deixando outras hipóteses fora de questão, haver organização e líderes próprios, duas coisas que não se improvisam. Ambos têm de ser procurados e experimentados e, portanto, é mais do que duvidosa a possibilidade de que, num período em que todos os sentimentos estão inflamados e as paixões excitadas, como numa revolução, se encontrasse o caminho para uma solução desse problema, o qual, mesmo em tempos normais, já mostrou não ser fácil. Em sã consciência, é o contrário que se deve admitir.

Não vou ampliar aqui a análise de outras formas do sistema cooperativo (sociedades de empréstimo e de crédito, de matérias-primas, associações de armazéns, associações agrícolas e de laticínios etc.), pois são de importância secundária para a classe assalariada. Contudo, em conseqüência da importância que a questão dos pequenos agricultores (que também pertencem à classe trabalhadora, embora não sejam assalariados) tem para a democracia social, e em vista do fato que os artesãos e pequenas atividades afins exercem ainda uma função de certo relevo, pelo menos de acordo com o número de pessoas que empregam, devo salientar o progresso que o sistema cooperativo fez nesse sentido. As vantagens da compra cooperativa de sementes, da compra ou arrendamento cooperativo de máquinas agrícolas e outras, e a venda cooperativa dos produtos, bem como a possibilidade de crédito em condições acessíveis, não podem salvar camponeses já arruinados, mas são um meio de proteger da ruína milhares e dezenas de milhares de pequenos camponeses e agricultores. Não pode haver dúvida a tal respeito. Existem oportunidades excepcionalmente abundantes, hoje em dia, para a aquisição de pequenas propriedades rurais. Seria grosseiro dizer, como fazem alguns autores, que, com referência às vantagens das grandes e pequenas empresas, para a agricultura prestam exatamente as leis opostas às da indústria. Mas não será demasiado afirmar que a diferença é bastante extraordinária e que as vantagens que as grandes fazendas, poderosas no capital e bem equipadas, têm sobre as pequenas não são de tal importância que estas não lhes possam fazer frente, em grande parte, por um uso mais completo do sistema de cooperação. A utilização da energia mecânica, a obtenção de crédito, a melhor segurança nas vendas, tudo isso é acessível aos

camponeses por meio da cooperação, enquanto a natureza da sua lavoura torna mais fácil a eles do que aos grandes fazendeiros encarar prejuízos ocasionais. Tenha-se em conta que a grande massa de camponeses não é simplesmente produtora de artigos para consumo geral; eles próprios colhem uma parte considerável do que necessitam para a sua alimentação.[17]

Em todos os países de civilização avançada o sistema cooperativo está aumentando rapidamente de amplitude e projeção. A Bélgica, a Dinamarca, a França, a Holanda e, ultimamente, a Irlanda, não mostram um panorama diferente do da Alemanha, nesse aspecto. É importante que a democracia social, em vez de andar pescando nas estatísticas provas para demonstrar a teoria preconcebida da ruína da classe dos pequenos lavradores, examine, antes, com atenção, o problema do movimento cooperativo no país e a sua importância. As estatísticas de vendas forçadas, de sucessivas hipotecas etc., são, em muitos aspectos, enganadoras. Sem dúvida, a propriedade rústica é hoje mais móvel que nunca; mas essa mobilidade não atua só de um lado. Até agora, os lances ocasionados pelas vendas forçadas nunca deixaram de ser cobertos por novos interessados.

No que respeita às classes agrícolas, estamos encarando o fato de que, quaisquer que sejam os arranjos cooperativos por elas feitos, um pormenor na cooperação tem sido sempre, até hoje, arredado daqueles: o cultivo da própria terra, isto é, a lavoura do campo e campina, bem como a muito importante criação de gado. Diversas espécies de trabalho relacionados com a lavoura, e dela dependentes, são conduzidas cooperativamente ou, pelo menos, para sociedades cooperativas, mas a lavoura abandona, aqui e ali, as normas da atividade cooperativa. Será a cooperação menos vantajosa para a agricultura do que para as outras indústrias? Ou é simplesmente a propriedade privada do camponês que se atravessa no caminho?

O fato já foi acentuado: freqüentemente a divisão da terra entre muitos proprietários é um grande obstáculo ao cultivo cooperativo do solo. Mas não constitui o único entrave ou, para nos exprimirmos de outra maneira, aumenta as dificuldades; não sendo, habitualmente, a causa destas. A separação dos trabalhadores pelas distâncias, bem como o caráter eminentemente individualista de uma grande parte do trabalho agrícola, exercem também uma influência no problema. É possível que os sindicatos de camponeses, que ainda são de tão recente data, possam neutralizar esses obstáculos, em fases futuras do seu desenvolvimento, ou — o que me parece ainda mais provável — que os empurrem

gradualmente para lá dos seus atuais limites. Mas entretanto não se pode contar ainda com eles.

A própria produção agrícola *para* cooperativas é, atualmente, mais um problema insolúvel. Os armazéns cooperativos ingleses não fizeram pior negócio com qualquer outra empresa do que com as suas próprias fazendas. Em nenhum outro lugar os camponeses arrecadam maiores lucros da exploração do solo do que na Escócia. As cifras de lucro no trigo, na aveia etc., por acre, são muito mais altas na Escócia do que na Inglaterra. Mas uma fazenda de cooperativas escocesas, equipada com maquinaria que representava um capital de £12.500, demonstrou ser um fracasso total. Em 1894, produziu um lucro de 0,6% e, em 1895, um prejuízo de 8,1% . Mas que sucede com as associações de trabalhadores agrícolas? Oferecerá a cooperação produtiva dos trabalhadores agrícolas melhores perspectivas do que a cooperação produtiva dos trabalhadores industriais?

A questão é tanto mais difícil de responder quanto é certo que escasseiam suficientes exemplos práticos. O exemplo clássico de tal sociedade cooperativa, a famosa associação de Ralahine, durou muito pouco tempo (1831-33) e enquanto existiu esteve excessivamente sob a influência do seu fundador Vandeleur e do seu agente Craig, para que possa de fato servir como prova válida do poder real das associações independentes dos trabalhadores da terra. Apenas mostra a grande vantagem de associações, sob determinadas circunstâncias e pressupostos.

As experiências das colônias comunistas são idênticas. Estas vingaram por muito tempo, praticamente ou virtualmente isoladas, sob circunstâncias que se deveriam considerar bastante desfavoráveis. Mas, logo que atingiram um nível mais elevado de prosperidade e chegaram ao momento de uma interpenetração mais íntima com o mundo exterior, principiaram a decair rapidamente. Só um forte laço religioso ou outro de semelhante natureza, um muro de sectarismo levantado entre elas e o mundo circundante poderá aparentemente manter essas colônias juntas, quando atingirem um nível de riqueza. Mas o fato de que para os homens é necessário que sejam limitados de algum modo no seu desenvolvimento, a fim de que tais colônias sobrevivam, prova que elas não podem jamais constituir o tipo geral de trabalho associado. Mantêm-se, em face do socialismo, no plano da pura associação industrial de produção. Atuaram, contudo, como brilhante prova das vantagens da cooperação.

Com base em todos esses fatos e nos ensaios que fazendeiros inteligentes fizeram com o arrendamento de suas terras a cooperativas,

repartindo os lucros com os trabalhadores agrícolas etc., o Dr. F. Oppenheimer desenvolveu no seu já mencionado livro a idéia de uma associação agrícola, a que ele chama *Siedlungsgenossenschaft* (Associação de Colonização Cooperativa). Pretende ser uma associação de trabalhadores agrícolas, ou como tal principiar, e deverá combinar a administração individual com a gerência cooperativa — isto é, a pequena lavoura com o trabalho associado em grande escala, como é o caso atual, aliás, em grandes latifúndios, onde parcelas na sua periferia são conservadas em lotes de renda mais ou menos elevada e os quais, na maioria dos casos, são administrados de maneira muito mais exemplar e lucrativa. Oppenheimer concebeu uma repartição correspondente na sua *Siedlungsgenossenschaft,* com uma só diferença: que, nesse caso, a intenção não é, naturalmente, baixar o preço da mão-de-obra a favor da fazenda central a cuja volta se agruparam as pequenas propriedades, mas, pelo contrário, que seja dada uma oportunidade a cada membro individual de desfrutar, numa porção de terra suficientemente ampla, todos os encantos materiais e outros de uma fazenda própria e de, no seu cultivo, empregar toda a força de trabalho que não faz falta à fazenda central da associação, dando-lhe promessas de melhores ganhos ou satisfazendo às tendências da sua individualidade. Mas para o restante, à associação cabe utilizar todas as vantagens da moderna empresa de envergadura, adotando todos os arranjos cooperativos e mutualistas adequados ao interesse do negócio e dos seus membros.

Não é este o local aconselhável para examinar mais atentamente a proposta de Oppenheimer e a teoria em que se baseia. Mas creio que devo observar, apenas, não merecer ela a animosidade que tem recebido por parte de algumas publicações social-democratas. Pode-se duvidar se o projeto atuaria exatamente da forma desenvolvida por Oppenheimer. Mas os pensamentos fundamentais, que ele elabora, dependem grandemente da análise científica das formas de administração e concordam, além disso, com todas as experiências de cooperativismo prático; por tal motivo, pode-se realmente dizer que, se o método cooperativo de lavoura tem de acontecer, só muito dificilmente acontecerá de uma forma materialmente diferente da que foi elaborada por Oppenheimer.[18]

A expropriação em larga escala, que é no que mais se pensa ao criticar tais projetos, não pode, em qualquer caso, produzir criações orgânicas, de um dia para outro, por obras de mágica; portanto, o mais poderoso dos governos revolucionários seria compelido a enfrentar a

tarefa de descobrir uma teoria prática de trabalho cooperativo na agricultura. Para tal trabalho, Oppenheimer reuniu imensos materiais e submeteu-os a uma dura análise sistemática, que por si só faz da *Siedlungsgenossenschaft* algo digno de estudo.

Falta ainda fazer um comentário relativamente à cooperação agrícola. Na medida em que o socialista é um político de partido, só pode acolher com satisfação a presente migração do campo para as cidades. Isso concentra a massa de trabalhadores, revoluciona seus espíritos e, a qualquer preço, antecipa a sua emancipação. Mas como um teórico que pensa para além do dia de hoje, o socialista deve também dizer que essa migração, com o decorrer do tempo, pode tornar-se numa coisa já excessivamente boa. É bem sabido ser muito mais fácil atrair gente do campo às cidades do que captar os citadinos para o campo e acostumá-los ao trabalho agrícola. Assim a corrente migratória para as cidades e centros industriais não deixa de avolumar os problemas dos atuais governantes. Tomemos, para exemplo, o caso de uma vitória da democracia proletária, que coloca o partido socialista no leme. De acordo com toda a experiência passada, o resultado imediato seria, presumivelmente, um aumento significativo, em princípio, da corrente imigratória para as grandes cidades; seria de certo modo duvidoso que os "exércitos industriais para a agricultura" estivessem eles próprios mais dispostos a ir para o campo do que estavam na França, em 1848. Mas, apesar da criação de associações capazes de vida e orientação, será uma pesada tarefa, sob quaisquer circunstâncias, sustar ao despovoamento do campo e repovoá-lo tão rapidamente como o contrário se deu. A vantagem da existência de modelos de tais associações não seria comprada tão dispendiosamente ao preço de um crescimento algo mais lento de monstruosas cidades.[19]

c) Democracia e Socialismo

> Em 24 de fevereiro de 1848, raiou a primeira luz da aurora de um novo período da História.
> (...)
> Quem falar de sufrágio universal, estará articulando um grito de reconciliação.
>
> LASSALLE: *Workers' Programme*.

As *trade unions* preocupam-se com a taxa de lucro na produção do mesmo modo que os armazéns cooperativos se preocupam com a taxa de lucro na venda de produtos. A luta dos trabalhadores organizados

em *trade unions* para a melhoria dos seus níveis de vida é, do ponto de vista do capitalista, uma luta entre a taxa de salário e a taxa de lucro. É sem dúvida um exagero descomunal dizer que as alterações nas percentagens de salário e as horas de trabalho não têm qualquer influência sobre os preços. Se os salários dos trabalhadores, em determinada indústria, sobem, o valor dos produtos correspondentes sobe em proporção equivalente, em desvantagem perante o valor do produto de todas as indústrias que não tiveram tal aumento de salários, e, se a classe patronal em causa não consegue fazer face a esse aumento por uma melhoria no rendimento das máquinas, terá de ou aumentar o preço do produto em questão ou sofrer uma perda na percentagem de lucro. A este respeito, cada indústria está numa posição diferente. Há indústrias que, pela natureza dos seus produtos ou da sua organização monopolística, são razoavelmente independentes do mercado mundial e, então, um aumento de salários é na maioria dos casos acompanhado também por um aumento de preços, de maneira que a taxa de lucro não necessita baixar e pode até subir.[20]

Em indústrias para o mercado mundial, como em todas as outras indústrias onde os artigos produzidos, sob diversas condições, concorrem entre si e só o mais barato domina o mercado, a subida de salários quase sempre significa uma redução no lucro. O mesmo resultado ocorre quando, pela resistência dos trabalhadores organizados, falha uma tentativa para neutralizar por um rebaixamento proporcional de salários, o rebaixamento de preços tornado necessário pela luta para vender. Depois de tudo, uma luta dos trabalhadores pelos seus salários pode, de fato, representar apenas uma luta contra o aumento da percentagem de lucro à custa dos salários, por muito pouco que os combatentes tenham consciência disso no momento em que nela se empenham.

Não é necessário provar aqui que a luta relativamente ao número de horas de trabalho é, também, uma luta ao redor da percentagem de lucro. Se o dia mais curto de trabalho não provoca diretamente uma diminuição no montante de trabalho feito pelo salário até aí pago — muitas vezes, como se sabe, acontece o inverso — propicia, contudo, por um caminho lateral, o incremento das exigências dos trabalhadores por melhores condições de vida e assim faz que um aumento de salários seja necessário.

Uma subida de salários, conducente a um aumento de preços, não envolve, sob certas circunstâncias, um dano a toda a comunidade; contudo, é mais freqüentemente prejudicial que útil nos seus efeitos.

Quanto à comunidade, por exemplo, não lhe faz grande diferença averiguar se uma indústria pratica preços monopolísticos para benefício de um punhado de patrões ou se todos os trabalhadores dessa indústria recebem certa quota-parte do bolo espremido ao público em geral. Para este, o consumidor, conta só o resultado final, que é pagar mais. O preço monopolístico deve ser tão combatido quanto o barateamento de produtos que só possa ser obtido à custa da redução de salários abaixo de uma tarifa média mínima. Mas um aumento de salários que apenas afete a percentagem de lucro deve, nas presentes condições, ser vantajoso para a comunidade em geral. Digo expressamente em geral, pois há também casos em que o contrário se verifica.

Felizmente, são muito raros esses casos extremos. Usualmente, os trabalhadores sabem muito bem até que ponto podem ir nas suas exigências. A percentagem de lucro, de fato, exercerá uma pressão bastante forte. Antes que o capitalista ceda, tentará por todos os meios possíveis conseguir maior produção para compensar o aumento de salários. As grandes diferenças de taxa de lucro entre diversas esferas de produção mostram que a média geral da referida taxa é mais facilmente construída em teoria do que mesmo aproximadamente concretizada. Não são raros os casos, também, onde mesmo o novo capital que entra no mercado em busca de utilização não encontra lugar onde investir-se à mais alta taxa de lucro, pois, como um homem que escolhe a sua profissão, deixa-se conduzir por considerações em que o montante de lucro acaba por ficar num plano secundário. Assim, até esse poderoso fator de nivelamento de taxas de lucro funciona irregularmente. Mas o capital já investido, que grandemente prepondera em cada caso, não pode, por razões puramente materiais, acompanhar o movimento da taxa de lucro de um campo de produção para outro. Em resumo, o resultado de um aumento no preço do trabalho humano é, na grande maioria dos casos, representado por um maior aperfeiçoamento da maquinaria e por uma melhor organização da indústria, por um lado; por uma divisão mais eqüitativa do produto excedente, por outro lado. Ambos são vantajosos para o bem-estar geral. Com certas limitações, é possível, para uso dos países capitalistas, modificar a bem conhecida frase de Destutt de Tracy: "Percentagens de lucro baixas indicam um alto grau de bem-estar na massa da população."

As *trade unions* são o elemento democrático na indústria. A sua tendência é para destruir o absolutismo do capital e obter para o trabalhador uma influência direta na administração da indústria. É muito natural que se verifiquem grandes diferenças de opinião quanto

ao grau de influência mais recomendável ou desejável. Para certa maneira de pensar, pode parecer uma quebra de princípio reclamar para a *trade union* tudo quanto seja menos do que o direito incondicional à decisão sobre os rumos da atividade respectiva. O reconhecimento de que tal direito, nas circunstâncias presentes, é tão utópico quanto contrário à natureza de uma comunidade socialista, levou outros a negarem às *trade unions* qualquer parte duradoura na vida econômica e a considerá-las apenas como um amortecedor temporário de muitos e vários males inevitáveis. Esses são socialistas para os quais as *trade unions* são meras lições objetivas para demonstrar a inutilidade de qualquer ação política que não seja a revolucionária. De fato, a união sindical tem hoje — e no futuro próximo — tarefas sociais muito importantes a preencher, em relação às atividades econômicas, tarefas que, entretanto, não requerem, nem sequer consistem de, dons de onipotência.

O mérito de ter pela primeira vez constatado o fato de que as *trade unions* são órgãos indispensáveis da democracia, e não simples coligações passageiras, ficou pertencendo a um grupo de autores ingleses. Isso não é, porém, de surpreender se considerarmos que as *trade unions* ganharam importância na Inglaterra mais cedo do que em qualquer outra parte, e que a Inglaterra, no último terço do século XIX, sofreu a transição de um estado de governo oligárquico para um quase democrático. O mais recente e mais completo trabalho sobre esse assunto, o livro sobre a teoria e a prática das *trade unions* britânicas, por Sydney e Beatrice Webb, tem sido corretamente descrito pelos autores como um estudo da *Democracia industrial*. Antes deles, o falecido Thorold Rogers, nas suas conferências sobre a *Interpretação econômica da história* (que, diga-se de passagem, tem muito pouco em comum com o conceito materialista da história e apenas o aflora em alguns pontos isolados), classificou-as de *sociedades trabalhistas* — o que redunda na mesma coisa, em princípio, mas ao mesmo tempo indica os limites até onde as funções das *trade unions* poderão dilatar-se numa democracia e para além dos quais já não têm lugar numa comunidade democrática. Independentemente de saber se o Estado, a comunidade ou os capitalistas é que são os patrões, as *trade unions*, como organização de todas as pessoas ocupadas em certas atividades, podem unicamente fazer valer o seu papel na defesa simultânea dos interesses de todos os seus membros e do bem geral, na medida em que se contentam em permanecer como associadas. Para além disso, correriam o risco de degenerarem numa corporação fechada, com todas

as piores qualidades de um monopólio. O problema é o mesmo com a sociedade cooperativa. A *trade union,* cara a todo um ramo de produção, ideal de vários socialistas mais velhos, seria realmente uma associação produtiva monopolística, e nada mais, e logo que se confiasse no seu monopólio ou sobre ele atuasse, cairia no antagonismo mais completo com o socialismo e a democracia, qualquer que fosse a sua constituição interior. Por que motivo seria contrária ao socialismo não necessita mais explicações. Associações contra a comunidade têm tão pouco de socialistas quanto uma oligarquia estatal. Mas por que não respeitaria, tal *trade union,* os princípios da democracia?

Esta pergunta envolve outra. O que é o princípio da democracia?

A resposta parece muito simples. Para começar, pensar-se-ia ficar tudo acertado com a definição: "governo pelo povo". Mas mesmo uma pequena meditação logo nos diz que, por essa definição, apenas nos é dado um conceito muito superficial e puramente formal, enquanto a maioria das pessoas que hoje usam a palavra democracia a entendem por algo mais do que uma simples forma de governo. Estaremos muito mais próximos da definição se nos exprimirmos negativamente e considerarmos a democracia como uma ausência de governo de classes, como indicação de uma condição social onde um privilégio político não pertence a qualquer classe, em oposição à comunidade inteira. Assim já fica explicado também por que motivo uma corporação monopolista é considerada, em princípio, antidemocrática. Essa definição negativa tem, aliás, a vantagem de deixar menos dúvida do que a frase "governo pelo povo" para a idéia da opressão do indivíduo pela maioria, o que é absolutamente repugnante para os espíritos modernos. Hoje, sentimos a opressão da minoria pela maioria "não-democrática", se bem que fosse originalmente mantida para ser consistente com o governo pelo povo.[21] A idéia de democracia inclui, no conceito contemporâneo, uma noção de justiça — uma igualdade de direitos para todos os membros da comunidade e, nesse princípio, o governo da maioria, para o qual, em todos os casos concretos, a vontade da maioria se estende e encontra seus limites. Quanto mais for adotada e governar a consciência geral, tanto mais a democracia será igual, em significado, ao grau mais elevado possível de liberdade para todos.

Democracia é, em princípio, a supressão do governo de classe, embora não seja ainda a verdadeira supressão das classes. Fala-se do caráter conservador da democracia e, até certo ponto, corretamente. O absolutismo, ou semi-absolutismo, engana os seus seguidores, tanto como os seus oponentes, quanto à extensão do seu poder. Por conse-

qüência, nos países onde prevalece, ou onde ainda persiste a sua tradição, temos um cortejo de planos levianos, linguagem exagerada, política em ziguezague, medo de revolução, esperança na opressão. Numa democracia, os partidos e as classes, que estão por trás deles, cedo aprendem a conhecer os limites do seu poder e a tomá-lo unicamente na medida em que podem razoavelmente esperar ir para diante, segundo as circunstâncias do momento. Mesmo que façam exigências superiores ao que seriamente pensam, para assim abrir caminho aos compromissos inevitáveis — e a democracia é a escola superior do compromisso — devem, apesar disso, ser razoavelmente moderados. O direito a voto, numa democracia, faz dos seus membros sócios virtuais da comunidade, e essa associação virtual deve conduzir, no final, a uma associação efetiva. Com uma classe trabalhadora subdesenvolvida em números e cultura, o direito geral a voto pode parecer-se muito com o direito de escolher "o carrasco"; com o número crescente e o maior discernimento dos trabalhadores, a situação mudou, contudo, para converter o direito de voto no mecanismo pelo qual se transformam os representantes do povo em verdadeiros servidores do povo.

O sufrágio universal, que poderia ter servido de instrumento a Bismarck, temporariamente, acabou por servir-se de Bismarck, como instrumento. Poderia ter servido, por algum tempo, aos senhores do distrito oriental do Elba, mas tornou-se desde há muito no terror desses mesmos senhores. Em 1878, poderia ter posto Bismarck em posição de forjar a arma da lei socialista, mas nas suas mãos essa arma resultou ineficaz, até que, com o seu auxílio, Bismarck foi literalmente derrotado. Tivesse Bismarck, em 1878, com a sua maioria de então, criado uma lei politicamente excepcional, em vez de uma polícia, uma lei que tivesse colocado o trabalhador fora do eleitorado, e o chanceler teria atingido a democracia social mais eficazmente do que com a lei anterior. É verdade que teria atingido também outras classes. A elegibilidade universal é, dos dois lados, uma alternativa à revolução violenta. Mas o sufrágio universal é apenas uma parte da democracia, embora uma parte que, com o tempo, atrairá a si as restantes partes, como um ímã atrai os pedaços dispersos do ferro. Atua por certo mais lentamente do que muitos desejariam, mas atua, a despeito de tudo. E a democracia social não pode avançar em seu trabalho de um modo melhor do que ocupando sem reservas o seu lugar na teoria da democracia — na base do sufrágio universal, com todas as conseqüências daí resultantes para a sua tática.

Na prática — ou seja, nas suas ações — já operou assim na Alemanha. Mas, em suas explicações, seus defensores literários têm freqüentemente atuado de outra maneira, e ainda hoje o fazem. Frases que foram compostas no tempo em que o privilégio político da propriedade dominava em toda a Europa, e que só eram explicáveis sob essas circunstâncias, ou mesmo justificáveis até certo limite, mas que hoje são apenas um peso morto, ainda são tratadas com tal reverência, como se o progresso do movimento dependesse delas e não da compreensão do que tem de ser feito, do que deve ser feito. Existe algum senso, por exemplo, em manter a expressão "ditadura do proletariado", numa época em que, em todos os locais possíveis, os representantes da democracia social se colocaram, praticamente, a si próprios, na arena do trabalho parlamentar, se declararam favoráveis à representação proporcional do povo e pela legislação direta — atitudes que são, todas elas, incompatíveis com a ditadura?

A expressão está hoje tão antiquada que só será possível reconciliá-la com a realidade despojando a palavra ditadura do seu verdadeiro significado e ligando-a a alguma espécie de interpretação suavizada. Toda a atividade prática da democracia social está dirigida no sentido de criar circunstâncias e condições que tornem possível e garantam uma transição (isenta de erupções convulsivas) da moderna ordem social para outra mais evoluída. Pela consciência de serem pioneiros de uma civilização mais aperfeiçoada, os seus adeptos criam até novas fontes de inspiração e de zelo. Nisto assenta, finalmente, a justificação moral da expropriação socialista, à qual eles aspiram. Mas a "ditadura de classes" pertence a uma civilização inferior, e, à parte a questão da sua praticabilidade e vantagens, deve ser apenas encarada como uma reversão, um atavismo político. Se for suscitado o pensamento de que a transição de uma sociedade capitalista para uma socialista deve ser necessariamente efetuada por intermédio do desenvolvimento de formas de uma idade que não conhecemos positivamente, ou conhecemos de maneira imperfeita, através dos métodos presentes de promulgar e executar as leis, a qual não possui os órgãos adequados a tal fim, então será certo que a reação se instalará.

Digo intencionalmente transição de uma sociedade capitalista para uma socialista, e não de uma "sociedade cívica", expressão que é tão freqüentemente usada hoje em dia. Essa aplicação da palavra "cívica" é também e muito mais um atavismo ou, em qualquer caso, uma forma ambígua de expressão, que deve ser considerada uma inconveniência na fraseologia social democrática e que constitui uma excelente ponte

para equívocos com amigos e inimigos. O erro cabe, em parte, ao idioma alemão, que não tem uma palavra específica para a idéia do cidadão com direitos cívicos iguais, em oposição à idéia de cidadãos privilegiados.

O que é a luta contra, ou para a abolição da, sociedade cívica? Qual é o seu significado, especialmente na Alemanha, cujo maior estado e líder, a Prússia, tão constantemente nos preocupa, uma vez que aí teremos primeiro de expulsar uma grande dose de feudalismo, o qual se interpõe no caminho do desenvolvimento cívico? Ninguém pensa destruir a sociedade cívica como um sistema ordenado e civilizado da sociedade. Pelo contrário, a democracia social não deseja aniquilar essa sociedade e fazer de todos os seus membros novos proletários; trabalha quase incessantemente para elevar o trabalhador, de uma situação social de proletário, à posição geral de cidadão e, assim, fazer da cidadania um direito universal. Não deseja estabelecer uma sociedade proletária, no lugar de uma sociedade cívica, mas uma ordem socialista da sociedade, em vez de uma ordem capitalista. Seria preferível, pois, que em vez de se aproveitarem da antiga expressão ambígua, alguns guardassem para a última uma definição bastante clara. Estaríamos então livres de uma boa dose de contradições que os adversários, não sem razão, dizem existir entre a fraseologia e a prática da democracia social. Alguns jornais socialistas encontram hoje prazer em usar uma linguagem anticívica forçada, que, no máximo, estaria bem situada se vivêssemos à moda sectarista, como anacoretas, mas que é absurda numa época em que se declara não constituir insulto ao sentimento socialista que cada um ordene a sua vida particular inteiramente de acordo com as características de um "padrão burguês".[22]

Finalmente, recomenda-se o uso de alguma moderação ao declarar guerra contra o "liberalismo". É certo que o grande movimento liberal dos tempos modernos surgiu, antes de tudo, para vantagem da burguesia capitalista, e os partidos que tomaram o nome de liberais eram ou acabaram por converter-se em simples guardiães do capitalismo. Naturalmente, só pode existir antagonismo entre esses partidos e a democracia social. Mas a respeito do liberalismo, como grande movimento histórico que foi, devemos considerar o socialismo como seu herdeiro legítimo, não só na seqüência cronológica, mas também nas suas qualidades espirituais, como se demonstra aliás em toda e qualquer questão de princípio em que a democracia social tenha de assumir uma atitude.

Onde quer que um avanço econômico do programa socialista tenha de ser levado a efeito de uma maneira ou sob circunstâncias que ponham em perigo o desenvolvimento da liberdade, a democracia social jamais se esquiva a tomar uma posição contrária. A segurança da liberdade civil sempre lhe pareceu de uma importância superior à efetivação de algum progresso econômico.

A finalidade de todas as medidas socialistas, que parecem, exteriormente, medidas coercitivas, é o desenvolvimento e a garantia de uma livre personalidade. O seu exame mais atento sempre revela que, incluída a coerção, aumentará, mais do que retira, a soma total de liberdade na sociedade e concederá mais liberdade sobre uma área mais extensa de intervenção pessoal. O dia legal de um número máximo de horas de trabalho, por exemplo, é uma verdadeira fixação de um mínimo de liberdade, traduzida pela proibição de vender livremente mais do que tantas horas por dia e, em princípio, portanto, situa-se no mesmo terreno da proibição, acordada por todos os liberais, de nos vendermos a uma escravatura pessoal. Não é, pois, por acidente, que o primeiro país onde um número máximo de horas diárias de trabalho se fixou foi a Suíça, o mais democraticamente progressivo país da Europa, e a democracia é tão-só a forma política do liberalismo. Sendo na sua origem um contramovimento à opressão em nações sob instituições impostas de fora ou tendo uma justificação apenas na tradição, o liberalismo pretendeu primeiro a sua realização como o princípio de soberania da época e do povo, princípios estes que constituíam a eterna discussão dos filósofos dos direitos do Estado nos séculos XVII e XVIII, até que Rousseau os instituiu, no seu *Contrato social,* como condições fundamentais da legitimidade de toda e qualquer Constituição, e a Revolução Francesa os proclamou — na Constituição democrática de 1793, impregnada do espírito de Rousseau — como direitos inalienáveis do homem.[23]

A Constituição de 1793 era a expressão lógica das idéias liberais da época, e uma observação rápida do seu conteúdo mostra quão pequeno obstáculo ela era, ou é, ao socialismo. Baboeuf e os fanáticos em pé de igualdade viram nela um excelente ponto de partida para a realização de suas esperanças comunistas; por isso escreveu "A Restauração da Constituição de 1793" no alto das suas exigências.

Não existe hoje um pensamento realmente liberal que não pertença também aos elementos do ideário socialista. O próprio princípio da responsabilidade econômica pessoal, que pertence aparentemente à escola de Manchester, não pode, a meu juízo, ser negado em teoria

pelo socialismo, nem considerar-se inoperante, sob nenhuma circunstância concebível. Sem responsabilidade não há liberdade; podemos pensar teoricamente sobre a liberdade de ação do homem, da maneira que melhor entendermos, mas teremos sempre de partir dela, na prática, por ser o único fundamento da lei moral e a única condição para que a moralidade social seja possível. Do mesmo modo, nos nossos Estados, que manipulam milhões, é impossível uma vida social próspera, se a responsabilidade econômica pessoal de todos os capacitados para trabalho não for assumida. O reconhecimento da responsabilidade individual é a retribuição do indivíduo à sociedade pelos serviços que esta lhe presta ou oferece.

Talvez me seja permitido citar alguns trechos do meu artigo sobre "O significado político-social de espaço e números".

> Alterações na responsabilidade econômica pessoal dos capacitados para o trabalho podem, então, tanto quanto vejo, ser feitas apenas relativamente. Estatísticas de trabalho podem desenvolver-se muito mais, mudanças ou ajustamentos de mão-de-obra podem ser muito aperfeiçoados, as mutações de trabalho ser mais facilitadas e o direito dos trabalhadores desenvolvido, o que torna possível uma segurança infinitamente maior de existência e uma facilidade mais ampla de escolha de uma ocupação do que até hoje têm sido possíveis. Os mais avançados órgãos de auto-ajuda econômica — as grandes *trade unions* — já indicam a tal respeito o caminho que a evolução possivelmente adotará... Se *trade unions* já poderosas garantem àqueles seus membros em condições de trabalhar certo direito à ocupação, quando convencem os empregadores ser muito desaconselhável demitir um membro da união sem razões muito válidas reconhecidas também pela própria união; se elas, ao prestar informações aos seus membros em busca de emprego, subministram as suas necessidades por ordem de requerimentos apresentados, há em tudo isso uma indicação concreta do desenvolvimento do direito democrático ao trabalho.[24]

Outros começos se encontram, hoje em dia, na forma adotada pelos tribunais industriais, conselhos econômicos e instituições similares, nos quais o autogoverno democrático ganhou forma, embora ainda imperfeita, em alguns casos. Por outro lado, sem dúvida, a ampliação dos serviços públicos, particularmente do sistema de educação e de acordos recíprocos (seguros etc.) ajuda muito no sentido de despojar a responsabilidade econômica pessoal da sua inflexibilidade. Mas um direito a trabalhar, no sentido em que o Estado garante a cada um ocupação na sua especialidade, é muito improvável num tempo visível

e até nem é desejável. O que os seus defensores pretendem, pode apenas ser conseguido, com vantagem para a comunidade, pela combinação já descrita de vários órgãos; e do mesmo modo, o dever comum de trabalhar só pode realizar-se por esse mesmo processo, numa burocracia decadente. Em organismos tão grandes e complexos como os nossos modernos Estados civilizados e seus centros industriais, um direito absoluto ao trabalho resultaria, simplesmente, em desorganização; é "apenas concebível como origem das mais odiosas arbitrariedades e permanentes litígios"[25].

O liberalismo teve, historicamente, a missão de romper as cadeias que agrilhoavam a economia e que as correspondentes organizações da lei da Idade Média tinham imposto ao avanço da sociedade. O fato de se ter mantido, de início, a forma estritamente burguesa de liberalismo não evita que se exprima hoje, de fato, um princípio geral muito mais lato da sociedade cuja perfeição culminará culminada no socialismo.

O socialismo não criará novas servidões, de qualquer espécie que seja. O indivíduo tem de ser livre, não em sentido metafísico, como os anarquistas sonharam — isto é, livre de todos os deveres ante a comunidade — mas livre de toda a compulsão econômica na sua ação e escolha de uma ocupação. Tal liberdade só é possível para todos através de organização. Nesse sentido, poderá chamar-se ao socialismo de "liberalismo organizante", visto que, quando se examinam mais de perto as organizações que o socialismo quer, e como as quer, verifica-se que o que acima de tudo as distingue das organizações feudais, idênticas só na aparência externa, é precisamente o seu liberalismo, a sua constituição democrática, a sua acessibilidade. Por conseqüência, a *trade union,* batendo-se por um arranjo semelhante à corporação medieval, é, aos olhos do socialista, o produto da autodefesa do mercado do trabalho contra as tendências prepotentes do capitalismo, mas, ao mesmo tempo, precisamente pela sua tendência para se converter numa corporação do tipo de guilda, e no grau em que o consegue, é um organismo corporativizado e anti-socialista.

A tarefa aqui indicada não é um problema simples; pelo contrário, esconde em si própria uma série inteira de perigos. A igualdade política nunca logrou, até hoje, ser o suficiente para garantir o desenvolvimento saudável de comunidades cujo centro de gravidade esteja nas cidades gigantes. Não é, como a França e os Estados Unidos demonstram, remédio infalível contra o crescimento escandaloso de todas as espécies de parasitismo social e corrupção. Se a solidez não fosse tão profunda na estrutura constitucional da nação francesa, se o país não estivesse

tão favorecido pela sua situação geográfica, a França de há muito já estaria arruinada pela praga mortífera da classe oficial, que nela fincou pé. Em todo caso, essa praga constitui uma das causas por que, a despeito da grande vivacidade do espírito francês, o desenvolvimento industrial nesse país permanece mais atrasado do que nas nações vizinhas. Se a democracia não quer ultrapassar o absolutismo centralizado na alimentação de burocracias, terá de se consolidar à base de um autogoverno meticulosamente organizado com uma correspondente responsabilidade econômica e pessoal de todas as unidades de administração, bem como dos cidadãos adultos do Estado. Nada é mais prejudicial ao desenvolvimento salutar do que uma uniformidade forçada e um montante demasiado copioso de protecionismo e subvencionismo.

Para criar as organizações descritas — ou, se elas já estão iniciadas, para as desenvolver ainda mais — é indispensável o estabelecimento preliminar do que chamamos socialismo da produção. Sem isso, a pretensa apropriação dos meios de produção só resultaria, possivelmente, em devastação inconseqüente e leviana das forças produtivas, experimentação insana e violência inútil, e, de fato, resultaria que a soberania da classe trabalhadora só poderia concretizar-se na forma de um poder central revolucionário e ditatorial, apoiado pela ditadura terrorista dos clubes revolucionários. Como tal perpassou ante os blanquistas, como tal é representada ainda no *Manifesto comunista* e nas publicações pelas quais os seus autores eram, na época, responsáveis. Mas "na presença das experiências práticas da revolução de fevereiro e, muito mais ainda, nas da Comuna de Paris, quando o proletariado reteve o poder político por dois meses", o programa revolucionário do *Manifesto* ficou, em muitas das suas passagens, "fora de moda". "A Comuna oferece uma prova notável de que a classe trabalhadora não pode simplesmente tomar posse do mecanismo estatal e pô-lo em marcha para seus próprios fins."

Assim escreveram Marx e Engels em 1872, no prefácio à nova edição do *Manifesto*. E referem-se à obra *A guerra civil na França*, onde desenvolveram mais profundamente o mesmo tema. Mas se abrirmos o livro em questão e lermos a referida parte (é a terceira), encontraremos um programa desenvolvido que, de acordo com o seu conteúdo político, mostra em todas as características materiais as maiores semelhanças com o federalismo de Proudhon.

> Não se pretendia destruir a unidade da nação, mas, pelo contrário, organizá-la pela destruição daquele poder do Estado que se arroga a personificação

dessa unidade e que, afinal, queria ser independente e superior a essa nação em cujo corpo, no fim de contas, esse poder nasceu e cresceu parasitariamente. Enquanto se ocupavam em erradicar os meramente opressivos órgãos do velho poder governante, eram as suas funções legítimas, como uma força que se proclamava estar acima da comunidade, que deviam ter-lhe sido retiradas e entregues a servidores responsáveis da própria comunidade. Em vez de decidirem, uma vez em cada três ou seis anos, que membro da classe governante devia agora subir e esmagar o povo no parlamento, era o sufrágio universal que deveria ter sido promulgado para servir o povo constituído em comunidades, da mesma maneira que é pelo sufrágio individual que qualquer outro patrão seleciona para o seu negócio os operários, os inspetores, os escriturários.

O antagonismo entre a comuna e o poder do Estado tem sido encarado como uma forma exagerada da antiga luta contra a supercentralização... A constituição da comuna, pelo contrário, teria devolvido à comunidade todos os poderes que até hoje o crescimento parasítico, o Estado, que vive da comunidade e impede a sua livre ação, tem absorvido.

Isto escreveu Marx em *A guerra civil na França.*

Escutemos agora a Proudhon. Como não tenho à mão o seu trabalho sobre federalismo, algumas citações farei aqui do seu ensaio sobre a "Capacidade política das classes operárias", no qual, a propósito, ele advoga a união dos trabalhadores num partido próprio.

Numa democracia organizada segundo as verdadeiras idéias da soberania do povo, isto é, de acordo com os princípios fundamentais do direito de representação, toda e qualquer ação opressiva ou corruptora do poder central sobre a nação torna-se impossível. A simples suposição de tal coisa é absurda.

E por quê? Porque numa autêntica e livre democracia, a autoridade central não está separada da assembléia dos delegados, os órgãos naturais dos interesses locais convocados para acordo conjunto. Pelo fato de cada deputado ser, em princípio, o homem da localidade que o nomeou seu representante, seu emissário, um dos seus camaradas-cidadãos, ou para colocá-los o mais possível em união com os interesses da comunidade inteira ante o grande júri (a nação); pelo fato de que se os delegados, de comum acordo, escolherem entre eles um comitê central executivo para administração, não o separam deles próprios nem o fazem seu comandante, que pudesse criar um conflito com eles.

Não há meio-termo; a comuna deve ser soberana, se não quer ser apenas um ramo [do Estado]: ou tudo ou nada. Dêem-lhe um papel a desempenhar, por mais agradável que seja; desde o momento que não crie os seus direitos,

gerados em si própria, que tenha de reconhecer uma lei superior, quando o grande grupo a que ela pertence se declare lhe ser superior e não seja a expressão das relações federais, então, inevitavelmente, o dia chegará em que se encontrem em oposição mútua e a guerra eclodirá.

Mas, nessa altura, a lógica e o poder estarão do lado da autoridade central. "A idéia da limitação do poder do Estado por meio de grupos, quando o princípio de subordinação e de centralização rege esses próprios grupos, é inconsistente, para não dizer contraditória." É o princípio municipal do liberalismo burguês. Uma "França federada", por outro lado, seria "um regime que representasse o ideal de independência e cujo primeiro ato consistiria em restituir às municipalidades sua total independência, às províncias o seu autogoverno" — ou seja, a liberdade municipal que a classe trabalhadora deve inscrever na sua bandeira.[26] E se na *Guerra civil* encontramos que "a soberania política dos produtores não pode existir com a perpetuação da sua escravidão social", na *Capacidade política* lemos: "Quando a igualdade política é concedida por meio do sufrágio universal, a tendência das nações será para a igualdade econômica. Essa é a maneira como os candidatos dos trabalhadores compreendem o problema. Mas é o que os seus rivais burgueses não querem."[27] Em resumo, com todas as demais diferenças entre Marx e o *petit bourgeois* Proudhon, as maneiras de pensar de ambos, nesse ponto, estão o mais próximas possível.

Não há a menor dúvida (e desde então tem-no sido provado muitas vezes na prática) de que o desenvolvimento da sociedade moderna acompanha a linha de um incremento constante dos deveres das municipalidades e da ampliação da liberdade municipal, e de que a municipalidade será uma alavanca cada vez mais importante da emancipação social. Parece-me duvidoso que fosse necessário à democracia ter como sua primeira tarefa provocar tal dissolução do sistema do Estado moderno e a completa transformação da sua organização, como Marx e Proudhon a descreveram (a formação da assembléia nacional à base de delegados das assembléias provinciais e distritais, que por turno eram compostas de delegados das municipalidades), de maneira que a forma que as assembléias nacionais tomaram anteriormente tenha de ser abolida. A evolução deu vida a imensos organismos e instituições corporativas, cuja esfera de ação ultrapassou em importância o controle das municipalidades, e até dos distritos e províncias, e cuja atividade

seria impossível acompanhar sem o controle de um governo central, a menos que a sua organização fosse previamente transformada. A soberania absoluta do município etc. não é aliás um ideal para mim. A paróquia ou comuna é uma peça componente da nação e nessa condição tem deveres e direitos ante ela. É improvável que se possa conceder a um distrito, por exemplo, o direito incondicional e exclusivo ao solo, tanto como em relação a um indivíduo. Há direitos a florestas e rios, tributos valiosos etc. que pertencem, em última análise, não à paróquia ou ao distrito, que são de fato e unicamente os seus usufrutuários, mas à própria nação. Daí resulta que uma assembléia em que o interesse nacional, não o provincial ou local, esteja acima de tudo ou seja o primeiro dever dos representantes, me parece indispensável, especialmente numa época de transição. Mas, além disso, essas outras assembléias e órgãos representativos atingirão uma importância ainda maior, que se refletirá, com revolução ou sem ela, numa limitação constante dos poderes das assembléias centrais e, daí, ficará também limitado o perigo que essas assembléias ou autoridades centrais pudessem representar para a democracia. Nos países avançados, tal perigo já é diminuto.

Mas preocupa-nos menos fazer aqui uma crítica de pontos isolados ao referido programa do que salientar a energia com que nele se impõe a autonomia como condição preliminar da emancipação social, e se mostra como a organização democrática, desde a sua base à cúpula, é o caminho para a realização do socialismo; como se mostra, ainda, que os antagonistas Marx e Proudhon de novo se encontram — no liberalismo.

O próprio futuro revelará até que ponto as municipalidades e outros órgãos de autogoverno se desempenharão de seus deveres, sob uma completa democracia, e em que medida utilizarão esses deveres. Mas um ponto é claro: quanto mais de chofre possuírem a sua liberdade de ação, tanto mais experiências farão em número e violência e, portanto, tanto mais sujeitos estarão a cometer maiores erros; e quanto mais experiências a democracia da classe trabalhadora tiver feito na escola do autogoverno, tanto mais cautelosa e eficientemente se desenvolverá depois.

Simples como a democracia parece ser, à primeira vista, os seus problemas, numa sociedade tão complexa como a nossa, não são de modo algum fáceis de resolver. Leiam-se apenas os volumes da *Industrial Democracy*, do casal Webb, e fica-se com uma idéia das imensas experiências feitas e ainda em curso nas *trade unions* inglesas, para

encontrarem as formas mais adequadas de governo e de administração, e da importância que esse problema da constituição envolve para as *trade unions*. As uniões inglesas puderam desenvolver-se, a esse respeito, por mais de setenta anos, em completa liberdade. Principiaram na mais elementar forma de autogoverno e tiveram de se convencer a elas próprias de que essa forma só serve aos organismos mais elementares, ou seja, para uniões locais e bastante pequenas. À medida que cresceram, foram aprendendo a renunciar, por prejudiciais ao seu desenvolvimento com êxito, a certas idéias acalentadas pela democracia doutrinária (o mandato imperativo, os funcionários não-pagos, a representação central desprovida de poderes) e a formar, em seu lugar, uma democracia capaz de governar com assembléias representativas, funcionários pagos e governo central com plenos poderes. Esse capítulo da história do desenvolvimento da "democracia trade-unionista" é extremamente instrutivo. Se nem tudo o que respeita às *trade unions* se adapta bem às unidades da administração nacional, muita coisa serve e se aproveita. O capítulo a que nos referimos do livro *Industrial Democracy* pertence à teoria do governo democrático. Mostra-se na história do desenvolvimento das *trade unions* como a gerência executiva central — o governo estatal — pode surgir simplesmente da divisão de trabalho que se torna necessária pela extensão em área da sociedade e pelo número de seus membros. É possível que, com o desenvolvimento socialista da sociedade, esta centralização possa também, mais tarde, tornar-se supérflua. Mas atualmente não se pode passar sem ela na democracia. Como se demonstrou no final da primeira seção deste capítulo, é uma impossibilidade para os municípios das grandes cidades e centros industriais tomarem sob sua própria administração todos os empreendimentos comerciais e produtivos locais. Também é improvável no terreno prático — sem mencionar fundamentos de eqüidade que são contra isso — que "expropriassem" tais empreendimentos, sem cerimônia, num levantamento revolucionário. Mas mesmo que o fizessem (recebendo na maioria dos casos, entre as mãos, nada mais do que carcaças esvaziadas), seriam forçados a ceder a massa dos negócios a associações, tanto individuais como *trade unions*, para gerência associada.[28]

Em cada um desses casos, como ainda nas empresas de âmbito municipal e nacional, certos interesses das diversas atividades teriam de ser protegidos e, assim, ficaria sempre a necessidade de supervisão ativa por parte das *trade unions*. Em particular no período de transição, a multiplicidade de órgãos será de grande valor.

No entanto, ainda não chegamos tão longe e não é minha intenção revelar imagens do futuro. Não estou preocupado com o que sucederá no futuro longínquo, mas com o que pode e deve acontecer no presente, para os nossos dias e nos que imediatamente se lhe seguem. E assim a conclusão dessa exposição é a muito banal afirmação de que a conquista da democracia, a formação dos órgãos políticos e sociais da democracia, é a condição preliminar indispensável à realização do socialismo.

O feudalismo, com as suas rígidas organizações e corporações, teve de ser destruído quase em toda parte pela violência. As organizações liberais da sociedade moderna distinguem-se daquelas precisamente pela sua flexibilidade e sua capacidade de transformação e desenvolvimento. Não precisam ser destruídas, mas apenas ser desenvolvidas. Para tal fim, necessitamos de organização e ação enérgica, mas não, forçosamente, de uma ditadura revolucionária. "Como o objetivo da guerra de classes é especialmente destruir as distinções de classe", escreveu há algum tempo (outubro de 1897) um órgão social-democrata suíço, o *Worwarts,* da Basiléia, "deve logicamente estabelecer-se um prazo em que a realização desse objetivo, desse ideal, tem de principar. Este começo, esses períodos, seguindo-se consecutivamente, já existem no nosso desenvolvimento democrático; vêm em nosso auxílio, para servir gradualmente de substitutos à guerra de classes, absorvendo-a em si próprios pelo erguimento da democracia social." "A burguesia, qualquer que seja a sua tendência política", declarou recentemente o socialista espanhol Pablo Iglesias, "deve convencer-se disto: que não desejamos apossar-nos do governo pelos mesmos métodos que foram uma vez empregados, pela violência e o banho de sangue, mas pelos meios legais, que se conformam à civilização" (*Worwarts*, 16 de outubro de 1898). De um ponto de vista semelhante, o *Labour Leader,* órgão do partido trabalhista independente inglês, concordou sem reservas com as observações de Vollmar sobre a Comuna de Paris. Mas ninguém acusará esse jornal de timidez na luta contra o capitalismo e os partidos capitalistas. Outro órgão da democracia proletária socialista inglesa, o *Clarion*, acompanhou um extrato do meu artigo sobre a teoria da evolução catastrófica, com o comentário seguinte:

"A formação da verdadeira democracia — estou convencido de que esta é a mais urgente e mais importante obrigação que se apresenta ante nós. Essa é a lição que a campanha socialista dos últimos dez anos nos ensinou. Essa é a doutrina que emerge de todo o meu conhecimento

e experiência política. Devemos construir uma nação de democratas, antes que o socialismo seja possível."

d) Os Problemas Mais Urgentes da Democracia Social

E seja ela o que for, que se atreva a aparecer.
SCHILLER, *Mary Stuart.*

As tarefas de um partido estão determinadas por uma multiplicidade de fatores: pela posição do desenvolvimento geral, econômico, político, intelectual e moral, na esfera da sua atividade, pela natureza dos partidos que atuam a seu lado ou contra ele, pelo caráter dos meios que estão no seu comando e por uma série de fatores subjetivos e ideológicos, a cuja frente se situam a principal finalidade do partido e a sua concepção do melhor caminho para atingir essa finalidade. É notória a diferença existente, nos diversos países, quanto ao primeiro ponto. Mesmo em nações de nível aproximadamente igual de desenvolvimento industrial, encontramos diferenças políticas muito importantes e ainda maiores diferenças nas concepções e aspirações da massa dos povos. Peculiaridades da situação geográfica, costumes enraizados de vida nacional, instituições herdadas, e tradições de toda espécie criam uma diferença de mentalidade que só muito lentamente se submete à influência desse desenvolvimento. Até onde os partidos socialistas tinham originalmente tomado a mesma hipótese básica, como ponto de partida para a sua atividade, logo se encontraram obrigados, no decorrer do tempo, a adaptar o curso dessa atividade às condições especiais do país. Num dado momento, portanto, talvez seja possível estabelecer princípios políticos gerais da democracia social, com a pretensão de que sirvam indistintamente a todos os países, mas o que é impraticável é pensar num programa de ação uniforme e aplicável a todos eles.

Como demonstrado acima, a democracia é uma condição para o socialismo, numa escala muito maior do que geralmente se supõe, isto é, não se trata unicamente de um meio, mas da sua própria substância. Sem uma determinada quantidade de instituições ou tradições democráticas, a doutrina socialista da atualidade não teria sido verdadeiramente possível. Haveria, por certo, um movimento operário, mas não democracia social. O moderno movimento socialista — e também a sua explicação teórica — é realmente o produto da influência da grande Revolução Francesa e dos conceitos de direito que, através dela,

ganharam aceitação geral no movimento dos salários e da mão-de-obra. O movimento, em si, existiria mesmo sem a revolução pois, sem ela e antes dela, um comunismo do povo estava já relacionado ao cristianismo primitivo.[29]

Mas esse comunismo do povo era muito indefinido e parcialmente mítico, e ao movimento dos trabalhadores faltaria toda a coesão interior, na ausência daquelas organizações e concepções de direito que, pelo menos em grande parte, necessariamente acompanham a evolução capitalista. Uma classe trabalhadora politicamente sem direitos, que cresceu na superstição e com educação deficiente, certamente se revoltará de tempos em tempos, juntando-se em pequenas conspirações, mas nunca desenvolveria assim um movimento socialista. Requer certa profundidade de visão e uma consciência bem atenta aos direitos para converter em socialista um trabalhador que acidentalmente era um rebelde. Os direitos políticos e a educação situam-se, em toda parte, numa posição proeminente do programa de ação socialista.

E é o bastante para uma visão geral, pois não está no plano deste livro efetuar uma análise de pontos isolados do programa socialista de ação. No que respeita às exigências imediatas do programa de ação da democracia social alemã, não me sinto de modo algum tentado a propor alterações no seu conteúdo. Provavelmente, como qualquer social-democrata, não considero todos os pontos igualmente importantes ou igualmente úteis. Por exemplo, é minha opinião que a aplicação da justiça e a assistência legal gratuitas, nas presentes circunstâncias, só são recomendáveis num grau limitado, devendo ser feitos, certamente, determinados arranjos que possibilitem aos desprovidos de recursos uma oportunidade de fazer valer seus direitos em tribunal; mas que não existe uma necessidade premente de chamar a si a massa de propriedade de casos em julgado e colocar os advogados completamente sob o controle do Estado. Entretanto, embora os legisladores de hoje nada ouçam de tal medida, como uma legislatura socialista não pode realizar-se sem uma reforma completa do sistema jurídico, ou só de acordo com tais e tão novas instituições legais como as já existentes, por exemplo, nos tribunais arbitrais para disputas de trabalho, a referida exigência pode manter o seu lugar no programa como uma indicação do desenvolvimento que se busca.

Dei uma expressão bem definida às minhas dúvidas quanto à utilidade da exigência, na sua forma atual, num ensaio já bastante antigo, de 1891, sobre o esboço do programa então em discussão e declarei que o parágrafo em causa "dava muito e dava pouco".[30] O

artigo pertence à série que Kautsky e eu elaboramos juntos sobre a questão do programa e da qual os três primeiros ensaios eram quase exclusivamente trabalho mental de Kautsky, enquanto o quarto foi redigido por mim. Vou citar duas afirmações aí feitas, que indicam o ponto de vista que eu mantinha nessa altura com respeito à ação da democracia social e que revelam quão pouco as minhas opiniões mudaram desde essa data:

> Exigir simplesmente que o dinheiro do Estado mantenha todos aqueles que estão desempregados significa pôr às tenças do tesouro estatal não só os que não podem encontrar trabalho, mas também quantos não encontrarem trabalho... Não é preciso ser anarquista, realmente, para achar que é uma coisa demasiado boa o peso da eterna montanha de obrigações posto às costas do Estado. Cingimo-nos ao princípio de que o proletariado moderno é efetivamente pobre, mas não é pedinte. Nessa distinção reside um mundo inteiro, a natureza da nossa luta, a esperança da nossa vitória.
>
> Propomos a fórmula: Conversão dos exércitos existentes em exércitos de cidadãos — porque ela sustenta a finalidade e deixa, contudo, as mãos livres ao partido, hoje (quando a desmobilização total de exércitos é ainda impossível), para exigir uma série de medidas que limitam, tanto quanto possível, o antagonismo entre exército e povo, como, por exemplo, a abolição de tribunais especiais de justiça militar, redução do tempo de serviço etc.[31]

Mas tem a democracia social, como partido das classes trabalhadoras e da paz, algum interesse em manter uma força combatente? De muitos pontos de vista, é muito tentador responder à pergunta com uma negativa, especialmente se começarmos pela sentença do *Manifesto comunista*: "O proletariado não tem pátria." Essa sentença poderia aplicar-se, talvez em certa medida, aos trabalhadores dos anos quarenta, sem direitos políticos e escorraçados da vida pública. Hoje, a despeito do enorme desenvolvimento das relações e da interdependência de nações, já está desprovida de uma grande parte do seu conteúdo de verdade e ainda perderá mais, quanto mais o trabalhador, pela influência do socialismo, transitar da situação de proletário para a de cidadão. O trabalhador que possui direitos iguais, como votante para o Estado e para o conselho local, e que por isso é um co-proprietário dos bens comuns da nação, cujos filhos a comunidade educa, cuja saúde ela protege, a quem segura contra acidentes e ferimentos, tem uma pátria — sem deixar por isso de ser também um cidadão do mundo na medida em que as próprias nações se acercam cada vez mais umas das outras, deixando de levar uma vida exclusivamente própria.

O desaparecimento completo de nações não é um belo sonho e, de qualquer maneira, não se espera que isso aconteça num futuro próximo. Mas assim como é pouco desejar que qualquer outra das grandes nações civilizadas perca a sua independência, também não pode ser uma questão indiferente para a democracia social alemã que a nação, que tem verdadeiramente desempenhado e continua desempenhando seu honroso papel no trabalho civilizador do mundo, desaparecesse ou não do concerto das nações.

No que dissemos acima mostramos, em princípio, o ponto de vista a partir do qual a democracia social tem de tomar posição, nas circunstâncias atuais, em matéria de política externa. Se o trabalhador ainda não é um cidadão pleno, tampouco está desprovido de direitos no tocante aos interesses nacionais, que não lhe podem ser indiferentes. E se a democracia social não está ainda no poder, ocupa já uma posição de influência que lhe acarreta certas obrigações. As suas palavras caem com grande peso na balança. Com a atual composição do exército e a incerteza completa quanto às transformações nos métodos de guerra, etc., suscitada pelo aparecimento das armas automáticas de calibre reduzido, o governo imperial pensará dez vezes antes de se aventurar numa guerra que tem a democracia social como oponente determinado. Mesmo sem a celebrada greve geral, a democracia social pode proferir uma palavra muito importante, se não decisiva, a favor da paz, e fa-lo-á de acordo com as diretrizes da Internacional tantas vezes e tão energicamente quanto seja necessário e possível. Apoiará também, segundo o seu programa, sempre que surjam conflitos com outras nações e que um acordo direto não seja possível, a solução das divergências por intermédio de arbitragens. Mas está fora de questão falar a favor da renúncia à salvaguarda dos interesses alemães, presentes ou futuros, se ou pelo fato dos chauvinistas ingleses, franceses ou russos se sentirem ofendidos pelas medidas adotadas. Onde, do lado alemão, não se trata de uma questão de simples fantasias ou dos interesses particulares de determinados grupos, que são indiferentes ou até prejudiciais à riqueza e bem-estar da nação; onde interesses nacionais realmente importantes estão em jogo, o internacionalismo não pode servir como motivo de sujeição inqualificável às pretensões de potências estrangeiras interessadas.

Isso não é uma idéia nova, mas apenas a concatenação das linhas de pensamento que estão na base de todas as declarações de Marx, Engels e Lassalle, sobre o problema da política externa. Tampouco é

uma atitude que ponha a paz em perigo, a que recomendamos aqui. As nações já não vão hoje levianamente para a guerra e uma atitude firme pode, em certas circunstâncias, ser mais útil à preservação da paz do que a condescendência contínua.

A doutrina do equilíbrio europeu de poderes parece, para muitos, estar desatualizada, e de fato está, na sua antiga modalidade. Mas de uma forma consentânea com a situação hodierna, esse equilíbrio de poderes exerce ainda um papel importante na decisão de questões internacionais melindrosas. Ainda pode sobrevir a questão de saber quão fortemente uma combinação de poderes sustenta qualquer medida determinada, para que esta possa vir a ser geralmente respeitada ou obstruída. Considero missão legítima da política imperial alemã garantir o direito de ter voz na discussão de tais medidas, e qualquer oposição às atividades adequadas para tal fim, considero estar fora dos domínios compatíveis com os princípios da democracia social.

Para escolher um exemplo concreto: a cedência da baía de Kiauchow foi criticada, na época, muito desfavoravelmente pela imprensa socialista alemã. No que respeita à crítica das circunstâncias em que tal cessão se operou, a imprensa socialista tinha o direito, ou melhor, a obrigação, de a fazer. Cabia-lhe, igualmente, o direito de opor-se, da maneira mais decidida, à proposta de uma partilha da China, visto que tal partilha de modo algum correspondia ao interesse alemão. Mas se alguns jornais foram ainda mais longe e declararam que o partido deve condenar, em todas e quaisquer circunstâncias e como questão de princípio, a compra da baía, então já de modo nenhum posso concordar com eles.

Não interessa nada ao povo alemão que a China seja ou não seja dividida e que a Alemanha receba um pedaço do Império Celeste. Mas a nação alemã tem um grande interesse nesse ponto: que a China não deve constituir presa para as garras de outras nações; tem interesse, também, em que a política comercial da China não fique subordinada ao interesse de uma só potência estrangeira ou de uma coligação de potências; em resumo, que em todas as questões relativas à China, a Alemanha tenha uma palavra a dizer. O seu comércio com a China implica um direito a protestar. Na medida em que a compra da baía de Kiauchow é um meio de garantir esse direito, e será difícil contradizer que essa aquisição para tal contribui, não há razão alguma para que a democracia social grite contra a decisão. À parte a maneira como foi adquirida e as piedosas palavras de que a transação se fez acompanhar, não foi dos piores golpes da política externa alemã.

Tratava-se do problema de garantir o comércio livre com a China. Para isso, não resta dúvida de que, sem essa aquisiçao, a China resvalaria imensamente para o círculo da economia capitalista e que, sem ela, a própria Rússia prosseguiria na sua política de cerco, acabando por ocupar um dia os portos da Mandchúria. Tratava se, pois, da simples questão de saber se a Alemanha deveria ficar olhando, tranqüilamente, enquanto, pela consumação de um fato após outro, a China caía mais e mais na dependência da Rússia, ou se, pelo contrário, a Alemanha deveria salvaguardar para si própria uma posição susceptível de mostrar que, se necessário, também poderíamos influenciar a situação das coisas na China, em vez de nos contentarmos com protestos tardios. Enquanto durar a cessão da baía de Kiauchow, um penhor da salvaguarda dos interesses alemães na China, qualquer que seja a explicação oficial para isso, merece a aprovação da democracia social, sem quebra alguma dos seus princípios.

No entanto, em virtude da crise de responsabilidade na direção da política externa alemã, não está em jogo um apoio positivo por parte da democracia social, que formalmente o nega, mas apenas os fundamentos corretos da sua atitude passiva. Sem uma garantia por parte dos responsáveis atuais dessa política, de que tais iniciativas não serão trazidas à consideração da Câmara dos representantes do povo para outros fins que não os proclamados, digamos, como o meio de conseguir algum êxito temporário que pudesse comprometer os maiores interesses do futuro, repito, sem uma garantia ou penhor de alguma espécie, a democracia social não pode avocar a si uma parte da responsabilidade nas medidas adotadas pela política externa.

Como se pode ver, a regra aqui exposta para a posição respeitante a problemas de política externa opõe-se à atitude até hoje observada na prática pela democracia social. Em que medida concorda, nas suas premissas fundamentais, com a orientação dominante do partido nestes problemas, não me compete explicar. No seu conjunto, a tradição exerce um papel maior nestas coisas do que nós pensamos. Reside na natureza de todos os partidos progressivos dar pouco peso às transformações já realizadas. O principal objetivo que eles têm em vista é sempre aquele que não muda — uma tendência muito justificável e útil no sentido dos fins definidos — o enquadramento de propósitos determinados. Compenetrados dessa noção, tais partidos caem facilmente no hábito de manter por mais tempo do que o necessário ou útil opiniões transmitidas do passado, em cujos pressupostos já muita coisa se modificou. Esquecem ou subestimam as alterações verificadas; procu

ram fatos que possam manter ainda válidas essas opiniões, em vez de examinarem, de preferência, se em face da totalidade de fatos pertinentes, a velha opinião não se terá convertido, antes, num preconceito.

Tal raciocínio político *a priori* muitas vezes me parece ter algo a ver com a questão das colônias

Em princípio, é matéria absolutamente indiferente para o socialismo de hoje, ou para o movimento operário, saber se novas colônias provariam constituir um êxito ou não. A suposição de que a expansão colonial restringiria a realização do socialismo baseia-se na idéia completamente desgastada de que tal realização depende da crescente contração do círculo dos abastados e da crescente miséria dos pobres. Que a primeira é uma fábula já ficou esclarecido nos primeiros capítulos, e a teoria da miséria tem sido igualmente abandonada, nos últimos tempos, em toda parte, se não com todas as suas conclusões lógicas, pelo menos através da sua completa refutação, na medida do possível.[32]

Mas mesmo no caso da teoria estar certa, as colônias sobre as quais há agora certo interesse na Alemanha estão longe de se encontrar em posição de reagir tão rapidamente às condições sociais internas, que apenas poderiam manter-se fora de uma possível catástrofe por um ano. A tal respeito, a democracia social alemã nada tem a recear da política colonial do império alemão. E porque é assim, porque o desenvolvimento das colônias que a Alemanha adquiriu (o caso é igualmente válido, se ainda vier a adquirir mais) lhe tomará tanto tempo, é que não existe sequer a questão, por muitos e longos anos, de qualquer reação digna de nota nas condições sociais da Alemanha. E por essa razão, a democracia social alemã pode encarar sem preconceito a questão dessas colônias. Nem pode haver a hipótese de uma séria reação das possessões coloniais sobre as condições políticas da Alemanha. O chauvinismo naval, por exemplo, mantém-se em íntima correlação com o chauvinismo colonial e dele recebe certo alimento. Mas o primeiro também existiria sem o segundo, precisamente como a Alemanha já tinha a sua marinha antes de pensar em conquistar colônias. Deve aceitar-se, contudo, que essa conexão é o terreno mais racional para justificar uma tenaz resistência à política colonial.

Por outro lado, existe alguma justificação, durante a aquisição de colônias, para examinar cuidadosamente o seu valor e perspectivas, e para controlar a instalação e o tratamento dos nativos, bem como outros assuntos de administração; mas isso não chega a ser uma razão para

que se considerem antecipadamente essas aquisições como algo de repreensível.

A sua posição política, devido ao atual sistema de governo, inibe a democracia social de tomar mais do que uma atitude crítica em relação a tais problemas, e a questão de saber se a Alemanha precisa hoje de colônias ou não, particularmente a respeito daquelas colônias que estejam ainda para ser adquiridas, pode ser respondida pela negativa, com razoável autoridade. Mas o futuro tem também os seus direitos a que o consideremos. Se levarmos em conta o fato de que a Alemanha importa atualmente um montante considerável de produtos coloniais, devemos também dizer para nós próprios que chegará o dia em que será desejável podermos recolher uma parte desses produtos das nossas próprias colônias. Por muito rápido que certos socialistas mais apressados possam imaginar que vai ser o curso do desenvolvimento alemão, na direção deles próprios, mesmo assim não podemos ser cegos ao fato de que será preciso ainda um tempo considerável antes que uma série inteira de outros países se convertam ao socialismo. Mas se não é condenável desfrutar o produto de plantações tropicais, não vemos por que o seria se o cultivo de tais plantações fosse feito por nós próprios. Não "se" mas "como" é realmente outra questão a considerar. Não é imprescindível que a ocupação de terras tropicais por europeus afete os nativos em seu modo de vida, nem tem sido esse o caso até hoje. Além disso, só um direito condicional dos selvagens à terra por eles ocupada pode ser reconhecido. A civilização mais alta pode reclamar, em última análise, um mais alto direito. Não a conquista, mas o cultivo, da terra — eis o título histórico e legal para o seu uso.[33]

Segundo o meu critério, esses são os pontos de vista essenciais que devem decidir a posição da democracia social no que respeita à questão da política colonial. Não representam, na prática, qualquer alteração substancial ao voto do partido; mas não estamos unicamente tratando, repito, do que teria de ser votado em cada caso, e sim das razões dadas para que se vote.

Há socialistas para quem qualquer admissão de um interesse nacional cheira logo a chauvinismo ou a um insulto ao internacionalismo e à política de classe do proletariado. Do mesmo modo que, no seu tempo, Domela Nieuwenhuis declarou a bem conhecida afirmação de Bebel — que no caso de ataque pela Rússia, a democracia social levantaria todos os seus homens para a defesa da Alemanha — uma sentença chauvinista, assim, ultimamente, Belfort Bax também achou ser re-

preensível belicismo uma afirmação semelhante formulada por Mr. Hyndman.[34]

Deve admitir-se que nem sempre é fácil fixar uma fronteira onde cesse a defesa dos interesses legítimos de uma nação e passe a figurar um pseudopatriotismo; mas o remédio para o exagero desse lado, por certo, não reside no maior exagero do outro. Deveríamos desejar um muito maior movimento de intercâmbio entre as democracias dos países civilizados e para apoio de todos os fatores e instituições que trabalham pela paz.

De uma importância hoje muito maior do que a questão de debater as exigências já estabelecidas no programa é o problema de suplementar o programa do partido. Nesse aspecto, o desenvolvimento prático suscitou uma série de questões nas ordens do dia que, ao ser elaborado o programa original, foram parcialmente consideradas como tão longínquas ainda, no futuro, que não valia a pena a democracia social preocupar-se especialmente com elas, mas as quais não foram, também parcialmente, consideradas em todo o seu significado e relevo. A essas questões pertencem o problema agrário, a política de administração local, a cooperação e os diferentes assuntos relacionados com a lei industrial. O enorme desenvolvimento da democracia social nos oito anos que mediaram desde a elaboração do Programa de Erfurt, sua reação na política interna alemã bem como as experiências verificadas noutros países, tornaram imperativo o exame mais íntimo de todas essas questões e a correção material de muitas idéias que anteriormente se tinham sobre as mesmas.

No que respeita à questão agrária, até aqueles que pensaram que a lavoura camponesa estava sentenciada a morrer já mudaram consideravelmente de opinião, quanto ao prazo de tempo necessário para a verificação dessa morte. Nos mais recentes debates sobre a política agrária a ser adotada pela democracia social, por certo muitas diferenças de opinião se verificaram sobre o assunto, mas, em princípio, todas evoluíam em redor disto: se, e num caso determinado, até que limite, a democracia social deve oferecer assistência ao camponês como lavrador independente contra o capitalismo.

A questão é mais fácil de formular do que de responder. O fato de que a grande massa dos camponeses, mesmo que estes não sejam assalariados, pertence à classe trabalhadora — ou seja, não se mantém simplesmente por um título de propriedade ou por um privilégio de nascimento — coloca-a muito perto da classe assalariada. Por outro lado, o camponês constitui na Alemanha uma fração de tal modo

importante da população que, numa eleição, em muitas assembléias, são os seus votos que decidem entre os partidos capitalistas ou os socialistas. Mas se a democracia social não se limitar a ser o partido dos trabalhadores, no sentido em que representa o complemento político das *trade unions,* terá então de ser extremamente cautelosa para nela interessar, pelo menos, uma grande parte dos camponeses, e na vitória dos seus candidatos. Com o tempo, isso poderá acontecer na condição que a democracia social se comprometa, ela própria, a propugnar medidas que ofereçam melhoria de condições, num futuro próximo, para os pequenos camponeses. Mas com muitas medidas que têm essa finalidade, sucede que a legislatura não pode distinguir entre pequenos camponeses e os da classe média, e, por outra parte, não pode auxiliar o camponês como um cidadão do Estado ou um trabalhador, sem que esteja a apoiá-lo, indiretamente, pelo menos, como "empresário".

Isso é patente, com outros aspectos, no texto do programa de política agrária socialista que Kautsky esboçou no final do seu trabalho sobre o problema agrário, sob o título *A neutralização do camponês.* Kautsky demonstra, convincentemente, que mesmo depois da vitória da democracia social, não existirá qualquer razão para abolir as propriedades dos camponeses. Mas ele se opõe, ao mesmo tempo, a medidas tais, ou à manutenção de exigências tais como as que revelem a intenção de "proteger os camponeses", no sentido de que se reteriam os camponeses artificialmente como empresários da terra. Propõe uma vasta série de reformas, ou declara admissível apoiá-las, que resultem em aliviar as paróquias rurais e em aumentar as suas fontes de renda. Mas para que classes essas medidas seriam benéficas, em primeiro lugar? De acordo com a exposição de Kautsky, para os camponeses, visto que, como ele mostra em outra passagem, no campo, mesmo sob o regime do sufrágio universal, está fora de questão uma influência do proletariado, digna de nota, sobre os negócios da paróquia. Essa influência, ainda segundo Kautsky, bastante isolada, bastante retrógrada, está ainda demasiado dependente dos poucos empregadores de mão-de-obra rural, que a controlam. "Uma política comunal que não se ajuste aos interesses do proprietário de terras nem merece que se pense nela." Tampouco se pode pensar hoje em "uma administração moderna da terra pela paróquia, numa grande empresa paroquial cooperativa controlada pela comunidade da aldeia".[35] Mas, enquanto se reconheça que a situação é esta, medidas como a "amalgamação das zonas de caça dos grandes proprietários de terras numa comunidade", "nacionalização dos impostos para escolas, estradas e os pobres",

contribuiriam obviamente para a melhoria do nível dos camponeses e, através delas, para o fortalecimento das suas posses. Praticamente, então, elas funcionariam como proteção para os camponeses.

Há duas hipóteses em que o apoio a tais medidas de proteção dos camponeses me parece inócuo. Em primeiro lugar, uma forte proteção aos trabalhadores agrícolas deve ir aliada às demais medidas e, em segundo lugar, a democracia deve orientar a vida da comuna e do distrito. Ambas são previstas por Kautsky. Mas este subestima a influência dos trabalhadores agrícolas na paróquia democratizada. Os trabalhadores agrícolas são tão desamparados como Kautsky os descreve nos trechos citados, mas apenas nas regiões que se encontram fora da interpenetração comercial; e o seu número é cada vez mais reduzido. De modo geral, o agricultor já está hoje toleravelmente consciente dos seus interesses e, com o sufrágio universal, ficará ainda mais. Além disso, existe na maioria das paróquias toda espécie de antagonismos entre os próprios camponeses, e a comunidade aldeã comporta, em artesãos e pequenos comerciantes, elementos que têm, a muitos títulos, mais em comum com os trabalhadores agrícolas do que com a aristocracia rural. Tudo isso significa que os trabalhadores rurais não teriam, exceto em alguns raros casos, de ficar sozinhos de plantão contra uma inquebrantável "massa reacionária". A democracia tem, nas zonas rurais, se quiser existir, de atuar no espírito do socialismo. Considero a democracia, em conjugação com os resultantes das grandes transformações no sistema de comunicações, de transportes, uma alavanca mais poderosa na emancipação dos trabalhadores rurais do que as próprias transformações técnicas nos processos de lavoura.

Evito focalizar todos os pormenores do programa de Kautsky, com o qual, como já acentuei, estou inteiramente de acordo, em princípio; mas creio que alguns comentários mais não devem ser suprimidos a seu respeito. Para mim, como já observado, a missão primordial que a democracia social tem agora a preencher, em relação à população agrícola, pode classificar-se em três cláusulas, a saber:

1) A *luta contra todos os remanescentes e representantes atuais dos senhores feudais da terra, e a luta pela democratização da comuna e do distrito.* Isso envolve uma luta para a remoção do morgadio, do direito sucessório, dos privilégios paroquiais, dos privilégios de caça etc., conforme indicados por Kautsky. Na formulação de Kautsky "o mais completo autogoverno da paróquia e da província", a expressão "o mais completo" não me parece bem escolhida e eu a teria substituído

por "democrático". Os superlativos são quase sempre enganadores. "O mais completo autogoverno" pode aplicar-se ao círculo daqueles com direito a manifestar-se na administração, o que quer dizer que se pode exprimir isso mesmo de uma forma mais correta, dizendo "o autogoverno democrático"; mas pode também denotar funções administrativas, e significaria então um absolutismo da paróquia, que nem é necessário nem se coaduna com os requisitos de uma democracia sã. A legislação geral da nação situa-se acima das paróquias, indicando-lhes suas funções definidas e representando os interesses gerais contra os seus interesses particulares.

2) *Proteção e auxílio às classes trabalhadoras da agricultura.* Esta cláusula abrange a proteção aos trabalhadores no mais estreito significado: abolição dos regulamentos para servos, limitação das horas de trabalho para as várias categorias de assalariados, regulamentação da política sanitária, sistema de educação, bem como medidas que liberem o pequeno camponês como contribuinte.

3) *Medidas contra o absolutismo da propriedade e para o progresso cooperativo.* Exigências como "limitação dos direitos de propriedade privada no solo", com vista a promover: *a*) a supressão do acrescentamento de terras a terras; *b*) o cultivo da terra; *c*) a prevenção contra a doença" (Kautsky); "a redução de rendas exorbitantes por tribunais estabelecidos para esse fim" (Kautsky); a construção pela paróquia de alojamentos saudáveis e confortáveis para os camponeses; "facilidades para uniões cooperativas. por meio de legislação apropriada" (Kautsky); o direito da paróquia à aquisição de terras, por compra ou expropriação, cedendo-as a uma renda barata aos trabalhadores e associações de trabalhadores.

Esse último ponto conduz-nos à questão da cooperação. Depois de tudo o que afirmei no capítulo sobre as possibilidades econômicas das associações cooperativas, pouco me resta agora a dizer. Hoje, a questão já não é mais de saber se as associações cooperativas devem ou não existir. Elas existem e existirão, quer a democracia social o deseje ou não. Pelo peso da sua influência sobre as classes trabalhadoras, a democracia social certamente pode retardar a expansão das sociedades cooperativas dos trabalhadores, mas não fará com isso qualquer serviço útil a si própria ou à classe trabalhadora. O manchesterismo inflexível que freqüentemente se manifesta em alguns setores do partido, relativamente à cooperação e se baseia na declaração de que não pode haver cooperativismo socialista dentro de uma sociedade capitalista, não está de modo algum justificado. Pelo contrário, é importante tomar uma

posição decidida e ser claro quanto à classe de associações que a democracia social pode recomendar e pode moralmente apoiar.

Vimos que extraordinário progresso está sendo feito, em todos os países modernos, pelas associações para concessão de crédito, compras, produção de laticínios, fabricação e venda. Mas, na Alemanha, essas associações são, em geral, de camponeses, representantes do movimento "da classe média" no país. Considero incontrovertível que eles, em conjunção com o barateamento de juro que a crescente acumulação de capital envolve, podiam de fato ajudar muitíssimo no sentido de manter as pequenas empresas de camponeses em situação capaz de concorrer com as grandes organizações capitalistas. Conseqüentemente, essas associações de camponeses são, em muitos casos, cenário de ação dos elementos anti-sociais, dos *petits bourgeois* liberais, clericais e anti-semitas. No que respeita à democracia social, eles podem ser postos fora de combate quase em toda parte — se bem que nas suas fileiras se encontrem ocasionalmente pequenos camponeses que estão mais próximos do socialismo do que de qualquer outro partido. É o camponês médio quem toma a chefia deles. Se a democracia social alguma vez teve a possibilidade de alcançar uma influência mais forte nas classes rurais da população, foi por intermédio das cooperativas, mas deixou essa oportunidade fugir-lhe das mãos.

Mas se a democracia social não tem vocação para o estabelecimento de armazéns cooperativos, não significa que não se interesse por eles. A tão prezada declaração de que os armazéns cooperativos não são empreendimentos socialistas baseia-se no mesmo formalismo que por tanto tempo atuou contra as *trade unions,* e que principia agora a manifestar-se no sentido diametralmente oposto. Quer uma *trade union* ou um armazém cooperativo seja ou não socialista, o fato não dependerá nunca da sua forma, mas do seu caráter — do espírito que impregna a organização. Não são socialistas, mas como organizações de trabalhadores comportam em si próprias diversos elementos de socialismo, suscetíveis de constituírem valiosa e imprescindível alavanca para a emancipação socialista. Por certo desempenharão melhor as suas missões econômicas se as deixarem completamente sós em sua organização e governo. Mas como a aversão e até a inimizade que muitos socialistas sentiram, antes, pelo movimento das *trade unions*, se transformaram gradualmente em neutralidade amistosa e, por fim, num sentimento de estarmos todos juntos, assim acontecerá também com os armazéns — assim já começou a acontecer em certa medida.

Aqueles elementos que são inimigos não só do método revolucionário, mas de todo e qualquer movimento de emancipação dos trabalhadores, graças à sua campanha contra os armazéns cooperativos, acabaram por obrigar a democracia social a vir em seu apoio. A experiência também já revelou que receios tais como o do movimento cooperativo afastar os intelectuais e outras forças do movimento político dos trabalhadores eram inteiramente infundados. Em certos locais, esse pode ser temporariamente o caso, mas vendo as coisas a distância, é o oposto que sucede. A democracia social pode olhar confiante para a fundação dos armazéns cooperativos dos trabalhadores, onde se encontram as condições preliminares, econômicas e legais do socialismo, e fará bem em dar-lhes a sua boa vontade, ajudando-os tanto quanto possível.

Só de um único ponto de vista poderia o armazém cooperativo dos trabalhadores parecer algo duvidoso em princípio, a saber, como o bom que está no caminho do melhor, se o melhor não seria a organização da compra e distribuição dos artigos através do próprio município, como é projetado em quase todos os sistemas socialistas. Mas, em primeiro lugar, o armazém democrático, a fim de abranger todos os membros da localidade onde se situa, não precisa de uma alteração em princípio; basta uma ampliação de sua constituição, que está inteiramente em uníssono com as suas tendências naturais (em algumas localidades menores, os armazéns cooperativos já não estão longe de contar com a totalidade dos habitantes do lugar onde se acham estabelecidos). Depois, a realização desse pensamento está ainda tão afastada e pressupõe tantas mudanças políticas e econômicas, tantos passos intermédios da evolução, que seria loucura rejeitar, na expectativa desse porvir, todas as vantagens que os trabalhadores já hoje desfrutam das suas cooperativas, tal como são. No que respeita ao conselho distrital ou paroquial, só por intermédio dele podemos hoje suprir necessidades gerais e claramente definidas.

Com isso chegamos ao problema da política municipal da democracia social. Durante um longo período, isso foi também um enteado do movimento socialista. Não faz muito tempo que um jornal socialista estrangeiro (que entretanto desapareceu), editado por gente muito intelectual, rejeitava, por exemplo, a seguinte idéia, considerada com desprezo como oriunda dos *petits bourgeois*: a utilização dos municípios como ponto de apoio do trabalho socialista de reforma, sem negligenciar, para tal fim, a ação parlamentar, e dando começo à realização das exigências socialistas através da municipalidade. A

ironia do destino mostrou-se no fato de que o diretor desse jornal só logrou entrar no parlamento do seu país graças a uma vaga de socialismo municipalista. Também na Inglaterra, a democracia social encontrou nos municípios um terreno rico de atividade proveitosa, antes de conseguir enviar seus próprios representantes ao parlamento. Na Alemanha, o desenvolvimento fez-se de maneira diferente. Aí, a democracia social já de há muito obtivera direitos civis parlamentares, antes de se introduzir nos órgãos representativos das comunas. Com a sua crescente expansão, o seu êxito também aumentou nas eleições para os órgãos locais, pelo que se tornou imprescindível a elaboração de um programa municipal socialista, como já se esboçara para estados e províncias separadas. Que oferece a democracia social à municipalidade e que espera obter desta?

A esse respeito, o programa de Erfurt diz apenas: "autogoverno do povo no império, no estado, na província e no município; eleições dos funcionários pelo povo" e pede para todas as eleições o direito de voto direto de todos os adultos. Não faz menção quanto às relações legais dos organismos governamentais indicados, entre si. Como foi mostrado mais atrás, mantenho que a lei ou decreto da nação tem de partir da suprema autoridade legal da comunidade: o Estado. Mas isso não significa que a linha divisória entre direitos e poderes do Estado e da municipalidade deveriam ser sempre as mesmas de hoje.

Atualmente, por exemplo, o direito municipal de expropriação é muito limitado, pelo que uma vasta série de medidas de caráter econômico-político encontrariam na oposição, ou nas exigências exorbitantes dos proprietários urbanos, uma barreira intransponível. Uma ampliação da lei da expropriação seria, assim, uma das exigências mais lógicas que o socialismo municipal deveria formular. Não é preciso, contudo, pedir uma lei de expropriação absolutamente ilimitada. A municipalidade deveria sempre ater-se às disposições da lei comum, que protege o indivíduo contra a ação arbitrária de maiorias acidentais. Os direitos de propriedade que a lei comum prevê devem ser invioláveis em qualquer comunidade, na medida e tão extensamente quanto a lei comum os admita. Apoderar-se de propriedades legais por outros meios que não a justa compensação chama-se confisco, que só pode justificar-se em casos de extrema pressão das circunstâncias — guerra, epidemias.[36]

A democracia social será assim obrigada a pedir para a municipalidade, quando o voto se tornar democrático, uma extensão do direito de expropriação (que é ainda muito limitado em vários estados alemães),

se se quiser que uma política socialista de governo local seja viável. Além disso, petições respeitando à criação de empresas municipais e de serviço público, bem como uma política trabalhista para a municipalidade, são legitimamente colocadas à testa do programa. Com respeito ao primeiro ponto, a seguinte exigência devia ser estabelecida como essencial: que todas as empresas com caráter monopolístico e dirigidas no sentido da satisfação das necessidades gerais dos membros do município deviam ser colocadas sob sua própria gerência e que, para o restante, a municipalidade deve envidar constantes esforços para ampliar a área de sua ação e dos serviços que presta a seus membros. No que concerne à política trabalhista, devemos exigir das municipalidades que elas, como empregadoras de mão-de-obra, seja sob sua administração direta ou sob contrato, adotem, como condição mínima, as cláusulas de salários e de horários reconhecidas pela organização de tais trabalhadores, e que garantam o direito de agremiação dos mesmos. Deveríamos observar, contudo, que, se é simplesmente legítimo todo o esforço feito no sentido de levar as municipalidades, como empregadoras de mão-de-obra, a excederem as empresas privadas na concessão de condições de trabalho e de bem-estar aos trabalhadores, seria política insensata, por parte dos trabalhadores municipais, exigirem condições tais como para se colocarem, quando comparados com outros camaradas seus dos mesmos ramos de atividade, na posição de uma classe invulgarmente privilegiada ou que levassem a municipalidade a trabalhar a um custo consideravelmente superior do que o do empregador particular. Isso conduziria, por fim, à corrupção e ao enfraquecimento do espírito público.

A evolução moderna atribuiu ainda outras obrigações às municipalidades: o estabelecimento e a superintendência de fundos locais para os enfermos, ao que deve ser acrescentado, em época não muito distante, a criação do seguro contra a invalidez. Acrescente-se, também, o estabelecimento de escritórios de colocação de trabalhadores e os tribunais de arbitragem industrial. Quanto aos escritórios de colocação, a democracia social exige, como mínimo, que o seu caráter seja garantido pela sua própria composição, com representações iguais de trabalhadores e empregadores; relativamente aos tribunais arbitrais, devem ser criados compulsoriamente e os seus poderes ampliados. A democracia social mostra-se cética, mesmo quando não protesta contra, a respeito do seguro municipal contra o desemprego, pois prevalece a idéia de que esse seguro é um dos deveres legítimos dos sindicatos e *trade unions* e pode ser melhor regulamentado por estas últimas

organizações. Mas só pode ser vantajoso em atividades muito bem organizadas que, infelizmente, ainda contam com reduzido número de trabalhadores nos seus quadros. A grande massa trabalhadora está ainda por se organizar e a questão é saber se um seguro municipal contra desemprego pode, em combinação com os sindicatos, ser organizado de tal maneira que, em vez de ser uma extorsão das funções legítimas dos últimos, possa de fato representar um meio de os auxiliar. Em qualquer caso, seria obrigação dos representantes social-democratas da municipalidade, onde tal seguro seja efetivado, fazer pressão enérgica para que seja reconhecida a respectiva *trade union*, o órgão sindical por excelência.[37]

Pela sua natureza global, o socialismo municipal é ponto de apoio indispensável para a formação ou realização completa do que, no último capítulo, chamei "direito democrático do trabalho". Mas é e tem de ser um trabalho por escalões onde a elegibilidade municipal seja uma elegibilidade de classe. Esse é o caso em mais de três quartos da Alemanha. E assim estamos, como no caso das dietas dos estados federais, das quais as municipalidades dependem em grande parte, e com outros órgãos de autogoverno (distritos, províncias etc.), face a face com o problema: como conseguirá a democracia social remover o atual regime de elegibilidade de classe e obter a democratização do sistema eleitoral?

A democracia social tem hoje na Alemanha, além dos meios de propaganda pela palavra e por escrito, a credibilidade para o *Reichstag* como arma das mais efetivas de propugnar pelas suas pretensões. Sua influência é tão poderosa que já se dilata mesmo àqueles órgãos que têm sido inacessíveis à classe trabalhadora, devido a uma qualificação de propriedade, ou a um sistema de elegibilidade de classe; por isso, os partidos devem, mesmo para essas assembléias, dar a maior atenção aos eleitores selecionados para o *Reichstag*. Se o direito de votar para o *Reichstag* estivesse protegido de todos os ataques, o problema de tratar a elegibilidade para outros órgãos como uma coisa secundária poderia ser justificado até certo ponto, embora fosse um equívoco desprezá-lo. Mas a elegibilidade para o *Reichstag* não está de modo algum assegurada. Os governos e os partidos governamentais por certo não resolverão emendá-la ligeiramente, pois dirão para si próprios que tal medida levantaria nas massas trabalhadoras da Alemanha um azedume e um ódio, que não se dispensariam de mostrar, de modo muito desagradável, em ocasiões adequadas. O movimento socialista é demasiado poderoso, a autoconsciência política dos trabalhadores

alemães está demasiado desenvolvida, para que possam ser tratados de um modo arrogante. Poderemos até supor que um grande número mesmo dos adversários do sufrágio universal tem certa hesitação moral em retirar tal direito ao povo. Mas se sob condições normais a retração da elegibilidade suscitaria uma tensão revolucionária, com todos os seus perigos para as classes governantes, não pode haver dúvida, por outro lado, quanto à existência de sérias dificuldades técnicas no processo de alterar o sistema de elegibilidade de modo a facilitar, só como uma exceção, o sucesso de candidaturas sociais independentes. São considerações de ordem simplesmente política que, nessa questão, determinam o resultado.

Nessa e noutras bases, não parece aconselhável fazer depender a política da democracia social só e exclusivamente das condições e possibilidades da elegibilidade imperial. Vimos, além disso, que o progresso não é tão acelerado por essas circunstâncias quanto se poderia inferir dos êxitos eleitorais de 1890 e 1893. Enquanto os votos socialistas no período trienal de 1887 a 1890 se elevaram 87% e, de 1890 a 1893, 25%, nos cinco anos de 1893 a 1898 só aumentaram 18% — um incremento importante em si, mas não de molde a justificar esperanças extraordinárias nos anos vindouros.

Ora, a democracia social não depende exclusivamente da elegibilidade e da atividade parlamentar. Um terreno enorme e rico existe para ela, fora do parlamento. O movimento socialista das classes trabalhadoras existiria mesmo que o parlamento estivesse fechado — ou fechado ao socialismo. Nada o mostra melhor do que os encorajantes movimentos entre as classes trabalhadoras da Rússia. Mas com a sua exclusão dos órgãos representativos, os trabalhadores alemães perderiam, numa grande parte, a coesão que hoje caracteriza as suas várias seções; assumiria um caráter caótico e, em vez da firme, ininterrupta marcha em frente, a passos decididos, teríamos movimentos bruscos e esporádicos, com os inevitáveis retrocessos e canseiras.

Tal desenvolvimento não é nem do interesse das classes trabalhadoras nem parece ser desejável, tampouco, para aqueles adversários da democracia social que se convenceram já de que a presente ordem social não foi criada para a eternidade, mas está sujeita, como todas as coisas, às leis da transformação e da mudança, e que, por conseguinte, um desenvolvimento catastrófico, com todos os seus horrores e devastações, só pode ser evitado se, na legislação, for tomada em consideração a mudança verificada nas condições de produção e comércio e na evolução das classes. E o número dos que reconhecem já esses fatos

está crescendo incessantemente. A sua influência seria muito maior do que é hoje se a democracia social pudesse emancipar-se a si própria da fraseologia bastante antiquada que ainda usa e convencer-se do que hoje realmente representa: um partido democrático, socialista, de reforma.

Não se trata da questão de renunciar ao chamado direito à revolução, esse direito puramente especulativo que não pode ser incluído em nenhum parágrafo de nenhuma constituição e que nenhum estatuto pode proibir, esse direito que durará enquanto durar a lei das forças naturais que nos obriga a morrer se abandonarmos o direito de respirar. Esse imprescritível e inalienável direito é tão pouco afetado, se nos colocarmos no caminho das reformas, como o direito de autodefesa, ao elaborarem-se leis que regulam as nossas disputas pessoais e de propriedade.

Mas será hoje a democracia social algo mais e para além de um partido que luta pela transformação socialista da sociedade, pelos meios da reforma democrática e econômica? Segundo algumas afirmações que foram sustentadas contra mim no congresso em Stuttgart, o caso poderia parecer não passar disso. Mas em Stuttgart, a minha carta foi interpretada como uma acusação ao partido por navegar na direção do blanquismo, quando, de fato, era dedicada a algumas pessoas que me atacaram com argumentos e números de aspecto pronunciadamente blanquista e que queriam obter do congresso uma moção contra mim.

Nem mesmo um veredicto positivo do congresso de Stuttgart, contra a minha declaração, me teria desviado da convicção de que a grande massa da democracia social alemã está muito longe de se adaptar às medidas do figurino blanquista. Depois do discurso de Oeynhausen, percebi que não seria de esperar outra atitude do congresso do que aquela de fato adotada.[38]

O discurso de Oeynhausen tem desde então compartilhado a sorte de tantos outros discursos de homens extraordinários e foi semi-oficialmente corrigido. E em que sentido se tem exprimido o próprio partido, desde Stuttgart? Bebel, nos seus discursos sobre as tentativas de assassínio, articulou o mais vigoroso protesto contra a idéia de que a democracia social mantém uma política de força, e todos os órgãos do partido relataram esse discurso, com aplausos; não se levantou qualquer protesto contra, em parte alguma. Kautsky desenvolve na sua *Questão agrária* os princípios da política agrária da democracia social. Formam um sistema de reforma democrática total, do mesmo modo que o Programa Comunal adotado em Brandemburgo é um programa

democrático de reforma. No *Reichstag*, o partido apóia a extensão dos poderes e o estabelecimento compulsório de tribunais arbitrais para disputas trabalhistas. Estes são órgãos para o progresso da paz industrial. Todos os discursos dos seus representantes respiram reforma. Na mesma cidade de Stuttgart, onde, segundo conta Clara Zetkin, a "Bernsteiníade" recebeu o seu golpe final, foi formada uma aliança, pouco depois do encerramento do congresso, entre os sociais-democratas e a democracia da classe média, para as eleições municipais, exemplo que foi seguido por outras cidades do Würtemberg. No movimento das *trade unions*, um sindicato atrás de outro procede à criação de fundos para os membros sem trabalho, o que praticamente acaba com as características de uma coligação de puro combate e nos escritórios municipais de empregos inscrevem-se igualmente empregados e empregadores; enquanto em grandes cidades — Hamburgo, Elberfeld — armazéns cooperativos foram iniciados por socialistas e sindicalistas. Em toda parte há ação pela reforma, ação para o progresso social, ação para a vitória da democracia. "O povo estuda os pormenores dos problemas do dia e deseja encontrar pontos de apoio e pontos de arranque para levar a cabo o desenvolvimento da sociedade na direção do socialismo." Isso escrevi eu há um ano,[39] e não vejo motivo para lhe cortar uma só palavra.

CONCLUSÃO

Fins últimos e tendência

Kant contra *cant*

Já foram feitas referências, em diversas partes deste livro, à grande influência que a tradição exerce, mesmo entre socialistas, sobre os juízos respeitantes a fatos e idéias. Digo intencionalmente "mesmo entre socialistas" porque esse poder da tradição é um fenômeno muito expandido, do qual nenhum partido, nenhuma linha literária ou artística de pensamento está livre, e que penetra profundamente mesmo na maioria das ciências; provavelmente, nunca será desenraizada. Certo intervalo de tempo deverá passar antes que os homens reconheçam a inconsistência da tradição em face do que existe, de modo a colocarem aquela na prateleira. Enquanto isso não sucede, a tradição constitui, usualmente, o meio mais poderoso de unir aqueles a quem uma pressão externa, ou um interesse constante, forte e efetivo, não se junta. Daí a preferência instintiva de todos os homens de ação, por muito revolucionários que sejam seus objetivos, pela tradição. "Não mudar nunca de cavalo quando se atravessa uma correnteza." Esta expressão favorita do velho Lincoln está enraizada no mesmo pensamento do bem conhecido anátema de Lassalle contra o "incômodo espírito do liberalismo, o lamento do indivíduo opinante e querendo saber mais". Enquanto a tradição é essencialmente conservadora, a crítica é quase sempre destrutiva. No momento de uma ação importante, por conseqüência, a crítica, mesmo quando justificada plenamente pelos fatos, pode ser perniciosa e, desde logo, repreensível.

Reconhecer isso, claro, não é considerar sagrada a tradição e rejeitar a crítica. Os partidos não estão sempre no meio de fortes correntes, quando a atenção é dedicada a uma única tarefa.

Para um partido que tem de se manter a par de uma evolução real, a crítica é indispensável e a tradição pode converter-se num pesado fardo, numa grilheta restritiva.

Mas os homens em muito poucos casos decidida e inteiramente avaliam a importância das transformações que ocorrem em seus pressupostos tradicionais. Usualmente, preferem levar em consideração apenas aquelas mudanças na medida em que se relacionam com fatos inegáveis e pô-las então em uníssono, tanto quanto possam, com os tradicionais enigmas. O método chama-se mistificação e as desculpas ou explicações denominam-se hipocrisia.

A palavra inglesa *cant*, "hipocrisia" ou "falsa retórica", diz-se ter sido usada pela primeira vez no século XVI para descrever os cânticos religiosos dos puritanos. No seu sentido mais genérico, denota um modo irreal de falar, premeditadamente imitativo, ou usado em plena consciência da sua inverdade, para atingir um determinado objetivo, seja religioso, político, ou relacionado tanto com a teoria como com a prática. Nesse sentido mais lato, *cant* é muito antigo — não havia piores *canters,* por exemplo, que os gregos do período clássico — e impregnou em infinitas formas todo o mundo civilizado. Cada nação, cada classe e cada grupo, unido pela teoria ou pelo interesse, possui o seu próprio *cant.* Tornou-se, parcialmente, tal simples caso de convenção, de pura forma, que já ninguém pode hoje ser enganado pela sua vacuidade, pela sua hipocrisia; lutar contra isso, seria o mesmo que atirar inutilmente nos pardais. Mas isso não se aplica ao *cant* que aparece à guisa de ciência e ao *cant* que se transformou num grito de guerra.

A minha proposição, "Para mim o que geralmente se chama fins últimos do socialismo é nada, mas o movimento é tudo", tem sido freqüentemente concebida como uma negação de todas as finalidades concretas do movimento socialista e Plekhanov até descobriu que eu citara essa "famosa frase" do livro *To Social Peace,* de Gerhard von Schulze-Gavernitz. Aí se lê, de fato, em certo trecho, que é sem dúvida indispensável ao socialismo revolucionário tomar como sua finalidade última a nacionalização de todos os meios de produção, mas não para o socialismo político prático, que coloca os fins próximos antes dos distantes. Porque um fim último é aqui considerado como sendo dispensável para os objetivos práticos e porque também demonstrei muito pouco interesse pelos fins últimos, logo fui rotulado de "adepto indiscriminado" de Schulze-Gavernitz. Devo confessar que tal demonstração é bom testemunho de uma notável riqueza de imaginação.

Quando, há oito anos, fiz a crítica do livro de Schulze-Gavernitz no *Neue Zeit,* embora a minha análise fosse fortemente influenciada por

noções que já não perfilho, coloquei de lado, entretanto, como imaterial e desprovida de interesse, essa oposição de fins últimos e atividades práticas da reforma; e admiti, sem encontrar um só protesto, que para a Inglaterra não era improvável um novo progresso e desenvolvimento pacífico, tal como Schulze-Gavernitz previa. Exprimi a convicção de que, com a continuação do livre desenvolvimento, a classe trabalhadora inglesa certamente aumentaria as suas exigências, mas não desejaria nada que não pudesse ser demonstrado, de cada vez, como necessário e revestido de toda a viabilidade. No fundo, isso não é diferente do que ainda hoje afirmo. E se alguém deseja usar contra mim os progressos feitos desde então pela democracia social, na Inglaterra, responderei que, com essa amplitude, o desenvolvimento da democracia social inglesa saiu da fase utópica, de seita revolucionária, como Engels muitas vezes a representou, para se converter no partido da reforma política que hoje conhecemos.[1] Nenhum socialista capaz de pensar sonhará hoje, na Inglaterra, com uma vitória iminente do socialismo, por intermédio de uma revolução violenta — ninguém sonha com uma rápida conquista do parlamento por um proletariado revolucionário. Mas confiam cada vez mais no trabalho das municipalidades e outros órgãos autogovernantes. A animosidade inicial contra as *trade unions* foi extinta; uma simpatia mais estreita foi ganha para esse movimento e, aqui, e ali, também para o das cooperativas.

E o fim último? Bem, continua a ser, simplesmente, um fim último.

> As classes trabalhadoras não possuem utopias fixas e perfeitas a apresentar por intermédio de um voto da nação. Sabem que para conseguir a sua própria emancipação — e com ela a forma de vida mais elevada que o presente estágio da sociedade irresistivelmente promete pelo seu próprio desenvolvimento econômico — as classes trabalhadoras terão de passar por longas lutas, toda uma série de processos históricos, por meio dos quais os homens e as circunstâncias serão completamente transformados. Não têm ideais a realizar, têm apenas de pôr em liberdade os elementos da nova sociedade que já se desenvolveram no ventre da sociedade burguesa em colapso.

Isso escreveu Marx em *A guerra civil na França*. Estava eu pensando nessa concepção, não em todos os pontos, mas no seu pensamento fundamental, ao escrever a sentença a respeito de fins últimos. Porquanto, afinal, que diz ele senão que o movimento, as séries de processos, são tudo, ao passo que toda e qualquer finalidade para além, fixada previamente em todos os seus detalhes, é imaterial e irrelevante.

Já declarei que de boa vontade abandono a forma da sentença sobre o fim último, na medida em que ela admitir que todo e qualquer objetivo geral do movimento das classes trabalhadoras, declarado como princípio, deva ser declarado sem valor. Mas as teorias preconcebidas sobre o rumo do movimento, que ultrapassam tal finalidade genericamente expressa, em que tentam determinar a direção do movimento e o seu caráter sem um olho vigilante sobre os fatos concretos e a experiência, devem passar necessariamente ao domínio da utopia e, de vez em quando, postar-se no caminho e obstruir o real progresso, prático e teórico, do movimento.

Quem conhece um pouco que seja da história da democracia social alemã sabe também que o partido se tornou importante pela ação contínua, em contravenção a tais teorias e por infringir resoluções fundadas nelas. O que Engels diz no prefácio da nova edição da *Guerra civil,* a respeito dos blanquistas e dos proudhonistas na Comuna de Paris, de 1871, especialmente, que ambos tinham sido forçados a atuar na prática contra as suas próprias teorias, tem sido freqüentemente repetido sob outras formas. Uma teoria ou declaração de princípio que não permita prestar-se atenção, em cada fase do desenvolvimento, aos reais interesses das classes trabalhadoras, será posta de lado, precisamente como todas as antepromessas de reforma ou de apoio aos partidos vizinhos da classe média foram sucessivamente esquecidas; e, uma e outra vez, nos congressos do partido, a queixa se ouvirá de que no pleito eleitoral, aqui e ali, os fins últimos do socialismo não foram suficientemente realçados.

Na citação de Schulze-Gavernitz que Plekhanov me atribui, reza que, pelo abandono do axioma que diz serem as condições do trabalhador inteiramente sem esperança na sociedade moderna, o socialismo perderia o seu ponto forte revolucionário e seria absorvido na corrente das exigências legislativas. Infere-se claramente desse contraste que Schulze-Gavernitz sempre usou o conceito "revolucionário" no sentido de uma luta que tenha a revolução pela violência em vista. Plekhanov vira a coisa pelo avesso e porque eu não sustentei ser sem esperança a situação do operário, porque reconheço a sua capacidade de melhoria e muitos outros fatos que os economistas burgueses confirmaram, fui despachado para o grupo dos "adversários do socialismo científico".

Infelizmente para o socialismo científico de Plekhanov, as proposições marxistas sobre a irremediabilidade da posição do trabalhador foram perturbadas por certo livro que tem o título *O capital: uma crítica da economia política.* Aí se lê da "regeneração física e moral"

dos trabalhadores têxteis no Lancashire, através da Lei Fabril de 1847, que "atraiu as vistas mais débeis". Nem uma república burguesa era mesmo necessária para trazer alguma melhoria à situação de um vasto setor de trabalhadores! No mesmo livro se lê que a sociedade de hoje não é um cristal inamovível, mas um organismo capaz de modificações e constantemente empenhado num processo de transformação, que também no tratamento dos problemas econômicos, por parte dos representantes oficiais desta sociedade, "uma melhoria era inegável". Além disso, que o autor devotou um espaço tão grande do seu livro aos resultados das Leis Fabris inglesas, para acicatar o continente a imitá-las e assim trabalhar para que o processo da sociedade em transformação possa realizar-se em formas ainda mais humanas.[2] Tudo isto significa, portanto, não a irremediabilidade, mas a capacidade, de melhoria na condição do trabalhador. E, desde 1866, quando isso foi escrito, como a legislação proposta não enfraqueceu, mas aumentou, tornou-se mais geral e foi suplementada por leis e organizações atuando na mesma direção pretendida, não podem subsistir mais dúvidas hoje do que ontem sobre a falsidade do conceito da irremediabilidade da situação operária. Se tais fatos significam secundar o "imortal Bastiat", então entre os da primeira fila de seus seguidores está — Karl Marx.

Agora, pode dizer-se contra mim que Marx certamente reconheceu tais melhorias, mas que o capítulo sobre a tendência histórica da acumulação capitalista, no fim do primeiro volume de *O capital,* mostra quão pouco esses pormenores influenciaram o seu modo fundamental de ver as coisas. Ao que respondo que, na medida em que isso é correto, fala contra o dito capítulo e não contra mim.

Esse capítulo pode ser interpretado de maneiras muito diferentes. Creio ter sido eu o primeiro a acentuar, e a repeti-lo muitas vezes, que se tratava de uma caracterização sumária da tendência do desenvolvimento que se revela na acumulação capitalista, mas que na prática não se realiza completamente e que portanto não é necessário ser levada ao ponto crítico de antagonismo que aí se descreve. Engels jamais se exprimiu contrariamente à minha interpretação; tanto verbalmente ou por escrito, nunca a declarou errada. Nem disse uma palavra contra mim quando eu escrevi, em 1891, num ensaio sobre um trabalho de Schulze-Gavernitz sobre as questões referidas: "fato assente que onde a legislação, essa obra sistemática e consciente da sociedade, interfere de um modo apropriado, a ação das tendências do desenvolvimento econômico é abafada, sob certas circunstâncias pode até ser aniquilada. Marx e Engels não só nunca negaram isso, mas, pelo contrário, têm-no

sempre salientado."[3] Se alguém ler o referido capítulo com essa idéia, também colocará, silenciosamente, a palavra "tendência" e assim poupará a necessidade de pôr esse capítulo de acordo com a realidade, por desvirtuante arte de interpretação. Mas então o capítulo ficaria cada vez com menos valor, à medida que mais progressos se realizam na evolução autêntica. É que a sua importância teórica não reside no argumento da tendência geral da centralização e acumulação capitalistas, que fora afirmada já muito antes de Marx por economistas burgueses e socialistas, mas na apresentação, peculiar a Marx, de circunstâncias e formas sob as quais essa tendência atuaria, numa fase mais avançada de evolução, e os resultados a que conduziria. Mas, nesse aspecto, a verdadeira evolução está realmente criando sempre novos arranjos, forças e fatos, em face dos quais aquela apresentação parece insuficiente e perde, num âmbito comparativo, a capacidade de servir como um esboço de evolução que está para vir. Assim é como o entendo.

Pode, contudo, entender-se tal capítulo de uma maneira diferente. Pode ser interpretado assim: que todas as melhorias nele mencionadas, e as que se lhe sigam, apenas criam remédios temporários contra as tendências opressivas do capitalismo; que significam ínfimas modificações que não podem, a longo prazo, afetar substancialmente o ponto crítico de antagonismos estabelecido por Marx; que aparecerão finalmente — se não literal, pelo menos substancialmente — na maneira prevista e conduzirão a transformações catastróficas pela violência. Essa interpretação pode ser encontrada nas palavras categóricas das últimas páginas do capítulo e recebe certa confirmação porque no final se faz de novo referência ao *Manifesto comunista*, enquanto Hegel também aparecia, um pouco antes, com a sua negação da negação — uma restauração de uma nova base para a propriedade individual, negativada pela maneira capitalista de produção.

De acordo com a minha própria opinião, é impossível declarar simplesmente que uma concepção está certa e que a outra está errada. Para mim, o capítulo ilustra o dualismo que perpassa através de toda a obra monumental de Marx, e que também encontra expressão, de uma maneira menos enfática, em outros trechos — um dualismo que consiste nisto: que a obra tem como finalidade ser uma investigação científica e um teste da teoria estabelecida antes dela ser escrita; uma fórmula se encontra na sua base, na qual o resultado para onde a exposição nos conduz já fora fixado previamente. O regresso ao *Manifesto comunista* aponta aqui o verdadeiro resíduo de utopia no sistema marxista. Marx aceitou a solução dos utópicos no essencial,

embora reconhecesse que os seus meios e provas eram inadequados. Empenhou-se, portanto, numa revisão e fê-lo com agudeza crítica, com zelo e o amor à verdade de um gênio científico. Nenhum fato importante foi suprimido, abstendo-se também de minimizar artificialmente a importância desses fatos, tanto quanto o objetivo da investigação não tivesse referência imediata ao objetivo final da fórmula a ser demonstrada. Até esse ponto, o seu trabalho é livre de toda tendência que pudesse interferir, necessariamente, no método científico.[4]

A simpatia genérica com as tentativas de emancipação da classe trabalhadora não se encontra, de fato, no caminho do método científico. Mas, logo que Marx se avizinha de um ponto em que o objetivo final entra seriamente na questão, ele torna-se incerto e inspira menos confiança. Tais contradições aparecem então, como foram mostradas no livro em causa, por exemplo, no capítulo sobre o movimento das rendas na sociedade moderna. Parece, assim, que esse grande espírito científico foi, no fim de tudo, escravo de uma doutrina. Para exprimi-lo em linguagem figurada, levantou um enorme e poderoso edifício dentro dos limites do andaime que encontrou já de pé, e no seu erguimento manteve-se estritamente dentro das leis da arquitetura científica, na medida em que elas não colidiam com os limites que o andaime lhe fixava; entretanto, sempre que o andaime lhe permitia, fugia ou desprezava essas leis. Onde o andaime pôs um limite ao progresso da construção, mudou a planta do edifício, à custa das suas proporções corretas e ficando, assim, dependendo ainda mais do andaime. Era a consciência dessa relação irracional que o levaria a abandonar continuamente a ordem e a finalização do seu trabalho, para corrigir partes especiais e já elaboradas dele? Seja o que for, a minha convicção é que, onde esse dualismo se revele a si próprio, o andaime tem de ser destruído se quisermos que o edifício seja erguido nas proporções corretas e adequadas. É aqui, e não no resto, que se encontra o que é digno de sobreviver na obra de Marx.

Nada me confirma melhor esse conceito do que a ansiedade com que certas pessoas desejam manter algumas afirmações de *O capital,* que estão falseadas pelos fatos. São precisamente alguns dos maiores devotos de Marx, que não lograram afastar-se da forma dialética da obra — isto é, do andaime referido —, que se mostram tão ansiosos. Pelo menos, só assim posso explicar as palavras de um homem, no resto tão sensível aos fatos, como Kautsky, que, quando salientei em Stuttgart que o número de pessoas ricas aumentara, por muitos anos, em vez de baixar, respondeu: "Se isso fosse verdade, então a data da

nossa vitória não só estaria adiada por muito tempo, mas o nosso objetivo também não seria atingido. Se é o número de capitalistas que cresce e não o dos sem posses, então estamos a afastar-nos cada vez mais do nosso objetivo quanto mais a evolução progride, e então é o capitalismo que se fortalece, não o socialismo."

Que o número dos abastados aumenta e não diminui, não é invenção dos "economistas da harmonia" burgueses, mas um fato estabelecido pelas repartições públicas de contribuições e impostos, muitas vezes para mágoa dos contribuintes; é um fato que não sofre discussão, portanto. Mas que significado tem tal fato em relação à vitória do socialismo? Porque dependeria o socialismo da sua refutação? Bem, por esta simples razão: porque o esquema dialético parece determinar que assim seja; porque uma tábua ameaça cair do andaime se alguém admitir que o produto social excedente é absorvido por um número crescente, não decrescente, de possuidores. Mas é apenas a teoria especulativa que fica afetada por essa questão; de modo algum afeta o próprio movimento. Nem a luta dos trabalhadores pela democracia na política nem a sua luta pela democracia na indústria são afetadas ou sequer tocadas pela discussão. As perspectivas dessa luta não dependem da teoria da concentração do capital nas mãos de um número decrescente de magnatas, nem de todo esse andaime dialético do qual isso é uma tábua, mas do recrudescimento da riqueza social e das forças sociais produtivas, em conjunto com o progresso social geral e, particularmente, em conjunto com o progresso intelectual e moral da própria classe trabalhadora.

Suponhamos que a vitória do socialismo depende da redução constante do número de magnatas capitalistas; a democracia social, se quisesse atuar logicamente, ou teria de apoiar a acumulação de capital em ainda menos mãos ou pelo menos não dar apoio algum ao que pudesse evitar essa redução. De fato, bastante freqüentemente não faz nem uma coisa nem outra. Essas considerações, por exemplo, não governam os seus votos em matéria de contribuições fiscais. Do ponto de vista da teoria catastrófica, uma grande parte dessa atividade prática das classes trabalhadoras é um desfazer do trabalho que se deveria deixar que acontecesse. Não é a democracia social que está errada a tal respeito. A falta reside na doutrina que supõe depender o progresso da deterioração das condições sociais.

No seu prefácio à *Questão agrária*, Kautsky volta-se para aqueles que falam da necessidade de um triunfo sobre o marxismo. Diz que vê dúvidas e hesitações serem exprimidas, mas que, por si sós, elas não

significam desenvolvimento. Isso é correto na medida em que a dúvida e a hesitação não constituem uma refutação positiva. Podem, contudo, ser o primeiro passo nessa direção. Mas trata-se afinal de uma questão de triunfo do marxismo, ou não será antes uma rejeição de certos resquícios utópicos que aderiram ao marxismo, e que são a causa de contradições na teoria e na prática que foram assinaladas no marxismo pelos seus críticos? Este trabalho já se alongou mais do que devia e devo abster-me, pois, de entrar em pormenores dessa natureza. Mas não posso deixar de considerar meu dever declarar que mantenho uma série de objeções, levantadas por oponentes a respeito de certos aspectos da teoria de Marx, como irrefutadas, algumas irrefutáveis. E posso afirmá-lo com tanto maior facilidade quanto é certo que tais objeções são irrelevantes para os objetivos da luta da democracia social.

Deveríamos ser menos suscetíveis a esse respeito. Têm sido recorrentes as conclusões de adeptos de Marx — que acreditaram estar em contradição com as teorias de Marx — serem discutidas com grande zelo e, no fim, as supostas contradições provarem, na maioria dos casos, nem sequer existir. Entre outras, lembro a controvérsia respeitante às investigações do falecido Dr. Stiebling sobre o efeito da concentração do capital na taxa de exploração. Na sua maneira de se exprimir, bem como em aspectos isolados dos seus cálculos, Stiebling cometeu alguns equívocos, cuja descoberta foi mérito de Kautsky. Mas, por outro lado, o terceiro volume de *O capital* mostra que o pensamento fundamental da obra de Stiebling — o decrescimento da taxa de exploração com o crescente aumento de capital, não está em tamanha oposição à doutrina de Marx quanto parecia a todos nós, embora a sua demonstração do fenômeno seja diferente daquela que Marx nos deu. Não obstante, Stiebling teve de ouvir no seu tempo (de Kautsky), que, se o que ele deduzira estava correto, então os fundamentos teóricos do movimento da classe trabalhadora, a teoria de Marx, era falsa. A bem dizer, aqueles que assim falam podem referir-se sempre a várias passagens da obra de Marx. Uma análise de controvérsia que se estabeleceu a respeito do ensaio de Stiebling poderia muito bem servir de exemplo a algumas das contradições da teoria marxista do valor.

Conflitos semelhantes existem relativamente à estimativa da relação entre a economia e a força na História, e têm a sua contrapartida na crítica sobre as missões práticas e as possibilidades do movimento da classe trabalhadora, que noutra parte já se discutiu. Trata-se de um ponto, contudo, a que é necessário recorrer. Mas a questão a averiguar

não é a de quão originalmente, e em todo o curso subseqüente da História, a força determinou a economia e *vice-versa*, mas em que consiste o poder criador de força numa dada sociedade.

Seria absurdo voltar agora aos preconceitos das gerações anteriores, no tocante às capacidades do poder político, pois tal coisa significaria que teríamos de voltar ainda mais atrás para explicar as causas desses preconceitos. Estão em bom terreno aqueles preconceitos que os utópicos mais estimam; de fato, com dificuldade se pode dizer que sejam preconceitos, visto que se fundamentam na imaturidade real das classes trabalhadoras do período, em resultado do que ou o governo de uma multidão transitória, por um lado, ou o regresso a uma classe oligárquica, por outro, eram as duas únicas saídas possíveis do poder político das massas. Nessas circunstâncias, uma referência à política poderia parecer apenas um desvio de obrigações mais prementes. Hoje, essas condições foram, em grande parte, removidas e, portanto, nenhuma pessoa capaz de refletir pensará em criticar a ação política com argumentos desse período ultrapassado.

O marxismo, primeiro, pôs a questão pelo avesso, como já vimos, e pregou (em virtude da capacidade potencial do proletariado industrial) a ação política como o dever mais importante do movimento. Mas logo ai se envolveu em grandes contradições. Também reconheceu, e separou-se por isso dos partidos demagógicos, que a classe trabalhadora não atingira ainda a necessária maturidade para a sua emancipação, e que as condições econômicas preliminares para tal ainda não estavam presentes. Mas, a despeito de tudo isso, voltou-se uma e outra vez para táticas que pressupunham ambas as condições preliminares como já preenchidas. Deparamos com passagens de seus livros onde a imaturidade dos trabalhadores é sublinhada com uma agudeza que difere muito pouco do doutrinarismo dos primeiros socialistas utópicos, e logo depois encontramos outros trechos segundo os quais deveríamos acreditar que toda a cultura, toda a inteligência, toda a virtude, só podem ser encontradas no seio da classe trabalhadora — trechos que tornam incompreensível por que motivo os mais extremistas dos revolucionários sociais e os anarquistas da força física não teriam afinal razão. Correspondendo a isso, noutro plano, a ação política deve ser pois dirigida sempre no sentido de uma convulsão revolucionária, esperada num futuro iminente, em face da qual o trabalho legislativo resulta apenas num *pis aller* — um expediente meramente temporário. E procuramos em vão qualquer investigação sistemática do problema de saber o que podemos esperar da ação legal e o que da revolucionária.

É evidente, à primeira vista, que grandes diferenças existem a respeito da última questão. Mas usualmente resumem-se a isto: que a lei, ou o caminho da reforma legislativa, é o processo mais lento e a força revolucionária o mais rápido e radical.[5] Mas isso só é verdade num sentido muito limitado. Qual dos dois métodos, se o legislativo, se o revolucionário, é o mais promissor, depende inteiramente da natureza das medidas e da sua relação com as diversas classes e costumes do povo.

Em geral, poder-se-á dizer que o caminho revolucionário (sempre no sentido da revolução pela violência) trabalha mais rápido, no que respeita à remoção de obstáculos que uma pequena minoria coloca no caminho do progresso social: que a sua força reside no seu aspecto negativo.

A legislação constitucional atua mais lentamente, nesse aspecto. O seu caminho é, em geral, o do compromisso, não a proibição, mas a aquisição final de direitos adquiridos. É por isso mais forte do que o esquema revolucionário, onde os preconceitos e os horizontes limitados da grande massa do povo surgem como grande obstáculo ao progresso social, e oferece maiores vantagens sempre que se trata de uma questão de criar condições econômicas permanentes e capazes de durar para sempre; por outras palavras, é melhor adaptado ao trabalho político-social positivo.

Na legislação, o intelecto prevalece sobre a emoção em tempos tranqüilos; durante uma revolução, é a emoção que domina o intelecto. Mas se a emoção é freqüentemente um líder imperfeito, o intelecto é uma força motivante lenta. Onde uma revolução peca pela pressa, o legislador cotidiano peca pelas procrastinação. A legislação atua como força sistemática, a revolução como força elementar.

Logo que uma nação atinge uma posição em que os direitos da minoria proprietária cessaram de ser um sério obstáculo ao progresso social, onde as tarefas negativas da ação política são menos prementes do que as positivas, então o apelo à revolução pela força converte-se numa frase sem sentido.[6] Pode derrubar-se um governo ou uma minoria privilegiada, mas não uma nação. Quando as classes trabalhadoras não possuem organizações econômicas próprias e muito sólidas e não atingiram, por meio de educação em órgãos autogovernados, um alto grau de independência mental, a ditadura do proletariado significa a ditadura de clubes de oradores e de escritores. Eu não desejaria que aqueles que vêem na opressão, nos ardis das organizações operárias e na exclusão dos trabalhadores da legislatura e do governo o mais alto

ponto da arte política experimentassem o seu erro na prática. Como não o desejaria tampouco para o próprio movimento das classes trabalhadoras.

Temos de nos sobrepor à utopia se ela prescreve ou supõe que temos hoje o que está reservado para o futuro. Temos de aceitar os trabalhadores como eles são. E eles não estão nem tão universalmente empobrecidos como se estabelece no *Manifesto comunista* nem tão livres de preconceitos e debilidades quanto os seus cortesãos desejam fazer-nos crer. Têm as virtudes e falhas das condições econômicas e sociais em que vivem. E nem essas condições, nem os seus efeitos, podem ser postos à margem, de um dia para outro.

Teremos atingido o necessário grau de desenvolvimento das forças produtivas, para a abolição das classes? Em face das fantásticas cifras que foram anteriormente alinhadas para tentar prová-lo e que se baseiam em generalizações assentes no desenvolvimento de indústrias particularmente favorecidas, os autores socialistas, nos tempos modernos, têm tentado obter, por cálculos cuidadosamente elaborados, estimativas adequadas sobre as possibilidades de produção de uma sociedade socialista, e os seus resultados são muito diferentes daquelas cifras.[7] De uma redução geral de horas de trabalho para cinco, quatro, ou até três ou duas horas, como fora anteriormente aceito, não pode haver qualquer esperança num prazo de tempo previsível, a menos que o nível de vida geral seja muito reduzido. Até mesmo sob uma organização coletiva do trabalho, a mão-de-obra tem de começar muito jovem, e, só para a uma idade avançada, o horário tem de ser bastante reduzido a menos de oito horas diárias. Essas pessoas deviam compreender isso, antes de tudo, as mesmas que conferem os maiores exageros à proporção entre o número das classes sem propriedades e o das classes proprietárias. Mas os que pensam irracionalmente sobre uma questão fazem o mesmo com as outras. E, portanto, não me surpreende se o próprio Plekhanov, que está furioso por não ver a posição dos proletários representada como irremediavelmente sem esperança, não encontra mais para dizer que o veredicto aniquilador de "filisteu", a respeito das minhas conclusões sobre a impossibilidade de abandonar, em qualquer época à vista, o princípio da auto-responsabilidade econômica dos capacitados para trabalhar. Não é sem motivo que alguém ganha o rótulo de filósofo da irresponsabilidade.

Mas quem observar o verdadeiro movimento trabalhista, verificará também que a libertação daquelas qualidades que parecem filistéias para uma pessoa nascida na burguesia merece pouco apreço por parte

dos trabalhadores; que eles de modo algum apóiam a moral do proletarismo, mas, pelo contrário, tendem para fazer de um proletário um "filisteu". Com o proletário flutuante, sem família nem casa, não-permanente, o movimento firme das *trade unions* seria possível. Não é preconceito burguês, mas uma convicção conseguida através de décadas de organização do trabalho, que transforma tantos dos líderes trabalhistas ingleses — socialistas e não-socialistas — em adeptos zelosos do movimento da temperança. Os socialistas proletários conhecem as faltas da sua classe, e os mais conscienciosos dentre eles, longe de glorificarem essas faltas, desejam sobrepor-se a elas com todas as suas energias.

Não podemos exigir de uma classe, a grande maioria de cujos membros vive sob condições promíscuas, é mal educada e recebe uma renda incerta e insuficiente, o alto nível intelectual e moral que a organização e a existência de uma comunidade socialista pressupõem. Não lhes atribuiremos, pois, tal nível, pelos caminhos da pura ficção. Rejubilemos com as grandes reservas de inteligência, renúncia e energia que o moderno movimento das classes trabalhadoras em parte revelou e em parte produziu; mas não devemos atribuir, sem discriminação, às massas, aos milhões, o que é válido para, digamos, umas centenas de milhares. Não repetirei as declarações que me foram feitas a esse respeito, tanto verbalmente como por escrito, por muitos trabalhadores; não preciso me defender, ante pessoas razoáveis, contra a suspeita de farisaísmo e o rótulo de pedantismo. Mas confesso de boa vontade que uso aqui duas espécies de medidas. Precisamente porque muito espero das classes trabalhadoras é que censuro muito mais tudo o que tenda a corromper o seu critério moral do que o faço quanto a hábitos semelhantes das classes superiores, e vejo, com a maior tristeza, que certo tom de decadência literária se espalha, aqui e ali, na imprensa trabalhista, o que pode resultar apenas num efeito de confusão e de corrupção. Uma classe com aspirações necessita de um moral elevado e não pode sofrer deteriorações. Se estabelece para si própria um fim último ideal ou não, é irrelevante, contanto que persiga com energia os seus fins próximos. O ponto importante é que esses fins sejam inspirados por um princípio definido que exprima um mais alto degrau de economia e de vida social, que sejam a materialização de uma concepção social que signifique, na evolução da civilização, uma visão mais alta da moral e dos direitos legais.

Partindo desse ponto de vista, não posso aceitar a proposição: "A classe trabalhadora não tem idéias para realizar." Vejo nisso mais uma

autodecepção, se acaso não é apenas um jogo de palavras por parte do seu autor.

E nesse espírito, eu, na época, recorri ao grande filósofo de Königsberg, à *Crítica da razão pura*, contra o *cant* que pretendeu instalar-se no movimento da classe trabalhadora e para o qual a dialética hegeliana oferece um confortável refúgio. Digo isso porque estou convencido de que a democracia social requer um Kant que julgue as opiniões recebidas e as examine criticamente com profunda acuidade, que revele onde o seu aparente materialismo é a mais alta — e por isso a mais facilmente enganadora — ideologia, e advirta que o desprezo do ideal, a amplificação de fatores materiais, enquanto não se convertem em forças onipotentes da evolução, constituem uma autodecepção, que tem sido e será exposta como tal, em todas as oportunidades, pela ação daqueles que a proclamam. Tal pensador, que, com exatidão convincente, poderia mostrar o que tem valor e se destina a viver no trabalho dos nossos grandes campeões, e o que pode e deve perecer, tornaria também possível que mantivéssemos um critério menos parcial sobre aquelas obras que, embora não principiem por premissas que hoje nos parecem decisivas, são devotadas, contudo, aos fins por que luta a democracia social. Nenhum pensador imparcial poderá negar que a critica socialista freqüentemente falha nesse aspecto e revela todos os aspectos mais escuros do epigonismo. Tive o meu próprio quinhão disso e portanto não atiro pedras em ninguém. Mas porque pertenço à escola, creio estar justificado em dar expressão à necessidade de reforma. Se não receasse que tudo quanto escrevi pudesse ser mal interpretado (estou preparado, claro, para que seja mal compreendido), traduziria *Back to Rant* por *Back to Lange*. Porquanto, tal como os filósofos e investigadores que se mantêm fiéis a essa divisa não se preocupam em analisar à letra o que o filósofo de Königsberg escreveu, mas se preocupam unicamente com os princípios fundamentais da sua crítica, assim a democracia social deveria ocupar-se pouco em regressar aos pontos de vista político-sociais de Frederick Albert Lange. O que tenho em mente é a união distintiva, em Lange, de um zeloso e intrépido campeão das lutas da classe trabalhadora pela emancipação, com uma grande isenção científica, alheia aos preconceitos, que estava sempre pronta a reconhecer os erros e a acolher as novas verdades. Talvez tal grandeza de espírito como a que se depara nos escritos de Lange só se encontre em pessoas que se imbuíram da penetrante agudeza peculiar aos espíritos pioneiros, como o de Marx. Mas um Marx não aparece em todas as épocas, e, até para um homem de gênio igual, o movimento

da classe trabalhadora de hoje é demasiado grande para o habilitar a ocupar uma posição idêntica à que Marx preenche na História. Hoje, necessita-se, além do espírito de luta, de pensadores construtivos e coordenadores que estejam suficientemente avançados, do ponto de vista intelectual, para separar o trigo do joio; que sejam bastante grandes na sua maneira de pensar para reconhecerem também a pequena planta que nasceu num solo diferente do deles e que, talvez, embora não reis, sejam calorosos republicanos, no domínio do pensamento socialista.

Notas

CAPÍTULO I

1. *Contribuição à crítica da economia política.* Prefácio.

2. Por certo, é mostrado pormenorizadamente na obra *Origem da família* como a divisão social do trabalho tornou necessária a ascensão do Estado. Mas Engels abandona completamente esse aspecto da origem do Estado e acaba por considerá-lo, como no *Anti-Dühring*, apenas um órgão do repressão política.

3. "É muito mais fácil", diz Marx numa passagem bastante citada de *O capital*, "encontrar, por análise, o âmago terreno das imaginações religiosas e confusas do que, pelo processo contrário, deduzir das verdadeiras condições da vida a sua forma celestial. O último é o único método materialista e, portanto, científico." (*O capital*, I, 2ª edição, p.386). Nesse contraste há grande exagero. A menos que já se conheçam as formas celestiais, o método de dedução prescrito conduziria a toda espécie de construções arbitrárias, e, se elas já são conhecidas, a dedução descrita é um meio de análise científica, sem dúvida, mas não uma antítese científica à interpretação analítica.

4. Na quarta edição da obra *Socialismo utópico e científico,* foram acrescentadas neste ponto as seguintes palavras limitativas: "com exceção das sociedades primitivas".

5. Engels, *Socialismo utópico e científico.*

CAPÍTULO II

1. Onde quer que os métodos pré-capitalistas de indústria tenham sido transmitidos aos tempos atuais, o valor suplementar do trabalho é mostrado; ainda hoje, sem que se pretenda ocultá-lo. O homem empregado pelo pequeno construtor, que executa um trabalho para um dos seus clientes, sabe muito bem que o seu salário horário é inferior ao preço que o patrão fixa na sua fatura pela mesma hora de trabalho. O mesmo se passa com os clientes dos alfaiates, jardineiros etc.

2. É, de fato, a lei do valor... que não só em cada artigo separado é precisamente o tempo de trabalho necessário despendido, mas que é não mais do que o necessário montante proporcional do tempo social total de trabalho despendido nos diversos grupos. "Pois o valor de uso é a condição... a necessidade social, ou seja, o valor de uso numa base social aparece aqui como o fator determinante das cotas de tempo de trabalho social total que recaem no conjunto de diferentes esferas específicas de produção" (*O capital*, III, 2, p.176, 177). Esta sentença, por si só, torna impossível esclarecer a teoria de Gossen-Böhm, com algumas frases superiores.

3. Escrito em 1899.

4. Em todos esses Trustes, os proprietários originais ou os acionistas fundadores das fábricas combinadas tiveram eles próprios de tomar uma parcela das ações emitidas. Não as incluímos nos números acima fornecidos.

5. Rowntree e Sherwell, em *The Temperance Problem and Social Reform*, fornecem a seguinte lista de acionistas de cinco bem conhecidas cervejarias britânicas:

Fábrica:	Portadores de: Ações ordinárias:	Ações preferenciais:
Arthur Guinness, Son & Co.	5.450	3.768
Bass, Ratcliff & Gretton	17	1.368
Threlfalls	577	872
Combe & Co.	10	1.040
Samuel Alsopp & Co.	1.313	2.189
	7.367	9.237

Em conjunto, 16.604 portadores de um total de £9.710.000 títulos ordinários e preferenciais. Além disso, as citadas empresas emitiram obrigações num total de £6.110.000. Se supuséssemos uma distribuição similar destas últimas, chegaríamos a cerca de 27.000 pessoas na situação de co-proprietários das cinco cervejarias. Ora, a Bolsa de Londres (*Royal Stock Exchange*), na sua lista de 1898, enumerava mais de 119 fábricas de cerveja e destilarias, cujo capital em ações em circulação subia, por si só, a mais de £70.000.000, à parte o fato de que, em 67 dessas empresas, as ações ordinárias estavam, através do mercado de títulos, em mãos particulares. Tudo isso denuncia a existência de verdadeiros exércitos de capitalistas de toda espécie e envergadura, nas indústrias de cervejaria e destilaria.

6. O número, em abril de 1907, era de 43.038, com um capital realizado de £2.061.010.586. (N.E.)

7. Em 1898, calculava-se que £2.150.000.000 de capital inglês estavam investidos no estrangeiro e o seu incremento anual fazia-se à média de £5.700.000. [Em 1908, o total estava calculado em £3.000.000.000. (N.E.)

8. Em 1907, o número de pessoas com rendas superiores a £160 era de 894.249. (N.E.)

9. As cifras para 1907 são £327.900.650 contra £518.669.541. (N.E.)

10. Mr. Chiozza Money calcula que, em 1903-04, havia 750.000 pessoas cujos meios variavam entre £160 e £700 por ano. (N.E.)

11. O valor demonstrativo dos números prussianos tem sido discutido na base de que os princípios de tributação foram consideravelmente alterados entre 1854 e o fim do século. Que tal fato reduz a sua força de demonstração, admiti imediatamente. Mas tomemos as cifras do imposto de renda prussiano, de 1892, o primeiro ano após a reforma da tributação de 1891, e de 1907, em que o mesmo sistema vigorava. Estabeleceremos o seguinte quadro:

RENDA TRIBUTADA			AUMENTO	
£	1892	1907	Absoluto	Percent.
150 a 300	204.714	387.247	172.533	84,3
300 a 1.525	103.730	151.574	47.847	46,1
1.525 a 5.000	6.665	17.109	10.444	156,7
5.000 e mais	1.780	3.561	1.781	100,0

O aumento de população foi ligeiramente superior a 20%. Vemos todo o setor dos abastados avançar mais rapidamente do que a população, e o índice mais rápido não é no grupo dos magnatas, mas no das classes simplesmente confortáveis. No que concerne às fortunas, havia, em 1895 (o primeiro ano da tributação sobre as fortunas), 13.600 superiores a £25.000; em 1908 esse número era, em cifras redondas, de 21.000, um aumento de mais de 50%. Isso revela como o clã capitalista cresce.

12. Karl Kautsky, no Congresso de Stuttgart da democracia social alemã, contra a observação na minha carta de que os capitalistas aumentam e não diminuem.

13. A Inglaterra recebe os seus juros em saldo, na forma de importações de excedentes, por uma soma de £100.000.000, a maioria da qual é composta de artigos de consumo.

14. *O capital*, 1, capítulo XXIII, §2, onde se diz que o número de capitalistas cresce "mais ou menos" por meio de participações e investimentos de capital, um fato mais tarde completamente desprezado por Marx.

15. Lamento dizer que Kautsky não admitiu francamente o seu erro. Agarrou-se às estatísticas que eu aduzira e respondeu finalmente que, de fato, os capitalistas *inúteis* tinham aumentado, como se eu tivesse representado a classe capitalista como uma classe do trabalhadores. (Nota para a edição inglesa.)

16. Não haveria qualquer interesse concreto em dar estatísticas mais recentes e é impossível, em alguns dos casos apresentados, acompanhar exatamente as cifras usadas por Bernstein e, assim, fazer comparações fiéis. Além disso, o *Home Office*

(Ministério do Interior) não publica mais estatísticas compiladas pelo mesmo processo usado em 1896. (N.E.)

17. Os pormenores relativos a 1.931 fábricas registradas e a 5.624 oficinas não tinham chegado quando o relatório foi elaborado. Teria porventura diminuído em alguma coisa a proporção de trabalhadores para cada empresa.

18. Operários alemães que emigraram para a Inglaterra repetidamente me exprimiram a sua surpresa pela dispersão de empresas que encontraram nas indústrias manufatureiras, metalúrgicas e da madeira, nesse país. As cifras atuais na indústria algodoeira revelam apenas um moderado incremento na concentração de unidades, desde o tempo em que Marx escreveu a sua obra.

19. Ver R. Calwer, "The Development of Handicraft", *Neue Zeit* XV, 2, p.597.

Os números do censo imperial de 1907 ainda não são conhecidos, no que concerne ao desenvolvimento em vista das dimensões. Mas os números para a Prússia são conhecidos e podem ser tomados como uma média razoável para todo o Império. Mostram para a atividade, comparativamente, com a indústria e o comércio juntos (excluindo ferrovias, correios e telégrafos), as cifras seguintes:

	Quantidades		Pessoas empregadas	
Estabelecimentos	1895	1907	1895	1907
Muito pequenos (só 1 pessoa) ...	1.029.954	955.707	1.029.954	955.707
Pequenos (2-5 pessoas)	593.884	767.200	1.638.205	2.038.236
Médios (6-50 pessoas)	108.800	154.330	1.390.745	2.109.164
Grandes (51-500 pessoas)	10.127	17.287	1.217.085	2.095.065
Muito grandes (501-1.000 pes.)..	380	602	261.507	424.587
Gigantescos (1.001 e mais pes.) .	191	371	338.585	710.253
	1.743.336	1.895.497	5.876.083	8.332.912

Um movimento notório na direção dos grandes estabelecimentos, e freqüentemente dois ou mais dos estabelecimentos enumerados são apenas departamentos de uma só e mesma empresa. O processo de concentração industrial e comercial é o mais óbvio. Mas que isso não significa o desaparecimento da pequena empresa é não menos óbvio. É tão-só a muita pequena empresa — o artesanato doméstico etc. — que, como grupo, mostra um decréscimo.

20. Na Prússia, o aumento de 1895 para 1907 foi de 52.045 para 62.985, mais de 20%, enquanto a população aumentou apenas 19%.

21. O fato está confirmado pelas novas estatísticas prussianas, citadas numa nota anterior.

22. Tanto quanto parece, segundo essas estatísticas, revelam um incremento de mais de 50% na última década.

23. Ver W.H. Vliejen, *Das Agrarprogramm der niederlandischen Sozialdemokratie*, *Neue Zeit*, XVII, I, p.75.

24. *Der Agrasozialismus in Belgien*, *Neue Zeit*, XV, I, p.752.

25. *O capital*, I, 4ª ed., p.615.

26. De acordo com a proporção de 1/40 acres, que não é muito exata, mas parece admissível para fins de comparação. Os números são tirados do *Blue Book on Agricultural Holdings*.

27. Dos quais, 579.133 parcelas são de menos de 1 acre.

28. Em 1907, 21,78% de todas as propriedades na Inglaterra eram de 1 a 5 acres e só 3,95% ultrapassavam os 300 acres. As percentagens para Gales eram 16,91 e 0,66; para a Escócia, 22,40 e 3,66. (N.E.)

29. Ver *O capital*, I, 4ª ed., p.643, nota.

30. Terceira edição, p.308, 309. Numa nota de rodapé a esse respeito Engels comenta: "A explicação das crises pelo subconsumo foi originada com Sismondi e com ele tinha certa justificação (...) Rodbertus", continua, "tomou-a de Sismondi e Dühring copiou-a dele." No prefácio a *Miséria da filosofia*, Engels também argumenta de modo semelhante contra a teoria das crises proposta por Rodbertus.

31. Ibid., p.406, 407.

32. Ibid., p.21.

33. Comparar, a propósito, a afirmação de Engels no prefácio à segunda edição de *O capital*. Genericamente falando, o segundo volume contém os últimos e mais maduros resultados do trabalho de pesquisa efetuado por Marx.

34. Vol.II, p.164.

35. Ibid., p.165.

36. Ibid., p.468.

37. O referido ensaio criticava uma opinião emitida numa resolução do Congresso Internacional Socialista de 1896, pela qual se manifestava estarmos à beira de uma grande crise catastrófica, que produziria uma total revolução nas atuais condições sociais. A dita resolução assim rezava: "O desenvolvimento econômico e industrial está-se verificando com tal rapidez que uma crise poderá ocorrer dentro de um prazo de tempo relativamente curto. O Congresso, portanto, recomenda ao proletariado de todo o mundo a necessidade imperativa de aprender, como cidadãos conscientes da classe a que pertencem, como administrar os negócios de seus respectivos países, para o bem comum." Reconheci com satisfação a utilidade da recomendação final, mas duvidei, francamente, da verdade da premissa. Esse fato ocasionou, então, alguns ataques violentos à minha intervenção, aos quais respondi com a carta que transcrevo no prefácio do presente livro.

38. Vol. III, i, p.429.

39. Engels calcula que a América e a Índia se aproximaram dos países industriais da Europa graças ao Canal de Suez, à navegação a vapor etc., em cerca de 70 a 90%, e acrescenta: "Devido a isso, os dois grandes incubadores de crises desde 1825 a 1857 perderam grande parte do seu poder destrutivo" (*O capital*, vol.III, Parte I, p.45) . Na p.395 do mesmo volume, Engels mantém que certos negócios especulativos, formados de acordo com esquemas arriscados de crédito, que Marx descreve como fatores de crise no mercado monetário, foram extintos através da instalação do cabo submarino. O parêntese corretivo de Engels, à p.56 da segunda parte do vol.III, é também digno de nota, pela sua crítica ao desenvolvimento do sistema de crédito.

40. Estamos aqui falando apenas, é claro, dos fundamentos puramente econômicos das crises. Crises resultantes de eventos políticos (guerras e sérias ameaças de guerra) ou de muito generalizadas quedas no volume das colheitas — más colheitas locais já não exercem qualquer efeito nesse aspecto — são sempre possíveis, evidentemente.

41. O uso da palavra "material" no trecho citado (vol. II, p.164) não deixa de ter grande interesse para ajuizar de como Marx entendeu essa palavra. De acordo com a presente definição corrente do adjetivo, a explicação da crise de subconsumo seria tão materialista quanto ao fundamentá-la nas transformações do processo de produção, ou nos implementos.

42. Isso foi escrito no inverno de 1898-99, antes da Guerra Sul-Africana ter produzido novas condições no mercado monetário e um grande incremento nos armamentos. A despeito desses fatos, a crise que eclodiu em 1901 foi de duração mais curta do que uma boa parte das crises anteriores, e foi seguida de um longo período de prosperidade. (Nota para a edição inglesa.)

CAPÍTULO III

1. Escrevi num artigo anterior da série *Problems of Socialism*, relativamente a ramos subordinados e estabelecimentos sob controle de outros, na indústria: "Tais estabelecimentos subordinados ou filiais, que trabalham talvez, com um capital muitíssimo constante (i.e., fixo) e pouquíssimo variável (i.e., salários), que empregam dispendiosa maquinaria e poucos operários, segundo a prática dos estatísticos imperiais, recaem, portanto, no capítulo das pequenas fábricas ou até das pequenas oficinas, quando eles pertencem, na realidade, às fábricas capitalistas que os controlam... Devemos supor como positivamente exato que os artesanatos e pequenas fábricas parecem muito mais fortes, no aspecto de números, nas estatísticas das atividades, do que na realidade o são." (*Neue Zeit* XV, I, p. 308). E a respeito da agricultura: "A área pode ser razoavelmente pequena e, mesmo assim, ser a cena de um autêntico negócio capitalista. As estatísticas, baseadas nas dimensões do estabelecimento em área, cada vez dizem menos sobre o seu caráter econômico" (ibid., p.380). Do mesmo modo, no meu artigo sobre *Catastrophic Theory*, p.552, XVI, I, defendi tal critério a respeito dos números relativos ao comércio e seus ramos.

2. "Revolução" é usado aqui, exclusivamente, no seu significado político, como sinônimo de um levante ou força ilegal. Para a mudança na ordem da sociedade, por outro lado, usa-se o termo "reorganização social" o que deixa em acerto a questão do processo. O objetivo dessa distinção é excluir más interpretações e ambigüidades.

3. "Mas para quem não é evidente que, nas grandes cidades onde o proletariado forma a esmagadora maioria, se eles tivessem uma vez atingido o comando do poder público, da sua administração e a decretação da lei — a revolução econômica

teria sido possivelmente apenas uma questão de semanas?" (Jules Guesde, *Der achtezehnte März* [1871] *in der Provinz. Zukunft* [1877], p.87).

"Mas afirmamos: Dêem-nos por meio ano o poder do governo e a sociedade capitalista pertencerá à história." (Parvus, no *Sachsiche Arbeiterzeitung*, de 6 de março de 1898).

A última afirmação está no final de um artigo em que, entre outras coisas, o autor mostra que, mesmo depois do governo social revolucionário se ter apoderado do controle do total da produção, o estabelecimento de atividades econômicas e, mais precisamente, do tráfico de mercadorias por um sistema artificialmente delineado de trocas e permutas não será praticável. Por outras palavras, Parvus, que se dedicou seriamente aos estudos econômicos, entende por um lado que o "tráfico de artigos impregnou tão profundamente todas as condições da vida social que não pode ser substituído por um sistema artificialmente concebido de trocas", mas, a despeito dessa convicção, que é de há muito tempo a minha (já a isso me referia no artigo sobre *Sozial politische Bedeutung von Raum und Zahl,* mas receberia um tratamento mais pormenorizado num artigo posterior da série *Problems of Socialism*), ele imagina que um governo social revolucionário poderia, na presente estrutura da indústria, "regular" o conjunto da produção e exterminar em meio ano as raízes e os ramos do sistema capitalista que cresceram no terreno da produção de bens de consumo, com a qual está tão intimamente ligado. Vê-se que espécie de infantilidade política o frenesi da força pode influir em pessoas que, de um modo habitual, são gente bem informada.

4. No movimento socialista da Inglaterra, como em toda parte, os mais bem pagos — isto é, os mais educados — entre os trabalhadores de mais altos dotes mentais, formam a vanguarda, a tropa de choque. Nas assembléias socialistas é raro encontrar, ou só se vêem muito poucos dos chamados trabalhadores não-especializados.

5. Nos dez anos desde que escrevi isso, ocorreu entretanto uma notável mudança para melhor. As organizações de funcionários e assistentes tecnológicos, comerciais etc., abriram caminho, magnificamente. No fim do 1907 havia, à parte as uniões dos assalariados, abrangendo um total de 24 milhões de membros, 680.981 funcionários de todas as proveniências e posições, organizados em 48 sociedades com inclinações, mais ou menos distintas, para o trade-unionismo. Dessas, quinze sociedades, com um total de 459.787 membros, são uniões de funcionários e assistentes de escritórios, lojistas, comerciários, armazenistas etc., empregados no comércio e em empresas afins. Por outro lado, existem apenas alguns milhares de trabalhadores rurais organizados e não atinge uma décima parte dos escriturários, lojistas, etc., organizados os que pertencem a uniões com tendências socialistas.

6. "Lança-se parcialmente (o proletariado) em experiências doutrinárias, bancos de permuta, associações de trabalhadores, logo, num movimento pelo qual renuncia à derrubada do velho mundo, com os seus próprios o enormes recursos acumulados."

7. *Housing Question*, nova edição, p.34-5.

8. Vol.III, p.427.

9. Se Proudhon aparece algumas vezes como decidido opositor e outras como defensor da cooperação, essa contradição explica-se pelo fato de ter, numa época, uma forma de cooperação no seu espírito diferente da que tinha noutra época. Recusa à associação essencialmente monopolista o que concede à associação mutualista, isto é, à associação que atua por um sistema de reciprocidade. A sua crítica é, contudo, mais intuitiva do que científica, e cheia de exageros.

10. As cifras relativas à última espécie de sociedades cooperativas de produção são extremamente difíceis de calcular, pois as estatísticas oficiais de produção por associações não distinguem entre elas e as muito mais numerosas e maiores associações de trabalhadores por quotas (companhias) para fins de produção. Segundo os elementos do *Board of Trade* britânico, em 1897 e 1905, o valor da produção anual dessas associações foi o seguinte:

	1897	1905
De Armazéns Cooperativos nas suas próprias oficinas.	£ 6.100.730	£ 12.525.104
Das Associações dos Moageiros	1.264.402	1.128.328
Das Associações Irlandesas de Laticínios. . .	353.247	3.683.699 (conjunto)
Das Associações de Trabalhadores para fins de produção.	1.625.940	

Contra isso, as Sociedades Cooperativas Britânicas registradas tinham nos anos:

	1897	1905	1906
Membros filiados	1.468.955	2.177.834	2.334.641
Capital	£ 24.087.430	33.741.295	39.898.220
Vendas.	56.632.450	89.403.546	98.403.692
Lucro	6.402.428	10.026.387	—,—

11. Publicada sob o seu nome de solteira "Potter".

12. *Colonising Co-operative Societies*. Leipzig: Duncker & Humblot.

13. "A coisa não foi fácil. Gente como os trabalhadores da indústria algodoeira não se alinha facilmente nas fileiras da igualdade que se exige para uma condução triunfante da sociedade." (*Sketch of the History of the Burnley Self-Help Association*, em *Co-operative Workshops in Great Britain*, p.20.)

14. Ver p.100.

15. Em 1906 o total de filiados era de 2.334.641; o capital estava em £ 39.898.000; o valor da produção, £13.953.828.

16. 3 de dezembro de 1898.

17. Na Prússia, de 1895 a 1907, as pequenas propriedades de 3 a 20 hectares (7,5 a 50 acres) aumentaram de 698.357 para 760.315 e a área que elas cobrem

aumentou também consideravelmente, enquanto a das grandes propriedades diminuiu.

18. No congresso da British Co-operative Society (Peterborough, maio de 1898), um delegado, J.C. Gray, de Manchester, leu um relatório sobre cooperação e agricultura, no qual, depois de um exame objetivo de todas as experiências feitas na Inglaterra, ele formula, finalmente, uma proposta que se parece, maravilhosamente, com o projeto de Oppenheimer. "O solo deve ser propriedade comum, a provisão de todos os materiais deve ser cooperativa e assim a venda dos produtos. Mas no cultivo do solo, os interesses individuais devem ser atendidos, se bem que com a devida consideração pelo que possa interferir nos interesses da comunidade." (*Co-operation and Agriculture*, Manchester, 1898, p.9).

19. Vejo com prazer que Karl Kautsky, no seu livro sobre a questão agrícola, tomou o problema da cooperação na terra sob consideração muito séria. O que ele diz dos obstáculos que impedem a conversão das pequenas propriedades dos camponeses em grandes associações para a realização do trabalho agrícola concorda inteiramente com o que Oppenheimer diz sobre o mesmo assunto. Kautsky espera a solução do problema através da influência do desenvolvimento industrial e da conquista do poder político pelo proletariado. Diz ele que a evolução coloca hoje os camponeses, cada vez mais, na dependência das empresas capitalistas, como destilarias, cervejarias, usinas de açúcar, moagens, fábricas de laticínios (manteiga, queijo etc.), adegas, vinícolas etc., e faz deles trabalhadores casuais ou temporários noutras espécies de empreendimentos capitalistas, como olarias, minas, pedreiras etc., onde atualmente os agricultores desempenham pequenos trabalhos a fim de suplementar o *déficit* na exploração de suas propriedades. Com a socialização de todas essas propriedades, os camponeses se converteriam em "trabalhadores cooperativos", trabalhadores temporários de empreendimentos socialistas associados, enquanto, por outro lado, a revolução proletária conduziria à conversão de grandes propriedades agrícolas, das quais dependem hoje grande número de pequenos agricultores, em empresas cooperativas. Assim, as pequenas propriedades agrícolas perderiam cada vez mais a sua consistência, e a sua combinação no seio de propriedades cooperativas encontraria muito menos dificuldades. A nacionalização de hipotecas e o fim do militarismo facilitariam a evolução.

Em tudo isso há muita coisa certa, apenas me parecendo que Kautsky cai no erro de superestimar consideravelmente as forças atuando no sentido que ele pretende. Alguns dos empreendimentos industriais que ele enumera não estão no caminho mais propício para controlar industrialmente as pequenas propriedades, mas sim para se converterem em dependências de associações agrícolas; e, quanto a outros, as cervejarias, por exemplo, as suas relações com as propriedades agrícolas são tão tênues que uma alteração na sua natureza não poderá certamente provocar uma forte reação nas formas das últimas. É precisamente a maior usina de açúcar da Alemanha que pertence a associações de grandes e pequenos agricultores. Além disso, Kautsky deixa-se, em minha opinião, ir demasiado atrás de palavras sonoras que acidentalmente usa para extrair conclusões que seriam corretas se tais palavras

fossem verdadeiras; mas como elas são apenas parcialmente verdadeiras, não podem esperar aceitação geral. Para deixar isso claro: para Kautsky, a vida do pequeno lavrador parece ser uma espécie de inferno. Isso pode dizer-se de uma boa parte dos pequenos agricultores, mas de outra grande parte deles é um brutal exagero, tão grande como o disparate injustificável de chamar hoje os pequenos lavradores de "bárbaros modernos". É um exagero semelhante classificar o trabalho que o pequeno lavrador executa nas grandes fazendas suas vizinhas, porque a sua propriedade não o absorve por completo de trabalho escravo. Pelo uso de tais expressões, mantêm-se suposições que geram sentimentos e tendências pretensamente gerais nessas classes, quando são apenas excepcionais. Se não posso concordar com todas as conclusões de Kautsky sobre o desenvolvimento provável da pequena lavoura, estou, contudo, inteiramente a seu lado quanto aos princípios do seu programa de política agrária, a ser seguido pela democracia social.

20. Entre outros, Carey confia nessa verdade parcial, como se vê na sua *Doctrine of Harmony*. Certas indústrias extrativas — minas etc. — facilitam exemplos disso.

21. Os estrênuos defensores do blanquismo também conceberam a democracia como sendo, a princípio, uma força opressiva. Assim, Hyppolite Castille publica uma introdução preliminar à sua *História da Segunda República* que culmina por uma verdadeira glorificação do Reino do Terror.

> A mais perfeita comunidade seria aquela em que a tirania fosse praticada e aceita por todos. Isso prova, fundamentalmente, que a mais perfeita sociedade seria aquela onde existisse menos liberdade, no significado satânico (isto é, individualista) da palavra... O que se chama de liberdade política é apenas um belo nome para adornar a tirania justificável de muitos. Liberdade política é unicamente o sacrifício da liberdade de um número de indivíduos ao despótico deus das sociedades humanas, à razão social, ao contrato social (...) Dessa época (o período a partir de outubro de 1793 até abril de 1794, quando girondinos, herbertistas, dantonistas, eram decapitados uns atrás dos outros) data, na verdade, a reencarnação do período de autoridade, essa eterna guerra defensiva das sociedades humanas. Libertado dos moderados e dos ultras, garantido contra todo e qualquer conflito de autoridade, o comitê de salvação pública adquire a forma de governo que as circunstâncias pediam, a força necessária e a unidade para manter a sua posição e proteger a França da anarquia ameaçadora... Não, não foi o governo que matou a primeira República na França, mas os parlamentaristas, os traidores do termidor. Os anarquistas e os republicanos liberais, cujas hordas cobriram a França como moscas, perpetuam em vão a velha calúnia. Robespierre permanece um homem notável, não por seus talentos ou virtudes, que são incidentais, mas pelo seu gênio de autoridade e o seu forte instinto político.

A adoração de Robespierre não sobreviveria para além do Segundo Império. Para a geração mais nova dos revolucionários socialistas blanquistas, que surgiram em cena por meados do século e que eram, acima de tudo, anticlericais, Robespierre

era demasiado filisteu, em virtude do seu deísmo. Eles juravam por Herbert e Anacharsis Cloots. Mas para o resto, eles pensavam como Castille, isto é, levaram a extremos, como ele, a própria idéia de subordinação dos interesses individuais aos interesses gerais da comunidade.

22. Nesse aspecto, Lassalle foi muito mais lógico do que todos nós o somos hoje, admitindo que era unilateralismo derivar-se a noção de burguês do privilégio político, apenas, em vez de, pelo menos, incluir também a sua posição econômica de poder. Mas no resto, ele foi suficientemente realista para contornar com tato a contradição acima mencionada, quando declarou no seu *Workers' Programme*: "No idioma alemão, a palavra francesa *bourgeoisie* teve de ser traduzida por *Bürgerthum* (cidadania). Mas para mim não têm esse significado. *Todos* somos cidadãos (*Bürger*) — o operário, o pobre, o rico etc. No curso da história, a palavra *bourgeoisie* adquiriu quiçá um significado pelo qual se definiu uma determinada linha de pensamento político." (*Colleted Works*, II, p.27). O que Lassalle diz mais adiante sobre a lógica desvirtuada do *sansculottismo* é especialmente de recomendar à leitura dos escritores do estilo *belles lettres,* que estudam a classe média "naturalisticamente" no *café* e julgam então toda a classe de acordo com alguns dos seus frutos secos, tal como o filisteu julga ver o tipo de trabalhador hodierno no seu companheiro de bebida. Não hesito em dizer que considero a classe média — sem excetuar a alemã — ainda no gozo de uma perfeita saúde, não só no aspecto econômico, mas também no aspecto moral.

23. A soberania "reside no povo. É indivisível, imprescritível, inalienável" (Art. 25) . "O povo tem, a todo o momento, o direito de rever, reformar e alterar a sua constituição. Nenhuma geração pode prender a próxima às suas leis" (Art. 28).

24. *Neue Zeit* XV, 2, p.141.

25. Idem.

26. *Capacité politique des classes ouvrières,* p.224, 225, 231, 235.

27. Ibid., p.214.

28. Isso certamente suscitaria complicados problemas. Pense-se em tantas empresas justas, dos nossos tempos, que empregam membros de todas as atividades possíveis.

29. Repetidamente me sucedeu (e por certo a outros também), em anos passados, que, ao concluir uma reunião de propaganda, os trabalhadores e operários que tinham escutado um discurso socialista pela primeira vez acercaram-se de mim e declararam que tudo o que eu dissera já estava escrito na Bíblia, mostrando-me sentença por sentença.

30. *Neue Zeit* IX, 2, §221.

31. Ibid., p.819, 824, 825.

32. H. Cunow fez uma tentativa semelhante no seu artigo *The Catastrophe*. Diz ele que, se Marx no fim do seu primeiro volume de *O capital,* fala da "crescente massa de miséria" que surgirá com o progresso da produção capitalista, devemos interpretar essa expressão "não como um simples retrocesso da situação social da existência do trabalhador", mas apenas como um "retrocesso da sua posição social total em relação ao desenvolvimento progressivo e civilizado isto é, em relação

ao aumento de produtividade e ao incremento das necessidades gerais da civilização". A idéia de miséria não é uma idéia fixa. "O que parece para o trabalhador de certa categoria, a quem uma grande diferença em educação separa do seu 'mestre de oficina', como algo digno de luta para se conseguir, pode parecer a outro trabalhador mais qualificado, que mentalmente, quiçá, seja superior ao seu 'mestre de oficina', como uma mistura de miséria e de opressão que o levante em revolta contra isso" (*Neue Zeit*, p.402-3).

Infelizmente, Marx fala, na sentença mencionada, não só de massa de miséria, de opressão, mas ainda de "escravismo, deterioração e exploração". Teremos de compreender também isso no implícito sentido "pickwickiano"? Iremos admitir, talvez, uma deterioração do trabalhador, que é apenas uma deterioração relativa em proporção ao incremento da civilização geral? Não estou inclinado a fazê-lo, nem Cunow, provavelmente. Não, Marx refere-se muito positivamente, no trecho mencionado, a "um número constantemente decrescente de milionários" que "usurpam todas as vantagens" da transformação capitalista e recrudescimento do "homem da miséria e da opressão" etc. (*O capital*, 1, capítulo XXIV, 7). Pode-se basear a teoria da catástrofe nesse contraste, mas não sobre a miséria moral causada pelos gerentes intelectualmente inferiores que se podem encontrar em todas as firmas, em todas as organizações hierárquicas.

Incidentalmente, dá-me alguma satisfação ver como Cunow consegue apenas reconciliar com a realidade as sentenças sobre que se apóia a teoria da catástrofe, pela súbita concessão ao fato de que trabalhadores de diversas categorias podem alimentar idéias sociais fundamentalmente opostas. São, então, "trabalhadores ingleses" também?

33. "Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, que direi, todas as sociedades contemporâneas juntas, não são proprietárias da terra. São só suas arrendatárias, suas usufrutuárias e têm de a deixar melhorada, como *boni patres famílias* à geração seguinte" (Marx, *O capital*, 3, 2, p.309.)

34. Hyndman insiste, com grande decisão, na idéia de que a Inglaterra, para proteção do movimento de importação de mantimentos, necessita de uma marinha suficientemente grande para fazer face a todas as possíveis combinações inimigas. "A nossa existência como nação de homens livres depende da nossa supremacia no mar. De nenhum outro povo se pode dizer o mesmo, hoje em dia. Por muito que nós, socialistas, sejamos adversários naturais do armamento, devemos, contudo, reconhecer os fatos." (*Justice*, 31 de dezembro de 1898.)

35. *A questão agrária*, p.337 e 338.

36. Dei expressão enérgica a essa idéia, anos atrás, no meu resumo do *Sistema de direitos adquiridos*, de Lassalle, obra que em si é dedicada, como escreveu o seu autor, ao fim de reconciliar a lei revolucionária com a lei positiva. Desafiando o risco de ser considerado um filisteu, não hesitei em declarar que, para mim, o pensamento ou a proposta de uma expropriação, que não passaria de um roubo disfarçado sob formas legais, parece inteiramente contestável — sem falar já de uma expropriação à maneira prescrita por Barères — e completamente distinto do

fato de que tal expropriação pudesse ainda ser objetável em bases puramente econômicas ou utilitárias. "Qualquer que seja a profundidade das medidas de expropriação, no domínio dos privilégios de propriedade e até hoje prevalecentes, deverá supor-se, a tal respeito, no período de transição para um estado socialista da sociedade, que tais medidas não se revestirão do caráter de uma operação brutal e sem sentido, mas devem ser, antes, a expressão de uma idéia de lei, mesmo que seja nova e se defina a si própria com força elementar." (Edição Completa das *Obras* de Lassalle, vol.III, p.791). A forma de expropriação dos expropriadores que corresponde mais aproximadamente à concepção socialista do direito e de lei é a de uma substituição pelas atividades de organizações e instituições.

37. Depois de ter sido escrito este capítulo, o problema foi resolvido em muitas cidades alemãs por uma contribuição municipal para os fundos do desemprego das uniões sindicais.

38. "Alguns dias antes do congresso de Stuttgart, a 6 de setembro de 1898, Guilherme II, em Oeynhausen, Westfália, anunciou uma lei ameaçando com servidão penal aqueles que se atrevessem a impedir um homem de trabalhar ou o incitassem à greve. Que tal discurso pudesse gerar um espírito revolucionário entre os sociais-democratas alemães era muito natural. Mas a ameaça ficou reduzida a zero. O *Reichstag* rejeitou a lei por uma grande maioria embora já fosse uma versão abrandada da que o *Kaiser* anunciara. O destino do discurso confirmou as minhas asserções."

39. "A luta da democracia social e a revolução da sociedade", *Neue Zeit* XVI, I, p.451.

Conclusão

1. Uso aqui a expressão "democracia social" no mais lato sentido do movimento socialista independente, como um todo. (Edição inglesa.)

2. Prefácio.

3. *Neue Zeit*, IX, I, p.736.

4. Não me refiro àquela tendência que encontra expressão no tratamento de pessoas e na representação de ocorrências, e que não tem conexão necessária com a análise da evolução econômica.

5. Nesse sentido, Marx fala em *O capital*, no capítulo sobre o dia de trabalho, das "vantagens peculiares do método da Revolução Francesa", que se tornaram manifestas na lei francesa das doze horas, de 1848. Determina para todos os trabalhadores e todas as fábricas, sem distinção, o mesmo dia de trabalho. Isso é certo. Mas verificou-se que tal lei radical ficou como letra morta para toda uma geração.

6. "Felizmente, neste país, 'revolução' deixou de ser algo mais do que uma frase afetada." — O órgão mensal *News* do Partido Trabalhista Independente na Inglaterra, janeiro de 1899.

7. Comparar Atlanticus: A *Glance into the State of the Future: Production and Consumption in the Social State* (Stuttgart, Dietz), bem como os ensaios: *Something on Collectivism,* pelo Dr. Joseph Ritter von Neupauer, no *Deutsche Worte,* de Pernerstorfer, para 1897-98. Esses trabalhos não estão isentos de objeções, mas devem ser calorosamente recomendados àqueles que desejem estudar os problemas em causa. Neupauer pensa que, se o trabalho médio produzido por todas as máquinas fosse calculado, verificar-se-ia que elas escassamente economizam um terço da potência humana de mão-de-obra.